

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS  
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**DISSERTAÇÃO**

**COLETIVO PONTES E MOVIMENTO LGBTIA+ NA UFRRJ:  
UMA ANÁLISE SOBRE OS 16 ANOS DE RESISTÊNCIA.**

**EVANDRO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR**

**2023**



**UFRRJ**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,  
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**COLETIVO PONTES E MOVIMENTO LGBTIA+ NA UFRRJ:  
UMA ANÁLISE SOBRE OS 16 ANOS DE RESISTÊNCIA.**

**EVANDRO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR**

*Sob a Orientação da Professora*  
**Joyce Alves da Silva**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ  
Fevereiro de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)

J95c

Junior, Evandro de Oliveira Silva , 1982-

Coletivo Pontes e Movimento LGBTIA+ na UFRRJ: uma análise sobre os 16 anos de resistência / Evandro de Oliveira Silva Junior. - Seropédica; Nova Iguaçu, 2023.

133 f.: il.

Orientadora: Joyce Alves da Silva.

Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2023.

1. Coletivo Pontes. 2. Movimento LGBTIA+. 3. Políticas Públicas. 4. Conservadorismo. 5. Brasil. I. Silva, Joyce Alves da , 1978-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

18/04/2023, 07:12



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS  
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



[https://sipac.ufrj.br/sipac/protocolo/documento/documento\\_visualizacao.jsf?idDoc=1259931](https://sipac.ufrj.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?idDoc=1259931)

**TERMO Nº 311 / 2023 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)**

**Nº do Protocolo: 23083.019195/2023-99**

**Seropédica-RJ, 29 de março de 2023.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**EVANDRO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27/02/2023

Membros da banca:

JONAS ALVES DA SILVA JUNIOR. Dr. UFRRJ (Orientador/Presidente da Banca).

AURELIANO LOPES DA SILVA JUNIOR. Dr. UFRRJ (Examinador Externo ao Programa).

RAFAEL MAUL DE CARVALHO COSTA. Dr. UFRRJ (Examinador Externo ao Programa).

ROSANGELA APARECIDA HILÁRIO. Dra. UNIR (Examinadora Externa à Instituição).

*(Assinado digitalmente em 30/03/2023 13:00 )*

AURELIANO LOPES DA SILVA JUNIOR  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)  
Matrícula: 1331797

*(Assinado digitalmente em 29/03/2023 21:12 )*

JONAS ALVES DA SILVA JUNIOR  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
PROAES (12.28.01.19)  
Matrícula: 1742750

*(Assinado digitalmente em 11/04/2023 10:48 )*

RAFAEL MAUL DE CARVALHO COSTA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptECMSD (12.28.01.00.00.00.22)  
Matrícula: 1917374

*(Assinado digitalmente em 31/03/2023 12:44 )*

ROSANGELA APARECIDA HILÁRIO  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 075.590.588-17

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **311**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **29/03/2023** e o código de verificação: **f2151071bb**

“Não existe nenhum amor que não seja um eco”

(Theodor Adorno)

## DEDICATÓRIA

À Elizabeth, minha mãe.

Samuel, Valentina e Pedro, que trilhem os caminhos da educação como instrumento de emancipação.

Às pessoas LGBTIA+ que constroem a resistência frente às opressões do patriarcado. À quem não luta mais nesse plano. À quem continua lutando.

Meu muito obrigado.

Obrigado, Diego Flores. Obrigado, Natalia Pereira.

## AGRADECIMENTOS

Toda construção coletiva exige esforço. Esforços subjetivos, no processo de compreensão dos limites de quem constrói junto. Esforços no que se refere às ações. No caso de uma construção de movimento social, a coletividade exige esforços ainda maiores, principalmente por, na grande maioria das vezes, pautar questões que vão contra o pensamento hegemônico.

Assim é o movimento LGBTIA+. Um movimento que, por si só, já se traduz em esforço para existir. Para resistir.

No país que mais mata pessoas LGBTIA+ no mundo, construir coletivamente a resistência em defesa da vida, dos direitos é algo fenomenal.

Agradeço ao Coletivo Pontes pela existência. Entrar em uma universidade e saber que existe um ponto de acolhimento é fundamental.

Agradeço à minha família por todo apoio e incentivo frente aos desafios que estiveram postos na minha vida, sobretudo à minha mãe, Elizabeth Martins, que, mesmo ainda falando “escola” quando se refere à universidade, sabe, mais que ninguém, a importância da educação para transformação das pessoas.

Agradeço à Joyce, minha orientadora, que me acolheu em um momento bastante difícil e que me motivou a pensar nessa história tão linda do Coletivo Pontes.

Agradeço ao grupo de pesquisa, o LEGESEX, pela receptividade e pelos debates acumulados. É sempre um grande aprendizado perceber como a produção de conhecimento é feita aqui. Sigamos!

À equipe do PPGEduc, secretaria e coordenação, pela paciência e empatia.

À turma 2020 do mestrado. Colegas que construíram uma história comigo, mesmo à distância, devido ao isolamento social, mas que contribuíram fortemente nessa jornada.

Agradeço à companheirada do LEPEDI, antigo grupo de pesquisa, por toda contribuição para minha formação, sobretudo aos coordenadores Allan e Aureliano, pelas sementes que foram plantadas, sendo preciso mudar de estação para que florescesse.

Por fim, agradeço às pessoas que se dispuseram a contribuir com suas trajetórias e narrativas sobre o Coletivo Pontes. Foi incrível conversar com vocês.

*Abre as cortinas pra mim  
Que eu não me escondo de ninguém  
O amor já desvendou nosso lugar  
E agora está de bem  
Deixa o moço bater, que eu cansei da nossa fuga  
Já não vejo motivos pra um amor de tantas rugas  
Não ter o seu lugar.*

Los Hermanos

## RESUMO

JUNIOR, Evandro de Oliveira Silva. **Coletivo Pontes e Movimento LGBTIA+ na UFRRJ: uma análise sobre os 16 anos de resistência.** 2023. 133p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

Esta pesquisa pretende analisar o movimento LGBTIA+ da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro através do Coletivo Pontes em seus 16 anos de existência, se configurando como um dos coletivos em atividade mais antigos da universidade. Para contextualizar as ações do Coletivo Pontes, realizamos uma investigação a partir das gerações ponteanas, ou seja, os diferentes momentos do coletivo e seus representantes. A ideia central é trazer percepções variadas sobre a ação do Coletivo Pontes ao longo de sua existência, de forma a analisar os cenários sociopolíticos em que essas diferentes gerações estavam inseridas e de que forma tais contextos influenciaram nas ações organizadas pelo grupo. Baseamos nosso estudo a partir de uma metodologia de pesquisa exploratória descritiva e documental, dada a escassez de material bibliográfico sobre o Coletivo Pontes. A investigação foi pautada em debates empíricos que atravessam todo trabalho, tendo sido utilizado um roteiro de entrevistas pré-estruturado com as lideranças e ativistas de cada momento geracional do Pontes a fim de conhecer o perfil, suas análises políticas, compreensões em relação ao Pontes e às políticas públicas voltadas para a população LGBTIA+. Essa pesquisa, portanto, aponta para a importância não só da formação política em espaços coletivos como o Pontes enquanto mecanismo de qualificação da formação humana/profissional, mas também reitera a relevância dos grupos com pautas identitárias na universidade, seja por acolhimento, seja por ação política na garantia de direitos em todas as esferas de sociabilidade.

**Palavras-chave:** Coletivo Pontes; Movimento LGBTIA+; Políticas Públicas; Conservadorismo; Brasil.

## ABSTRACT

SILVA JUNIOR, Evandro de Oliveira. **Coletivo Pontes and the LGBTIA+ Movement at UFRRJ: an analysis of the 16 years of resistance.** 2023. 133p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

This work intends to analyze the LGBTIA+ movement of the Federal Rural University of Rio de Janeiro through Coletivo Pontes in its 16 years of existence, becoming one of the oldest active collectives of the university. In order to contextualize the actions of Coletivo Pontes, we carried out an investigation based on the Pontes' generations, that is, the different moments of the collective and its representatives. The central idea is to bring varied perceptions about the action of Coletivo Pontes throughout its existence, in order to analyze the sociopolitical scenarios in which these different generations were inserted and how such contexts influenced the actions organized by the group. We based our study on a descriptive and documentary exploratory research methodology, given the scarcity of bibliographic material about the Coletivo Pontes. The investigation was based on empirical debates that run through the entire work, using a pre-structured interview script with the leaders and activists of each generational moment of Pontes in order to know the profile, their political analyses, understandings in relation to Pontes and public policies aimed at the LGBTIA+ population. This research, therefore, points to the importance, not only of political training in collective spaces such as Pontes as a mechanism for qualifying human/professional training, but also reiterates the relevance of groups with identity agendas at the university, either by acceptance or by political action in the guarantee of rights in all spheres of sociability.

**Keywords:** Coletivo Pontes; LGBTIA+ Movement; Public Policies; Conservadorism; Brazil.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Identidade visual do Grupo Pontes – 2006.....	48
<b>Figura 2</b> – Cartaz de divulgação dos cine-debates organizados pelo Pontes.....	62
<b>Figura 3</b> – Cartaz de divulgação do X ENUDS.....	70
<b>Figura 4</b> – Identidade Visual do Grupo Pontes – 2017.....	81
<b>Figura 5</b> – Identidade Visual do Coletivo Pontes – 2021.....	92

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b> – Festa LGBTIA+ organizada pelo Grupo Pontes - 2007.....	54
<b>Imagem 2</b> – Evento de acolhimento organizado pelo grupo Pontes.....	58
<b>Imagem 3</b> – Participação do Grupo Pontes no ato contra o “lixão” de Seropédica.....	60
<b>Imagem 4</b> – Ativista do Grupo Pontes na abertura do X ENUDS.....	71
<b>Imagem 5</b> – Ativista do Grupo Pontes na abertura do X ENUDS... ..	73
<b>Imagem 6</b> – Ocupação do Pavilhão Central da UFRRJ. Campus Seropédica.....	78
<b>Imagem 7</b> – Ato do Dia da Visibilidade Lésbica na UFRRJ.....	79

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**ABLGBT** – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

**ANDIFES** – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

**ANTRA** – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

**BSH** – Programa Brasil Sem Homofobia

**CA's** – Centros Acadêmicos

**CID** – Classificação Internacional de Doenças

**CTUR** – Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**COPAMA** – Coletivo de Pais e Mães da UFRRJ

**DCE** – Diretório Central dos Estudantes

**EBC** – Empresa Brasileira de Comunicação

**ENUDS** – Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual

**ENUDSG** – Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual e Gênero

**GDE** – Gênero e Diversidade na Educação

**GGB** – Grupo Gay da Bahia

**GLBT** – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

**GLS** – Gays, Lésbicas e Simpatizantes

**HIV/AIDS** – Human Immunodeficiency Virus/Acquired Immunodeficiency Syndrome

**IFES** – Instituições Federais de Ensino Superior

**IST's** – Infecções Sexualmente Transmissíveis

**LEGESEX** – Laboratório de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidade

**LEPEDI** – Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão

**LGBT** – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

**LGBTIA+** - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Intersexos, Assexuais e outros

**MS** – Ministério da Saúde

**NUN** – Núcleo Universitário Negro

**PEC** – Projeto de Emenda Constitucional

**PNP** – Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais

**PNS** – Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais

**PROAES** – Pró-Reitoria de Assistência Estudantil

**PROEXT** – Pró-Reitoria de Extensão

**REUNI** – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

**SUS** – Sistema Único de Saúde

**UFRRJ** – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**UNICAMP** – Universidade Estadual de Campinas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1 – POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA LGBTIA+: MOVIMENTOS SOCIAIS E DEFESA DE DIREITOS</b> .....	26
<b>1.1 – PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA</b> .....	32
<b>1.2 – PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS</b> .....	37
<b>1.3 – PORTARIA 2836/2011/MS – POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS</b> .....	41
<b>1.4 – PORTARIA 766/13 – SISTEMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DE DIREITOS E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA LGBT</b> .....	43
<b>2 – UNINDO AS DIFERENÇAS: A HISTÓRIA DO COLETIVO PONTES DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO</b> .....	47
<b>2.1 – PRIMEIRA GERAÇÃO</b> .....	52
<b>2.2 – SEGUNDA GERAÇÃO</b> .....	64
<b>2.3 – TERCEIRA GERAÇÃO</b> .....	75
<b>2.4 – QUARTA GERAÇÃO</b> .....	87
<b>2.5 – QUINTA GERAÇÃO</b> .....	95
<b>3 – DIÁLOGO ENTRE AS GERAÇÕES: UMA ANÁLISE TEORIZADA SOBRE OS DADOS COLETADOS</b> .....	100
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	113
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	120
<b>APÊNDICES</b> .....	123
<b>ANEXOS</b> .....	130

## INRODUÇÃO

Este trabalho pretende falar muito mais que diversidade sexual nos âmbitos de participação universitária. Aquilo que Bourdieu (2003) delinea como campos político e científico, neste estudo pode ser caracterizado pelo sintagma onde a ação militante e a perspectiva de produção de conhecimento coadunam a organização política dos coletivos LGBTIA+.

Pensar na participação política como instrumento de resistência e sobrevivência é algo que remete diretamente aos movimentos sociais e populares. Trata-se de conceber a organização política no viés da reafirmação de sua própria identidade em um cenário de formação e pedagogização das lutas.

Os coletivos LGBTIA+ são, obviamente, diversos em sua natureza e em suas formas de movimentação. Poderia aqui traçar inúmeros grupos que agregam pessoas LGBT's em diversos territórios e perspectivas. A maior parte deles nos espaços da Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro e nos municípios da Baixada Fluminense.

É muito comum que grupos historicamente marginalizados, sobretudo em territórios periféricos, construam cenários de organização em torno de pautas que os motivem. Isso acontece com grupos religiosos, associações de moradores, grupos de mulheres, artesãos, entre outros.

Pensar a existência de coletivos LGBTIA+ nesses espaços é, necessariamente, refletir sobre o caráter classista que seus corpos e identidades são submetidos. Mas que, ao mesmo tempo, nada tem a ver com a obrigatoriedade de pautas historicamente políticas. Em algumas situações, os coletivos existentes nos territórios citados acima convergem suas demandas em questões rotineiras, tais como jogos de vôlei e queimado; organização de festas e resenhas; grupos de acolhimento e até mesmo ensaios de coreografias de cantoras famosas entre o público, as conhecidas divas do pop.

Não é difícil perceber que, mesmo entre o segmento LGBTIA+, o espaço de inserção e ocupação na sociedade delimita as formas de se relacionar com o próprio corpo e sua identidade. Dos coletivos universitários até os grupos das periferias – os chamados

coletivos de rua<sup>1</sup> – existe uma distância grande, ainda que, possivelmente, alguns participantes de um contexto transitam também pelo outro.

A forma de organização e estruturação das pautas se relaciona de maneira bastante diversa pois, além da questão de classe, que sempre é bastante evidente nos movimentos sociais, demais marcadores como culturalidade, raça, identidade e expressão de gênero, religiosidade, território, entre outros são elementos que contornam as narrativas e o posicionamento e a natureza de tais grupos.

Talvez, em uma análise mais superficial e limitada, o coletivo que reúne as pessoas para atividades como “gaymada” ou “sapabol<sup>2</sup>”, não tenham a mesma importância política no processo de organização desses corpos dissidentes, contudo, pensando uma escala mais ampla sobre como a marginalização desses indivíduos fere, principalmente, a ideia de fortalecimento de vínculos e lazer, tais atividades surgem como um mecanismo importante para a socialização e sobrevivência dessas pessoas.

Em um Brasil de grande desigualdade social, onde a violência LGBTfóbica atinge, sobretudo, as pessoas pobres e pretas, a organização de corpos dissidentes e periféricos, seja qual for a natureza, se estabelece enquanto um movimento de resistência.

Os coletivos universitários, contudo, principalmente os que atuam nas instituições públicas, ressignificam essa resistência de uma outra forma. Há, na maioria deles, uma agenda política que pauta sua organização e militância. Há, inclusive, uma proposta organizativa de cunho mais administrativo e formal.

O debate em torno da diversidade sexual e de gênero nas universidades sempre foi um grande desafio. Desde as questões de acolhimento à população LGBTIA+ em um espaço tão diverso quanto conservador, até a organização de defesas que tratam de políticas de segurança, violação e restrição de direitos e promoção da identidade.

A chegada à universidade veio marcada pela reafirmação da minha condição enquanto homem gay, consciente dos meus privilégios de branco e também ciente do que minha referência de classe social orientava.

---

<sup>1</sup> Coletivos de rua é a expressão designada pelo autor para tratar de grupos periféricos que atuam no viés da culturalidade, acolhimento, lazer e prática esportiva, quase sempre sem adoção de uma linha de organização política.

<sup>2</sup> Os termos gaymada e sapabol referem-se às atividades de queimado e futebol, praticados para o público LGBTIA+.

Antes dessa jornada, a participação nos movimentos sociais do território em que resido já era rotina, ainda que não pautasse nas minhas demandas a questão da orientação sexual. Esse debate era abafado, tanto pelo medo da exposição, quanto pelo cenário conservador que observamos quando se trata da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Mesmo antes do meu ingresso à UFRRJ, já conhecia o Coletivo Pontes e algumas de suas ações. Identificava seus componentes e ouvia as histórias da inserção e do movimento junto à população LGBTIA+ dentro da universidade.

Em um breve hiato sobre minha narrativa, mas necessário para reflexão, cabe entender que é impossível comparar as políticas de ação/organização e a natureza dos coletivos universitários e os coletivos de rua. Tratam-se de movimentos com demandas e pautas distintas que dialogam entre si, mas não necessariamente atuam da mesma forma.

Retomando minha vivência junto ao Coletivo Pontes, minha aproximação com o grupo se deu a partir de uma das rodas de vivência, que é uma ação de acolhimento e escuta para estudantes LGBTIA+ que chegam ao espaço universitário e ali desejam socializar com seus pares. Essa roda de acolhimento é mediada por integrantes do Pontes onde as pessoas participantes dialogam em torno de seus medos, traumas, anseios e demandas.

Esse espaço é um dos que possibilitam a chegada de questões importantes para o público LGBTIA+ da universidade: atitudes homofóbicas por colegas de quarto do alojamento; falas preconceituosas de professores em sala de aula; comportamentos violentos da segurança do campus, entre outros pontos eram falas comuns nessas rodas e geravam ao Coletivo Pontes a necessidade de ação mais contundente.

Mesmo para quem vem de espaços de militância, sobretudo quando esta se dá em seu território, onde as relações são muito mais próximas e permeiam sua família, seu círculo de amizade, trabalho, entre outros segmentos conservadores, falar da sua intimidade é muito difícil.

Sendo assim, mesmo com total entendimento da minha sexualidade, me afirmar como homem gay em um espaço de convívio só foi possível devido à percepção do Coletivo Pontes como um grupo sério, com um histórico de ações bastante valoroso e com a sensibilidade necessária para escuta das questões apresentadas pelas pessoas que ali estavam.

O sentimento era de que havia ali, no momento de chegada à universidade e vivência de um momento novo, um grupo de pessoas que poderiam compreender minhas questões de uma forma que me deixava a vontade. Havia, portanto, a possibilidade de uma militância em que congregasse, sem medos, as pautas que mais me representavam.

A noção de pertencimento, construída nessa relação com o Pontes, fez com que eu me aproximasse, enquanto pesquisador, dos temas que tangenciam a diversidade sexual e de gênero. Sendo assim, comecei a orientar meus estudos para o debate em torno dessa temática, movimento que culminou em alguns “frutos” científicos.

Tal aproximação do político com o científico, conforme Bourdieu (2003), pode ser caracterizada, principalmente, pelas possibilidades que a universidade pública oferece no sentido de agregar pautas políticas à produção de conhecimento.

Movimentos como o do Coletivo Pontes são fundamentais para o processo de socialização e acolhimento das pessoas LGBTIA+. Esses momentos contribuem para a reafirmação da identidade, para que o ambiente universitário se torne menos agressivo e, sobretudo, para que essas pessoas, em sua grande maioria jovens em momento de descobertas, possam se enxergar como parte importante na engrenagem da defesa de direitos.

Mas também são imprescindíveis para pautarem políticas públicas no âmbito das universidades, tais como as prerrogativas do uso do nome social, que serve para fortalecimento da identidade da pessoa trans e travesti; políticas de combate às violências e intolerâncias contra o público LGBTIA+ nesses lugares; garantia de representatividade nos espaços de decisão, tais como conselhos administrativos.

Entre outras ações construídas a partir da referência do Pontes como um dos principais coletivos LGBTIA+ da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, se deu a participação no Conselho Universitário, instância máxima no processo decisório de políticas para a universidade.

Em outros momentos, o Pontes também participou e organizou ações em datas importantes para a representação da diversidade sexual e de gênero da universidade, atuando de forma assertiva na perspectiva de sensibilização das gestões da administração central da instituição no sentido de viabilizar medidas que contribuiriam com a vida da pessoa LGBT na Rural.

Diante dessa amplitude de possibilidades na ação direta, o Grupo Pontes, como era chamado à época, movimento criado em 2006, ganhou notoriedade e referência dentro dos espaços da universidade. Ao longo desses 16 anos, como todo movimento social, os momentos de avanço e refluxo fizeram com que o coletivo amadurecesse e se tornasse um dos coletivos mais antigos em funcionamento da Rural.

Como se tratam de grupos organizados pelo conjunto de estudantes que, obviamente, possuem uma temporalidade na universidade bastante definida, para que se houvesse a continuidade das ações, a renovação do quadro de participantes sempre foi um ponto chave. Aqui me refiro a, talvez, um dos grandes desafios para qualquer movimento social.

Pela vivência que possuo com a militância nesses movimentos, afirmo que arregimentar novas pessoas para participação ativa nos quadros da organização é uma tarefa árdua. Tanto por ser uma tarefa que demanda muito tempo, quanto pela condição financeira que as demandas de reuniões, encontros, visitas e ações dispensam.

Pensar a participação ativa de uma pessoa estudante trabalhadora nesse contexto é pensar nas limitações que a rotina imposta pelo capital aplica no cenário de contribuição mais efetiva para o movimento.

Uma das vantagens que o Pontes tinha, e que é uma peculiaridade de poucas universidades, é a existência de alojamento de estudantes dentro do campus, nesse caso, em Seropédica, município do Rio de Janeiro e polo central das atividades universitárias.

Grande parte das pessoas que participavam do Pontes eram alojadas e viviam um tempo considerável dos seus dias dentro da universidade, fazendo com que a relação com o grupo pudesse se consolidar e a contribuição com o movimento, de uma forma geral, fosse mais concreta.

Não foi o meu caso, já que passei todo meu período de universidade, incluindo o mestrado, trabalhando. Além de não residir no alojamento e morando relativamente distante da Rural, o que, de certa forma, restringia minha participação em diversos momentos do coletivo.

O Pontes, ao longo dos anos, se consolidou também em um cenário nacional como um dos grupos de maior referência e inserção no movimento LGBTIA+ universitário. Em um dos ápices dessa visibilidade, destaca-se a organização do X ENUDS – Encontro

Nacional Universitário de Diversidade Sexual, realizado no campus da UFRRJ, em Seropédica, no ano de 2012.

Esse evento marcou a universidade e colocou o Pontes em um patamar de organização ímpar, já que recebeu diversos estudantes de todo o país em uma estrutura de congresso, contando com alojamento, alimentação e momentos culturais.

O cenário nacional de avanço de políticas públicas voltadas para a garantia de direitos da população LGBTIA+, contribuiu fortemente para o aprofundamento do debate em torno das reais condições de vida desse público.

Políticas como o Programa Brasil Sem Homofobia, de 2004; o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, de 2009; como também a Portaria 2836/11, do Ministério da Saúde, que instituiu a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais ajudaram a criar um ambiente de confiança e esperança em torno da agenda LGBTIA+.

No capítulo 1 será feita uma análise mais consistente sobre as políticas públicas. A ideia, nesse momento, é enfatizar a conjuntura de avanços, ainda que distantes do almejado, em que o ENUDS de 2012 aconteceu. Um ano após a realização do evento, em 2013, o governo federal, já comandado pela então presidenta Dilma Roussef, promulgou a criação do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência LGBT<sup>3</sup>.

Logo, em meio às políticas de enfrentamento à violência LGBTfóbica, ao debate sobre a cidadania desse público e à discussão no que tange a inserção LGBTIA+ na agenda da saúde pública, é que o ENUDS traduziu-se como um marco fundamental para o movimento de direitos humanos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

### **Aspectos metodológicos da pesquisa**

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar os princípios e desafios postos para o Coletivo Pontes ao longo dos 16 anos de existência do grupo através de seus contextos sociopolíticos.

---

<sup>3</sup> Sigla adotada naquele determinado contexto histórico.

Como objetivos específicos, pautamos apresentar as trajetórias individuais e percepções de representantes de diversas gerações do Coletivo Pontes no que se refere às ações e cenários de intervenção e mobilização social; identificar as políticas públicas que corroboraram com o processo de fortalecimento do Coletivo dentro da UFRRJ; e analisar os desafios e avanços do movimento LGBTIA+ da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a partir de uma ideia de coletividade.

A perspectiva de construção dessa dissertação, portanto, se deu de forma a analisar a trajetória do Coletivo Pontes dentro da UFRRJ, contextualizando entre os diversos panoramas em que o movimento LGBTIA+ da universidade se inseriu nesses 16 anos.

Para tanto, apresentamos uma pesquisa exploratória-descritiva documental (Gil, 1999), que nos possibilita resgatar momentos importantes da história do Pontes, através de debates empíricos, que perpassam todo o trabalho. Vale ressaltar também que, diante de um cenário com pouca produção acerca do Coletivo Pontes, o método exploratório se configura como uma contribuição inicial para o debate.

Utilizamos uma série de fotos e imagens, disponibilizadas por ex-integrantes e lideranças do Coletivo Pontes, assim como documentos pertinentes à pesquisa, como publicações oficiais, artigos e publicações acadêmicas que colaboraram no processo de produção do debate.

Outro fator imprescindível para a metodologia desse trabalho se deu pela subdivisão das experiências do Coletivo Pontes, ao longo de sua existência, através de suas gestões, ou suas gerações, como tais integrantes gostam de chamar.

Trazer os perfis das pessoas que lideraram o Coletivo Pontes, cada qual com suas trajetórias e percepções individuais sobre os mesmos pontos contribuíram para uma análise sobre a totalidade que o Coletivo representou ao longo dos 16 anos de existência.

Organizamos entrevistas com um roteiro pré-estruturado com as pessoas que coordenaram cada gestão, de forma a qualificar o debate evolutivo do Coletivo na universidade. Realizamos as entrevistas online, devido ao momento de incidência do vírus do COVID-19 por precaução e segurança, como também pelo fato de algumas dessas lideranças estarem atualmente residindo fora do Rio de Janeiro.

A introdução dessa pesquisa trata das questões que motivaram a investigação do tema, a partir das minhas experiências pessoais

metodologia utilizada na construção dessa dissertação. As técnicas de pesquisa adotadas para elaboração foram debatidas com a orientação de forma a trazer um panorama compreensível para o leitor, assim como a qualificação dos dados obtidos nas entrevistas e percepção dos materiais colhidos com tais lideranças do Coletivo Pontes em suas diferentes gestões.

O capítulo 1 dessa dissertação, portanto, traz um panorama mais geral através da análise das políticas públicas voltadas para a população LGBTIA+ e os contextos de inserção dos movimentos sociais e coletivos no debate sobre os direitos desse grupo social.

É dessa forma que resgatamos as medidas propostas pelo Estado, construídas com a participação popular, para a garantia de uma melhor qualidade de vida desse público. Nesse capítulo, contamos com uma série de autores que tratam do assunto de maneira pertinente, contribuindo para o aprofundamento da discussão.

O capítulo 2, que se segue, aborda a história do Coletivo Pontes ao longo dos seus 16 anos, tratando desde seu surgimento até os dias atuais, pautando as ações do Coletivo dentro e fora da universidade, tal como a organização do ENUDS, como uma das atividades mais importantes desse grupo. Nessa perspectiva, trabalhamos subtópicos com as gestões, apelidadas pelas lideranças como “gerações” e suas maiores ações na vigência de suas coordenações.

O capítulo 3 procura fazer uma costura entre os diferentes momentos da existência do Coletivo Pontes através de um diálogo com aporte teórico. Nesse sentido, trabalhamos a categorização de elementos importantes a partir dos dados coletados, tais como avanços/retrocessos do movimento; políticas públicas; políticas da universidade para a população LGBTIA+ e as contribuições que a experiência da militância junto ao Pontes trouxe para a formação humana e profissional das pessoas.

No último capítulo, fazemos as considerações finais do trabalho e apontamos algumas reflexões, tais como a importância da existência de grupos e coletivos que tratem, através de espaços de representatividade, de pautas fundamentais para a vida universitária. Indicamos, também, uma reflexão em torno da história do Coletivo Pontes e seu momento atual e, assim como qualquer outro movimento social, sua ação é marcada por momentos de fortalecimento e declínio, conforme a conjuntura política.

Essa dissertação é mais que uma defesa da garantia de direitos para a população LGBTIA+. Tratamos aqui de assuntos sensíveis aos grupos historicamente vulnerabilizados pelo Estado e marginalizados pela sociedade.

Este estudo endossa o grito por justiça das mães de vítimas de violência de Estado; a luta por terra e alimento de assentados/as Sem-Terra; a resistência da classe trabalhadora contra a exploração do capital. Esse trabalho pauta sua defesa em favor do povo preto nas periferias urbanas; da demarcação das terras indígenas e quilombolas; das mulheres vitimizadas pelo patriarcado; pelo direito de amar das pessoas LGBTIA+.

No Brasil, segundo dados de organizações de Direitos Humanos, uma pessoa LGBTIA+ é assassinada a cada 19 horas<sup>4</sup> e esse número pode ser ainda mais cruel se considerarmos as subnotificações dos casos e os desmontes de canais oficiais de denúncias devido à pandemia de coronavírus. A maior parte dessas vítimas são pessoas travestis e transexuais.

As práticas LGBTfóbicas nos espaços acadêmicos são consideradas cada vez mais nocivas para a manutenção de estudantes com características que destoam do perfil heteronormativo e tais práticas estão cada vez mais violentas também. Ressalta-se aqui que essa violência nem sempre são oriundas dos pares de tais estudantes, mas muitas vezes da própria institucionalidade.

O aumento no número de casos de violência LGBTfóbica caminha de forma uníssona com o momento ultra conservador que o país viveu nos últimos anos. Não é raro constatar discursos de restrição de direitos na sociedade, assim como também é bem comum a tentativa constante de execução de políticas de silenciamento e marginalização desse grupo por parte de segmentos dos poderes executivos e legislativos.

Portanto, apresentar um trabalho no contexto atual que aborde a temática da diversidade sexual e de gênero se traduz em resistência. Buscar compreender como tais questões se localizam na sociedade capitalista é uma tarefa tão árdua quanto necessária, pois fala tanto de amor e sobrevivência como de ciência.

Debater diversidade sexual e de gênero em um país que mergulha no conservadorismo e retrocede na execução de políticas de direitos da população LGBTIA+

---

<sup>4</sup> Segundo o Grupo Gay da Bahia, em relatório de 2018, no Brasil, a cada 19 horas uma pessoa LGBTIA+ é vítima fatal, por assassinato ou por suicídio. Em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2020/03/relatorio-2017.pdf> . Acesso em 12/08/2022.

torna-se um desafio posto a cada dia. Contudo, não maior que viver a realidade LGBTIA+ das periferias e comunidades pobres desse mesmo país. Aqui o desafio é sobreviver.

## 1 - Políticas Públicas e cidadania LGBT: movimentos sociais e defesa de direitos.

A história não é linear. Ao longo do tempo, observamos como os fatos históricos cadenciam com o contexto sociopolítico que está em voga. Com o movimento LGBTIA+ não foi diferente. Cada momento compassava com avanços e retrocessos em torno do debate da diversidade sexual e, sobretudo, da garantia de direitos dessa população.

No Brasil da década de 70, a culturalidade internacional trouxe uma grande influência de comportamentos para o nosso país. Um deles, oriundo dos movimentos de contracultura dos Estados Unidos, foi o processo de organização política pós-*Stonewall*<sup>5</sup>, que corroborou com o processo de resistência, a ampla mobilização e a criação de grupos de defesa da pauta LGBTIA+ nas terras brasileiras.

Importante ressaltar que movimentos ligados à diversidade sexual e de gênero de contracultura e em defesa de liberdades individuais não foram marcantes somente nos países centrais. Em diversos países periféricos houveram mobilizações fundamentais para a organização política e serviram de instrumentos motivadores para outros territórios.

Ronaldo Trindade (2018), em seu capítulo intitulado *A invenção do ativismo LGBT no Brasil: Intercâmbios e ressignificações*, aponta que referenciar somente Stonewall e as mobilizações europeias como estopim para os movimentos nos países periféricos trata-se de uma perigosa narrativa hegemônica, onde reproduz-se a ideia de que os países centrais são os que desenvolvem ideias para que o restante do mundo se inspire.

Nesse sentido, ainda que *Stonewall* tivesse cumprido um papel orgânico no processo de mobilização e amadurecimento da prática política como resistência, não podemos nos limitar a tal experiência. Trindade (2018), inclusive, traz exemplos interessantes sobre a América Latina, como o surgimento do grupo *Nuestro Mundo* na Argentina, em 1969, durante a ditadura militar.

---

<sup>5</sup> Na noite de 28 de junho de 1969, uma tentativa da polícia de Nova York de interditar o bar Stonewall Inn, situado na Christopher Street, movimentada rua da região boêmia frequentada por homossexuais, deparou-se com a reação irritada dos próprios frequentadores da área, que travaram uma batalha de pedras e garrafas com os policiais.

Os grupos de ativismo LGBT na América Latina começaram a abordar questões de um cotidiano marcado pelo machismo, pelo patriarcado, pela violência às mulheres e opressão das sexualidades dissidentes. Além disso, primavam por uma política de assunção pública da homossexualidade, tornando o pessoal político. Por meio de uma mudança de sentido, já que o termo homossexual provinha de uma classificação médica, o ativismo LGBT latino-americano se iniciou em novembro de 1969, sob a ditadura do General Juan Carlos Onganía, em Gerli, subúrbio operário de Buenos Aires, com a criação do Grupo Nuestro Mundo, considerada a primeira tentativa de organização homossexual na Argentina. (TRINDADE, 2018, p.229).

O sentimento despertado em mobilizações como *Stonewall*, vale ressaltar, ficou aprofundado após as manifestações por liberdade ocorridas em diversos países em 1968. Nesse período, no Brasil, a ditadura militar aprofundava seu projeto de restrição de direitos civis, fazendo com que os movimentos por liberdades, inclusive a ampla organização política de pessoas LGBTIA+, fosse adiada.

A segunda metade da década de 70, então, com a ampliação do processo de mobilização popular por direitos e o conseqüente enfraquecimento das medidas mais rígidas da ditadura, foi marcada pela eclosão de movimentos de resistência, entre eles data-se o engajamento do Movimento Homossexual Brasileiro através do SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual.

Outras manifestações, individuais e coletivas, de pessoas signatárias da diversidade sexual foram datadas antes desse período, mas atentamos aqui para o processo amplo de organização política.

É necessário para o leitor compreender as transformações das agendas políticas dos movimentos sociais de acordo com a conjuntura. Se, nas décadas de 60 e 70 os debates identitários permaneciam, quando existiam, no viés de teorias clássicas, a partir desse período eles eclodiram e tomaram outro corpo.

As pautas revolucionárias, comuns à maioria dos movimentos populares, começavam a abrir espaço, sem nulidade, para questões específicas da subjetividade e diversidade individual como fenômeno coletivo. Esse processo ficou conhecido como a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, conceito trabalhado por Angela Alonso (2009), que observou a existência de grupos dissidentes, historicamente marginalizados, para além das questões de classe social.

Ao longo do século XX, uma mudança macroestrutural teria alterado a natureza do capitalismo, cujo centro teria deixado de ser a produção industrial e o trabalho. Uma nova sociedade se vislumbraria, dando lugar a novos temas e agentes para as mobilizações coletivas. (ALONSO, 2009, p.59)

Stephanie Lima (2016), corrobora com essa perspectiva ao tratar das mudanças nas demandas apresentadas por esses grupos. Para mulheres, negros, homossexuais, entre outros, a pauta classista, baseada somente na ordem econômica, já não dava conta da infinidade de questões que a agenda política dessas categorias manifestava. A busca pela reafirmação das identidades orienta, também, a localização de tais segmentos em um panorama de luta anticapitalista, já que é esse poder hegemônico que estabelece as regras de sociabilidade e outorga padrões de comportamento.

Lima (2016), afirma que

As teorias nascidas no final da década de 60 situariam-se como “pós-teorias da revolução”, entendendo que as mobilizações que procuram analisar não têm, como objetivo uma revolução política, no sentido da tomada do poder de Estado. As mobilizações observadas, tidas como um fenômeno político novo, diriam respeito às demandas “pós-materiais”, que não estão voltadas para as condições de vida, mas para a qualidade de vida e os diferentes estilos de vivê-la. As demandas seriam por mudanças calcadas no âmbito da sociabilidade e da cultura, distanciando-se, assim, da discussão sobre a natureza do Estado e da luta de classes. Os “novos sujeitos” não seriam classes, mas grupos marginais aos padrões de “normalidade sociocultural”. Os movimentos seriam agentes de pressão social voltados para persuadir a sociedade civil. Portanto, os novos movimentos sociais constituiriam um novo fenômeno, que demandava, então, uma nova explicação. (LIMA, 2016, p.88)

Nesses mais de 40 anos de mobilização em torno da pauta LGBTIA+ muita coisa mudou. E não foi só a sigla. As agendas políticas das entidades de defesa dos direitos foram ganhando forma e, com o processo de redemocratização, muitas dessas entidades passaram a ter papel decisivo na elaboração de políticas públicas de promoção da cidadania LGBTIA+.

As articulações que tiveram seus surgimentos nas décadas de 70 e 80 puderam, através do fim da ditadura, consolidar suas prerrogativas e participação social em diversas esferas públicas.

No capítulo denominado como *A participação social nos 40 anos de Movimento LGBT Brasileiro*, Cleyton Feitosa (2018) resgata o debate em torno das ondas de participação LGBT<sup>6</sup>, onde a primeira onda seria a compreendida pelo final da década de 70 à início da década de 80, com o surgimento das primeiras organizações de homossexuais, como o Grupo SOMOS e o Jornal Lampião da Esquina.

Aquilo que chamamos de participação social pode ser entendido, posteriormente, como organização social em torno de construção de políticas públicas. Com o advento da Constituição Federal de 1988 e a conseqüente ampliação do debate no que tange aos direitos fundamentais, a mobilização criada com a primeira onda, mesmo com limitações devido ao refluxo do movimento, foi constituída a segunda onda, motivada, sobretudo, pelo combate à epidemia de HIV/AIDS, cenário que dura até o início dos anos 90.

Para Feitosa (2018),

Nesse paradoxo, caracterizado pelo esfriamento de um ativismo pautado pela temática homossexual e pela redemocratização brasileira, é que se gestam as primeiras experiências de participação social LGBT que culminarão nas primeiras políticas governamentais voltadas para o combate à epidemia de AIDS. (FEITOSA, 2018, p. 489)

O hiato entre as articulações de surgimento em torno de grupos LGBTIA+ e o início da segunda onda de participação social desse público foi marcado pelo refluxo do movimento, mas também foi caracterizado pelo avanço da epidemia de HIV/AIDS no Brasil, sobretudo pelo alto índice entre os homossexuais.

Esse momento de pânico social em torno da doença, aliado à desinformação e o histórico conservador da sociedade brasileira, de certa forma, contribuiu para que, ainda

---

<sup>6</sup> Sigla adotada pelo autor da citação.

na década de 80, surgisse outro grupo que pautaria, entre outras questões, a garantia do atendimento à saúde do público gay<sup>7</sup>: o Grupo Gay da Bahia – GGB.

No contexto dos movimentos LGBTIA+, reconhecendo a importância política de cada grupo e coletivo, mas mesmo não sendo os pioneiros, o GGB destacou-se e destacou-se até os dias atuais pelo combate às violências contra os direitos humanos. O cenário da epidemia da HIV/AIDS fez com que as organizações se rearticulassem em torno de requisições de medidas de enfrentamento à doença.

O Grupo Gay da Bahia tornou-se um marco no debate sobre políticas públicas de saúde e prevenção, discutindo medidas de combate com setores governamentais e dialogando diretamente com a sociedade.

O Grupo Gay da Bahia merece um aparte especial neste estudo, já que é a organização do movimento LGBTIA+ com maior tempo de existência em atividade. Durante anos foi referência nacional na coleta e análise de dados sobre a violência LGBTfóbica, publicando, anualmente, mapas com índices das barbaridades ocorridas contra corpos dissidentes em todo país através de relatórios.

Atualmente a organização contribui com a articulação entre diversas entidades como a Acontece – Arte e Política LGBTI+<sup>8</sup>; a ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais e a ABLGBT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos na elaboração do relatório do *Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil*.

O dinamismo dos movimentos sociais é algo bastante comum. Tais movimentos dependem da conjuntura política para se manterem, entre avanços e retrocessos, na luta política. O movimento LGBTIA+ não é diferente. Ao longo dos mais de 40 anos após o surgimento das primeiras mobilizações em torno da pauta “gay”, como o movimento era caracterizado, diversas organizações e entidades foram criadas e encerraram suas atividades.

---

<sup>7</sup> Expressão usada na época para caracterizar toda população LGBTIA+.

<sup>8</sup> Sigla adotada pela referida entidade.

O fato é que, mesmo entre os altos e baixos no processo de articulação desse movimento, importantes agendas políticas foram construídas para garantir a melhoria da qualidade de vida da população LGBTIA+.

A terceira onda culminou no fortalecimento das entidades representativas do público LGBTIA+, sobretudo com a sombra do debate em torno do avanço do neoliberalismo e a redução do Estado, fazendo com que houvesse uma explosão na criação de novas organizações sociais, de caráter não-governamental. Se, por um lado, a garantia da participação social era um ponto positivo, por outro, a diminuição do Estado em setores importantes engessava a possibilidade de conquistas de direitos.

O Brasil atravessou, ao longo dos anos, cenários tenebrosos de ataques diretos à quem debatia questões relacionadas à igualdade e diversidade de gênero. Assim como os movimentos sociais, o setor conservador da sociedade se movia a partir da conjuntura política que o cercava.

E foram nos períodos de avanço da democracia e contexto conquista de direitos, que o movimento marcou presença nos espaços de debate em torno da formulação de políticas públicas, sobretudo no início dos anos 2000. Nesse momento, havia um panorama de fortalecimento da sociedade civil organizada e coletivização da discussão acerca das agendas prioritárias para os direitos humanos.

Nessa perspectiva, a mobilização de entidades representativas LGBTIA+ contribuiu ativamente para o debate em torno de políticas públicas que, até os dias atuais, são sinônimo de avanço na garantia de direitos para essa população, ainda que, em diversos momentos, setores conservadores buscassem neutralizar tais avanços.

Feitosa (2018), afirma que

Nasce dessa conjuntura, no ano de 2004, o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) que dá início à formulação de um pacote de ações afirmativas em parceria com o movimento LGBT. Nesse Programa vale destacar, entre outras ações previstas, o financiamento para a criação de Centros de Referência LGBT realizado pelo Governo federal para ONGs LGBT executarem nos seus territórios. (FEITOSA, 2018, p. 442)

O Programa Brasil Sem Homofobia tornou-se um marco no processo de garantia de direitos da população LGBTIA+, tanto pela forma de articulação do Estado com a sociedade civil, quanto pelas pautas emergidas após sua publicação. Esse Programa abriu caminhos importantes para outras pautas.

### **1.1 – Programa Brasil sem Homofobia**

Já no início da publicação, ainda na apresentação do documento oficial do Programa Brasil Sem Homofobia (2004), o então Secretário especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, já sinaliza a colaboração entre Estado e as entidades da sociedade civil, onde cita que “A expectativa é que essa integração interministerial, em parceria com o movimento homossexual, prospere e avance na implementação de novos parâmetros para definição de políticas públicas, incorporando de maneira ampla e digna milhões de brasileiros.”

O Programa Brasil sem Homofobia foi criado em 2004, durante a primeira gestão do presidente Lula no governo federal, sob a perspectiva de garantir mais dignidade e melhores condições de vida para a população LGBTIA+.

Naquele momento, o chamado à época movimento LGBT já dava sinais de rearticulação depois de anos de desafios postos pela conjuntura. A eleição de um representante da classe trabalhadora para a presidência da república, além do fato de haver no poder executivo um partido que sempre dialogou com as pautas dos grupos historicamente marginalizados, corroborou para um sentimento de esperança de tempos melhores.

Após uma série de discussões entre o Estado e entidades representativas, o Programa BSH foi publicado sob a perspectiva da promoção da cidadania de pessoas gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, considerando a posição de extrema vulnerabilidade social que era imposta a esse grupo.

O Programa Brasil Sem Homofobia traçava pontos importantes para o conjunto da população LGBTIA+, tais como um conjunto de ações que visavam assegurar a promoção

da cidadania homossexual e o combate à homofobia a partir do fortalecimento de instituições que atuam com esse público; capacitação de agentes dos movimentos sociais que trabalham diretamente com os direitos humanos, entre outras questões.

Como sinalizado anteriormente, O Programa Brasil Sem Homofobia trouxe conquistas importantes para o movimento LGBTIA+, entre elas o apontamento da construção de espaços voltados para a população LGBTIA+ discutir, coletivamente, suas agendas e demandas, tais como a Conferência Nacional GLBT<sup>9</sup>.

Ressalta-se que, até a 1ª Conferência, realizada em 2008, tanto o governo federal, quanto parte das entidades da sociedade civil, utilizavam a sigla GLBT, tendo inclusive sido pauta do encontro, entre outras questões, a assunção da sigla LGBT (com o L de lésbicas na frente), pelos entes, como forma de reparar a violência de gênero historicamente sofrida pelas mulheres.

Voltando ao Programa Brasil Sem Homofobia, o documento apostava suas ações em medidas importantes, calcadas em 11 tópicos elencados desde questões acerca do cenário internacional, até as políticas específicas para mulheres, negros e juventude, passando pelo debate do direito dessa população a fatores essenciais, como educação, saúde, segurança, trabalho e cultura.

O Programa BSH apresenta, logo de início, uma justificativa em que contextualiza os índices de violência LGBTfóbica mesmo contrastando com um panorama de avanço na garantia de direitos nos âmbitos judiciário e executivo. Nesse sentido, é enfatizado na publicação que “...Observam-se, ainda, grandes dificuldades na investigação de práticas de violência e discriminação que atingem gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais e, sobretudo, na efetivação de ações punitivas.” (BRASIL, 2004, p.18).

O início dos anos 2000 tinham a prerrogativa de uma democracia mais amadurecida no Brasil, ainda incipiente se comparada aos outros países, contudo, com forte apelo junto aos movimentos sociais. O debate sobre os direitos sexuais já ganhava forma em diversas instâncias da sociedade, o que fazia com que temas sobre discriminação, respeito à diversidade e igualdade estivessem em voga.

---

<sup>9</sup> Sigla adotada pelo movimento naquele contexto, substituída, posteriormente, pela LGBT.

O BSH pega carona nesse processo e estabelece, na forma da lei, diretrizes que orientam ações importantes na promoção dos direitos das pessoas homossexuais que, entre outras demandas, apontava para a formulação de campanhas publicitárias a serem veiculadas pelo governo, em tratativa ao enfrentamento aos casos de violência sofridos pela população LGBTIA+.

No cenário sobre a segurança, o Programa estabelecia uma série de mecanismos de controle, diagnóstico e avaliação dos casos tangíveis à violência LGBTfóbica, tais como

Estimular o desenvolvimento e o apoio na implementação de políticas públicas de capacitação e de qualificação de policiais para o acolhimento, o atendimento e a investigação em caráter não-discriminatório; a inclusão nas matrizes curriculares das Polícias e das Guardas Municipais do recorte de orientação sexual e do combate à homofobia nos eixos temáticos de direitos humanos; e a sistematização de casos de crimes de homofobia para possibilitar uma literatura criminal sobre o tema. (BRASIL, 2004, p. 22)

E ainda

Criar instrumentos técnicos para diagnosticar e avaliar a situação de violação aos direitos humanos de homossexuais e de testemunhas de crimes relacionados à orientação sexual para levantar os tipos de violação, a tipificação e o contexto dos crimes, o perfil de autores e o nível de vitimização, de modo a assegurar o encaminhamento das vítimas GLBT, em serviços de assistência e proteção. (BRASIL, 2004, p. 22)

Um país com histórico acentuado de violência contra pessoas LGBTIA+ como o Brasil e, com um sistema policial deficitário e, por vezes, conservador no que se refere ao acolhimento das vítimas com esse perfil, o mecanismo de registrar tais crimes com a tipificação adequada contribuiria bastante para a elaboração de estratégias de enfrentamento a esses tipos de brutalidade.

Um outro debate, presente no BSH e, de certa forma, um dos mais importantes, era o de educação. O item V do Programa, intitulado “Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual”, estabelecia

diretrizes fundamentais para o enfrentamento à violência LGBTfóbica, sobretudo quando sinalizava ações de formação e capacitação de profissionais para atuarem nas escolas.

E foi do aprofundamento da discussão em torno desse tema que foi construído, também de forma coletiva com os movimentos sociais organizados, o GDE – Gênero e Diversidade na Escola. Um projeto de capacitação, em formato de curso voltado para de profissionais da educação com o objetivo de formar multiplicadores nos debates acerca da diversidade, gênero, sexualidade e orientação sexual e relações étnico-raciais.

Era sabido o tamanho do desafio a ser enfrentado, principalmente em espaços conservadores como as escolas. Mas também era nítido que havia uma potencialidade na ação para que o debate sobre as sexualidades pudesse romper a barreira da invisibilidade nas escolas.

Nesse sentido, Cruz (2019) aponta que era sabido que a ação do GDE por si só não bastava, mas cumpria papel fundamental na arena de disputa com o conservadorismo, de forma que

Um pressuposto importante d@s criador@s do GDE é que acreditam não serem suficientes a criação de leis antidiscriminação para o enfrentamento das violências sofridas por pessoas identificadas por alguns marcadores sociais da diferença. Além disso defendem que são necessárias ações para transformar os aspectos sexistas, racistas e lgbtfóbicos da cultura brasileira, e para isso, a escola é uma arena privilegiada, já que é o local estratégico na produção de subjetividades. (CRUZ, 2019, p.140)

A prerrogativa da relevância de projetos como o GDE estava alicerçada em demandas de violências LGBTfóbicas dentro da escola, que reproduzia e ainda reproduz, em grande parte, o conservadorismo presente na sociedade.

Outros dois pontos nevrálgicos no debate sobre as políticas públicas para a população LGBTIA+ também foram compreendidos no Programa Brasil Sem Homofobia: saúde e trabalho. Essa população, após a epidemia de HIV/AIDS, tornou-se alvo de narrativas de crueldade e discriminação na área da saúde.

A homossexualidade, que anos atrás era patologizada e caracterizada pelo então “...diagnóstico 302.0, da Classificação Internacional de Doenças (CID), da Organização

Mundial de Saúde, que qualifica como ‘Desvio e Transtorno Sexual<sup>10</sup>’, agora, depois da conquista da despatologização, esbarrava na dificuldade de acesso aos serviços básicos de atendimento médico e prevenção em saúde.

Nesse sentido, o BSH traça um panorama de ações estratégicas que atuam, desde a atenção à saúde da mulher lésbica até programas de atendimento às vítimas de violência sexual da população LGBTIA+, incluindo as pessoas encarceradas no sistema prisional.

Outros mecanismos importantes para a saúde da população LGBTIA+ também foram apreciados no Programa, como observatórios de estudo do tema e criação de ouvidorias para atendimento ao público-alvo.

Tais medidas corroboraram com a posterior criação da Política Nacional de Saúde Integral da Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais<sup>11</sup>, através da portaria 2836/2011, do Governo Federal, que será melhor abordada adiante.

No que concerne a política de trabalho e emprego, a ideia ia além do combate da discriminação de pessoas LGBTIA+ nos seus ambientes de trabalho, mas também tratava de formação e sensibilização de gestores acerca das demandas apresentadas por este grupo, sobretudo no que se refere às pessoas travestis e transsexuais.

Um ponto de extrema relevância, e que poderia ter sido tratado de forma mais aprofundada pelo Programa Brasil Sem Homofobia na seção das políticas de trabalho e emprego, seria a ideia da necessidade de formação e inserção dessa população no mercado de trabalho, considerando que, muitas das vezes, pela LGBTfobia, essas pessoas são submetidas aos subempregos e trabalhos exploratórios.

O documento, por fim, sinaliza uma série de outras diretrizes de políticas públicas voltadas para a juventude, cultura e mulheres, atendendo uma demanda direta dos movimentos sociais, considerando, de forma plausível, os marcadores sociais aos quais as pessoas LGBTIA+ também atravessam.

---

<sup>10</sup> Parecer técnico do Conselho Federal de Medicina, de 1985, sobre consulta ao CID na classificação da homossexualidade. Em: [https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/pareceres/BR/1985/5\\_1985.pdf](https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/pareceres/BR/1985/5_1985.pdf). Acesso em 12/11/2022.

<sup>11</sup> Tal Política será melhor discutida posteriormente, mas é importante ressaltar que se trata de uma medida fundamental para a saúde da população LGBTIA+. Em: [https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays.pdf](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf). Acesso em 14/11/2022.

Percebe-se, portanto, que o Programa Brasil Sem Homofobia tornou-se uma diretriz guarda-chuva para que outras ações fossem construídas ao longo do período, de forma que as medidas traçadas pudessem ser aprofundadas por debates específicos a fim de garantir dos direitos do público-alvo.

Um desses exemplos é a construção do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais, de 2009, forjado na articulação e luta dos movimentos sociais e implementado pelo governo federal.

## **1.2 – Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais**

O Plano, publicado em 2009, trata-se de um esforço coletivo, entre o poder executivo e as representações da sociedade civil organizada, na elaboração de orientações acerca das medidas que deviam ser aplicadas no âmbito da defesa da cidadania LGBT<sup>12</sup>.

Já na sua apresentação, o documento em questão aponta seu processo de construção e define sua perspectiva na promoção de políticas públicas, estabelecendo que

O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais, elaborado por Comissão Técnica Interministerial, reflete o esforço do Governo e da Sociedade Civil na busca de políticas públicas que consigam responder às necessidades, potencialidades e direitos da população envolvida, a partir de sua implementação, bem como do fortalecimento do Programa Brasil sem Homofobia, implantado desde 2004, quando o titular da área Direitos Humanos era o ministro Nilmário Miranda. (BRASIL, 2009, p.7)

É impossível pensar democracia quando uma gama importante da sociedade, historicamente marginalizada e extremamente vulnerabilizada na sua existência, não acessa aos serviços básicos para uma vida digna. Sendo assim, o Plano Nacional acima

---

<sup>12</sup> Sigla adotada pelo governo federal naquele momento.

citado, aqui batizado de PNP para facilitar a leitura, busca cumprir seu papel no enfrentamento da barbárie perpetrada contra a população LGBTIA+ durante a história desse país.

Importante ressaltar que a elaboração do PNP é fruto de uma discussão realizada na 1ª Conferência Nacional GLBT, ocorrida em 2008, com a presença de diversos atores do movimento LGBT, organizações da sociedade civil e representantes do poder público. Em linhas gerais, o PNP objetiva “Orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersectorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas.” (BRASIL, 2009, p.10).

O interessante do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais, é que coloca as diretrizes estabelecidas como um Plano de Gestão Pública. Essa perspectiva é fundamental para que as medidas orientativas sejam convertidas em políticas públicas e, logo, aplicáveis.

A garantia da representatividade de cada segmento da população LGBTIA+, que é pauta antiga dos movimentos sociais, ficou expressa em uma das medidas do PNP, quando concebe, por exemplo, a diferenciação dos conceitos de homofobia, lesbofobia e transfobia.

Esse movimento de diferenciação é urgente para que as ações de combate às violências sejam tratadas do ponto de vista da peculiaridade dos atos criminosos. Reafirma-se que, em geral, as violências LGBTfóbicas são acompanhadas da violência por outros marcadores sociais que a vítima possua, de forma que se agrava o potencial ofensivo.

O PNP conta com 51 diretrizes que apontam para ações de garantia e promoção da cidadania LGBTIA+, tais como a ampliação do conceito de família, de forma que absorva os núcleos familiares homoafetivos; o combate à LGBTfobia institucional, que parte de uma prerrogativa de dominação por posição hierárquica; legalização do direito à adoção homoparental, entre várias outras questões cruciais para esse público.

Outras indicações importantes para a garantia da cidadania LGBT, expressas no Plano, são referentes à educação, de maneira que as ações apontadas evoquem, não só um

panorama de enfrentamento das violações de forma urgente, mas como também evidenciam uma política a médio prazo com demandas formativas nas escolas, por exemplo.

Nesse sentido, o PNP apresenta um conjunto de diretrizes no campo da educação/formação organizados a seguir com grifos nossos

“Educação e informação da sociedade para o respeito e a defesa da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero”; “Utilização de peças educativas e informativas atraentes, criativas e com linguagem adequada aos vários públicos aos quais serão dirigidas”; “Inserção do enfrentamento à homofobia e à discriminação de gênero nos programas educativos desenvolvidos pelos órgãos municipais, estaduais e distrital de assistência social”; “Formação e capacitação contínua de atores públicos e sociais na temática da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero”; “Formação e capacitação de lideranças LGBT” (Brasil, 2009, p.17)

Ressaltar que a estratégia de promoção da cidadania LGBTIA+, assim como o combate às violências LGBTfóbicas devem ser feitas em momentos distintos é fundamental para o sucesso das ações. Prever medidas emergenciais juntamente com outras de caráter mais processual mostram que a luta em defesa da população LGBTIA+ deve ser pontual e contínua.

A educação torna-se, logo, um espaço prioritário de disputa para o reconhecimento da diversidade de corpos e subjetividades presentes na sociedade. Atestar como “normal” aquilo que destoa do considerado padrão vira uma tarefa essencial para educadoras e educadores no processo de formação humana de crianças e jovens.

Trata-se, portanto, de uma formação para humanidade, pautada em insígnias de liberdades individuais, respeito às diferenças e às diversidades. Nesse sentido, fazer com o Estado, através de suas instituições, promova o cenário de igualdade, ainda que alguém do desejado, pode ser configurado como um grande avanço.

O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais pautou, também, dois eixos centrais para ações estratégicas para a garantia da política, sendo eles: 1) Promoção e socialização do conhecimento; formação de atores; defesa e proteção dos direitos; sensibilização e

mobilização e 2) Promoção da cooperação federativa; Articulação e fortalecimento de redes sociais; articulação com outros poderes; cooperação internacional; gestão da implantação sistêmica da política para LGBT.

Tais eixos organizaram as ações a partir de seções discutidas no âmbito da coletividade e que, necessariamente, expressavam demandas importantes, tanto para a população LGBTIA+, quanto para o governo. Dessa forma, as estratégias foram norteadas por medidas com indicação de prazos e atores responsáveis pela execução. Envolveram-se no cronograma ministérios importantes, tais como Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Meio Ambiente, Justiça, Cultura, Previdência Social, entre outros, além, logicamente, de secretarias ligadas aos Direitos Humanos.

O PNP, por fim, traça um entendimento sobre os mecanismos de avaliação e monitoramento da execução das ações estratégicas, de forma a compreender os desafios e prognósticos estabelecidos no processo de realização das demandas de promoção da cidadania da população LGBTIA+.

Vale evidenciar que o princípio da garantia de uma vida digna e a premissa de uma cidadania irrestrita já estavam dispostos nos primeiros artigos da Constituição Federal, promulgada em 1988. Contudo, diante de um cenário de violação de direitos, sobretudo o direito à vida, faz com que políticas específicas sejam criadas.

Garantir a dignidade humana é o princípio básico para o fortalecimento de um Estado democrático de direito e, considerando o histórico processo de marginalização e invisibilização das identidades LGBTIA+, medidas como essa são, no mínimo, instrumentos de reparação diante de todas as atrocidades cometidas contra essa população.

No âmbito da saúde pública, com o agravamento da epidemia de HIV/AIDS, os corpos LGBTIA+ têm sido alvo constante de violações, sejam elas institucionais ou não. Durante muito tempo foi comum associar a doença aos homossexuais, sobretudo homens gays.

Esse quadro de culpabilização irracional fez com que uma série de regras fossem criadas para dificultar o acesso de pessoas LGBTIA+ aos serviços de saúde, tais como a restrição na doação de sangue, entre outros.

Nesse contexto que, em 2011, o Ministério da Saúde, ainda sob o respaldo do Programa Brasil Sem Homofobia, cria a Portaria 2836/11, que institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais.

### **1.3 – Portaria 2836/11/MS - Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais**

A Portaria 2836/2011, do Ministério da Saúde, foi criada sob a luz da diretriz de promoção da cidadania da população LGBTIA+, estabelecida desde o lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia. Nesse bojo, ainda em 2009, o Conselho Nacional de Saúde aprova a criação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais.

A articulação dos movimentos sociais em torno de políticas públicas em saúde para a população LGBTIA+ não é de agora. As organizações dos anos 80, diante do avanço da epidemia de HIV/AIDS mostra bem isso. O movimento de travestis da década de 90, pautando demandas relacionadas às políticas de prevenção e atendimento a hormonização também é um exemplo.

O próprio documento, resultado da Portaria 2836/2011, sinaliza esse processo de mobilização quando afirma que

De modo geral, a demanda dos movimentos organizados LGBT envolve reivindicações nas áreas dos direitos civis, políticos, sociais e humanos, o que exige atuação articulada e coordenada de todas as áreas do Poder Executivo. Para o atual governo, cuja diretriz é eliminar a discriminação e a marginalização, consonante com os Princípios de Yogyakarta<sup>13</sup>, a Política LGBT representa mais um passo na mudança de posição histórica, à qual estas pessoas estão submetidas na sociedade brasileira. (BRASIL, 2012, p.10)

---

<sup>13</sup> Princípios de Yogyakarta – Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e a identidade de gênero. Em: [http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf) Acesso em:30/11/2022.

Assim, o documento da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, faz um retrospecto breve sobre essa relação entre os movimentos por direitos LGBTIA+ e as políticas públicas em saúde. Trata-se, portanto, de uma ação de promoção da saúde de pessoas LGBTIA+, de forma a combater os preconceitos institucionais e os estigmas direcionados para essa população, com vias de redução das desigualdades sociais construídas ao longo do tempo.

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT, ou PNS – assim nominada pelo autor para facilitar a leitura – apresenta uma série de objetivos e diretrizes voltados para qualificar o atendimento das pessoas LGBTIA+ junto aos equipamentos do Sistema Único de Saúde. Desde a atenção básica até os casos mais complexos estão orientados pela PNS de forma a garantir a dignidade necessária à vida humana.

A garantia de temas fundamentais como o acesso ao processo transexualizador na rede do SUS; política de atenção às pessoas idosas, inseridas no segmento LGBTIA+, construção de rede de apoio para enfrentamento à depressão, suicídio e proteção da saúde mental, entre outras questões foram destacadas na publicação.

Ressalta-se que, diante do conservadorismo da sociedade, criando uma vigilância moral em torno dos comportamentos das pessoas LGBTIA+, ou, supostamente caracterizadas como tais, é formada uma teia de mecanismos de violência, não só física, mas também moral e psíquica. Esses fatores, aliados às pressões familiares por adequação à uma cisheteronormatividade, em muitas situações, torna-se a causa central das dos casos de suicídio.

A notificação de uma pesquisa sobre a saúde mental da população LGBTIA+, realizada pelo Instituto Nacional de Saúde Mental dos Estados Unidos, veiculada e traduzida pela Revista Galileu<sup>14</sup>, corrobora com tais afirmações e aponta que a ciência precisa entender a situação a partir de coleta de dados e serviços que atuem na prevenção de suicídio, sobretudo em um cenário de crescimento do número de casos desse tipo.

Voltando para a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, além das diretrizes e prognóstico das ações em saúde estabelecidas, a publicação designa responsabilidade na

---

<sup>14</sup> Revista Galileu. Artigo da Redação de 2021. Em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Comportamento/noticia/2021/11/suicidio-entre-gays-lesbicas-e-bissexuais-pesquisa-analisa-papel-de-fatores-como-genero-raca-e-idade.html> Acesso em 02/12/2022.

execução das políticas entre o Ministério da Saúde, as Secretarias Estaduais de Saúde, e as Secretarias Municipais de Saúde, delimitando as competências e atribuições de cada ente no processo de aplicabilidade da Política.

Invariavelmente, a execução das diretrizes regulamentadas pelos órgãos executivos em nível federal esbarra em questões ideológicas nos outros níveis, comprometendo, assim, por vezes, a velocidade em que tal política pública será realmente disponível para acesso da população.

Sendo assim, cabe aos órgãos ministeriais, uma perspectiva de constante monitoramento e avaliação das medidas aplicadas, de forma que não haja sobreposição de violação de direitos de um público sistematicamente violado.

Tais violações, por questões morais ou não, representam em grande parte o motivador do processo de exclusão da população LGBTIA+ dos seus espaços de convivência. Sabemos de inúmeros relatos de jovens evadindo das escolas por práticas de LGBTfobia, como também sabemos da baixa notificação de casos de violência por medo do tratamento dispensado à vítima pelos órgãos de segurança.

É nesse contexto que foi criado, logo no início do governo da presidenta Dilma Roussef, ainda dando continuidade às políticas elaboradas pelos governos do presidente Lula, o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência LGBT, em 2013, através da Portaria 766/13, que tratou de criar mecanismos de monitoramento das violências sofridas pela população LGBT.

#### **1.4 – Portaria 766/13 - Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência LGBT**

A consideração inicial da Portaria 766/13<sup>15</sup>, que institui o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência LGBT<sup>16</sup>, localiza a violência homo-

---

<sup>15</sup> Portaria 766/2013, que institui o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento da Violência LGBT. Em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acao-a-informacao/institucional/portaria-no-766-de-3-de-julho-de-2013> Acesso em 04/12/2022.

<sup>16</sup> Sigla adotada conforme prisma governo federal à época.

lesbo-transfóbica como algo estrutural à sociedade brasileira. Essa menção reafirma, não só o conservadorismo cruel da sociedade, mas também a institucionalização da violência no seu aspecto mais *strictu*.

A Portaria 766 sinaliza ainda que dados obtidos mostram que “os dados de homofobia referentes a 2012 que a pontam 27,34 violações de direitos humanos de caráter homofóbico por dia.” (BRASIL, 2013)

Tal Sistema Nacional LGBT reúne uma série de ações programáticas de enfrentamento à violência LGBTfóbica “com a finalidade de organizar e promover políticas de promoção da cidadania e direitos de LGBT, compreendidas como conjunto de diretrizes a serem observadas na ação do Poder Público e na sua relação com os diversos segmentos da sociedade.” (BRASIL, 2013)

É importante pautar a iniciativa de traçar mecanismos de monitoramento e avaliação das violências contra a população LGBTIA+, mas é salutar afirmar que, desde muito tempo, os atores que faziam esse tipo de levantamento eram os movimentos sociais e as entidades da sociedade civil organizadas.

Como verbalizado anteriormente, os casos de subnotificação das violências sofridas por LGBT's eram motivados, muitas vezes, pelo desencorajamento das vítimas em registrar tais crimes, ou seja, essas pessoas viviam um processo de revitimização, só que agora, por parte da institucionalidade que deveria protegê-las.

Pela lógica, o monitoramento da violência se expressa a partir da demanda apresentada, e assim surgem as políticas públicas de enfrentamento estratégico das ações violadoras. Bem, uma baixa notificação, conseqüentemente, permite que as medidas de combate não atinjam o ponto ideal.

Sendo assim, uma série de organizações da sociedade civil, ligadas aos direitos LGBTIA+ começaram a mapear as violências sofridas por esta população. Um trabalho que exige articulação em nível nacional e, sobretudo, acesso às informações das vítimas.

A debilidade no método de registro das ocorrências é atestada, inclusive, pela Agência Brasil, vinculada à EBC – Empresa Brasileira de Comunicação, órgão do governo federal que, em 2021 publicou um artigo<sup>17</sup> em seu site sobre a situação.

O fato é que pudemos perceber que a ação dos movimentos sociais organizados contribui para apresentação de diretrizes que podem virar políticas públicas para determinados grupos. Esse fenômeno não acontece somente com o movimento LGBTIA+. Os enfrentamentos pautados por esses grupos devem ser considerados por todo e qualquer instância de poder.

Uma breve ressalva se dá no campo da similitude operacional nas ações de enfrentamento das violências contra corpos LGBTIA+, já que, estabelecidos os limites de cada ente, torna-se fundamental entender as atribuições cabidas, tanto ao Estado, quanto às organizações da sociedade civil.

Diante do dinamismo que a conjuntura política aponta, essa relação entre Estado e movimentos sociais nem sempre se dará de forma amistosa. Também não será sempre de um confronto orgânico. E nem deve ser assim sempre, já que cada parte cumpre um papel bem definido no processo de organização social, tornando as entidades da sociedade civil organizada signatários da reivindicação e ao Estado, cabendo a gerência de interesses, sejam coletivos ou não.

Nesse sentido, Lima (2016), aponta que

Dessa maneira, existem determinadas formas de ação política, porém seu sentido é atribuído pelos agentes, de modo que as mesmas formas podem ser usadas tanto como formas de contestação, quanto de reiteração da ordem, sendo, inclusive, partilhadas por distintos atores. (LIMA, 2016, p.90)

Observa-se, portanto, que, independentemente da instância, o papel dos movimentos sociais desloca-se na reivindicação por direitos. No caso dos movimentos

---

<sup>17</sup> Artigo “Subnotificação de crimes contra LGBTQI+ preocupa direitos humanos”. Fonte: Agência Brasil. 2021. Em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-07/subnotificacao-de-crimes-contralgbtqi-preocupa-direitos-humanos> . Acesso em 04/12/2022.

LGBTIA+, a pauta se estende desde os direitos sexuais até direitos que tangenciam o exercício da cidadania na sua forma plena.

Sobre as agendas políticas dos movimentos LGBTIA+, Aguião (2018), sinaliza que

muitas das principais pautas de reivindicação da atualidade guardam pouca relação direta com sexualidade e concentram-se em questões como direitos previdenciários, adoção, mudanças de registro civil. A inclusão desses direitos sob o guarda-chuva dos direitos sexuais vincula-se a uma interpretação segundo a qual processos sociais e políticos de discriminação privam determinados sujeitos de acessá-los. (AGUIÃO, 2018, p.31)

Ocorre que os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil tendem a traçar perspectivas mais pontuais. As demandas já se apresentam inseridas nas particularidades de cada sujeito. Nesse contexto é que surge uma gama de grupos organizados dentro dos mais variados espaços, entre eles, a universidade.

O surgimento de grupos e coletivos LGBTIA+ dentro das universidades se dá no contexto de um campo fértil para o debate sobre direitos. Aqui vamos nos ater à organização de estudantes que transitam entre papéis de militância política e identidade estudantil, mas que convergem com a subjetividade de corpo dissidente LGBTIA+, tendo o movimento LGBTIA+ universitário um mecanismo que os reapropria, ressignifica e reutiliza em diferentes contextos históricos. (Lima, 2016).

O objeto de pesquisa desse estudo pauta-se na análise de um desses coletivos LGBTIA+, inserido na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e com mais de 16 anos de existência, sendo, portanto, o coletivo de estudantes mais antigo da universidade: o Coletivo Pontes.

## **2 - Unindo as diferenças: a história do Coletivo Pontes de Diversidade Sexual e de Gênero**

O breve retrospecto dos movimentos sociais LGBTIA+ no Brasil nos mostrou diversas peculiaridades. A busca pela reafirmação de uma identidade social, a reivindicação da garantia de direitos, a luta contra a violência LGBTfóbica e, sobretudo, a defesa da sobrevivência.

Essas pautas podem ser observadas de vários prismas, nas mais variadas formas de organização, sejam em contextos nacionais ou locais. Dessa forma, percebemos também que a dinâmica do movimento LGBTIA+, assim como qualquer outro movimento social, se projeta de acordo com a conjuntura política, tendo avanços e refluxos em dados momentos.

Vale ressaltar que a organização de grupos/coletivos LGBTIA+ é heterogênea. Conforme apontado, ainda na introdução desta pesquisa, a agenda de um coletivo de rua<sup>18</sup> não necessariamente se constrói da mesma forma que a dos coletivos universitários, por exemplo.

Ainda que algumas pessoas transitem, concomitantemente, entre esses dois grupos por questões objetivas, o fato de um coletivo universitário estar, logicamente, inserido em um espaço institucional, caracteriza um privilégio ímpar no seu processo de organização e ação efetiva.

Embora a proposta desse trabalho não seja pesquisar os coletivos de rua, se faz importante mencionar sua presença nas periferias e suas formas de organização, de maneira que fique claro que, se a simples existência de um corpo LGBTIA+ periférico já se traduz em resistência, sua organização coletiva é revolucionária. Ousemos viver.

Nesse estudo iremos nos ater às formas de organização do coletivo universitário, enfatizando a atuação do Coletivo Pontes, que há 16 anos organiza pautas identitárias ligadas ao público LGBTIA+ dentro da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Trata-se do coletivo de estudantes mais antigo da UFRRJ em atividade.

---

<sup>18</sup> Me refiro aqui, como coletivo de rua, os coletivos LGBTIA+ organizados nas periferias sob a perspectiva de garantia de acolhimento, de lazer, de cultura de jovens reiteradamente marginalizados, seja por orientação sexual, identidade de gênero, classe social, raça, entre outras questões.

O Coletivo Pontes surgiu em 2006, naquele momento denominado Grupo Pontes, a partir do aprofundamento do debate entre estudantes participantes da gestão do DCE – Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em torno da criação de um Grupo de Trabalho de Diversidade Sexual que faria parte da estrutura da organização estudantil.

Após esse processo de construção do Grupo de Trabalho de Diversidade Sexual, que durou algumas semanas, organizou-se a ideia da criação de um grupo, autônomo em relação ao DCE, que tivesse como pauta principal a questão LGBTIA+, tendo sido feita uma consulta pública à comunidade estudantil da UFRRJ para escolha do nome.

Depois da plenária de criação do grupo apreciar diversas propostas de nome e suas defesas em torno das ideias, o nome escolhido pela maioria das pessoas presentes foi GRUPO PONTES, considerando o conceito de ligação de uma coisa à outra, sendo o nome utilizado até os dias atuais.

Figura 1 – Logotipo do Grupo Pontes (2006)



Fonte: Página do Coletivo Pontes no Facebook<sup>19</sup>.

Logo que o Grupo Pontes foi criado, o conjunto dos estudantes que lideravam o movimento decidiram formalizá-lo enquanto Projeto de Extensão junto ao Decanato de Extensão da Universidade Rural, hoje nominada de Pró-Reitoria de Extensão, PROEXT.

---

<sup>19</sup> Em <https://www.facebook.com/coletivo.pontes/photos> . Acesso em 23/09/2022.

O fato de, na época, Grupo Pontes ser institucionalizado enquanto Projeto de Extensão, posteriormente, trouxe muitos benefícios na relação com a universidade, facilitando a organização de ações e, sobretudo, na articulação com o território do entorno, o município de Seropédica, cujo vínculo, historicamente, foi marcado por muito distanciamento.

Para analisar a atuação do Coletivo Pontes, ao longo desses 16 anos de atividades, faremos subdivisões necessárias para melhor entendimento das ações e os contextos aos quais elas estavam pautadas. Nesse sentido, denominamos de “geração”, o período em que determinada gestão permaneceu à frente do movimento, de forma a perceber a dinâmica do Coletivo.

Organizamos, portanto, um roteiro semiestruturado para realizar entrevistas com as lideranças desde a criação do então Grupo Pontes, em 2006, até os dias atuais. Sendo assim, entrevistamos, inicialmente, um dos fundadores/as do Pontes, que liderou o movimento de 2006 até aproximadamente 2010, caracterizado aqui como a 1ª Geração Ponteana.

Na sequência, dialogamos com outra liderança que acompanhou o grupo de 2010 até 2014, sendo considerada a 2ª Geração do Pontes; de 2015 até 2019 é o período compreendido pela 3ª Geração. A 4ª Geração do Coletivo inicia por volta de 2019, atravessa o período da pandemia de COVID-19 e vai até 2022, quando se inicia o que podemos chamar de 5ª Geração, que é a que coordena o movimento até os dias atuais.

A aplicação do questionário foi feita de forma remota, já que a grande maioria das pessoas participantes das gerações do Coletivo Pontes hoje se encontram em cidades e até estados distantes.

Elaboramos um roteiro básico de orientação com perguntas abertas, de forma que o diálogo fosse mais estimulado que a resposta em si. Para tanto, organizamos perguntas relacionadas à característica do Coletivo Pontes no entendimento dessas lideranças e, em um primeiro momento, perguntamos sobre a definição do Pontes. Se o consideravam um movimento social, uma organização política, um projeto de extensão, um grupo de apoio ou mesmo uma entidade de representação.

A pergunta seguinte tratou de analisar a conjuntura política que se deu a participação da liderança na gestão do Coletivo Pontes, pautando aqui uma reflexão em nível geral e no espaço local, ou seja, junto à universidade. Nesse sentido, buscamos uma observação dessas pessoas também sobre o impacto gerado na universidade a partir da sua gestão no Pontes.

Na sequência, abordamos uma questão sobre como a gestão de cada liderança se percebeu na defesa de políticas públicas no âmbito LGBTIA+ dentro da universidade, de forma que pudéssemos argumentar sobre a relação com a gestão da administração superior da universidade e também entender quais pautas eram traçadas naquele determinado contexto.

A questão posterior sinalizava sobre a assistência estudantil. Um dos maiores desafios para a permanência dos estudantes nas universidades públicas e, quando discutimos esse ponto sob a perspectiva de pessoas LGBTIA+, as adversidades se potencializam.

Sendo assim, a pergunta foi costurada de forma que as lideranças observassem quais as políticas de assistência seriam fundamentais para a garantia e manutenção de estudantes LGBTIA+ dentro da universidade, sobretudo no que tange ao segmento T (travestis e transsexuais).

De certa forma, essa pergunta aponta para uma situação que, muitas vezes, transcende os limites dos muros das universidades. Há ações que podem ser atribuídas à gestão da universidade. Contudo, também há situações que dependem de outros atores no processo de garantia de um espaço acolhedor e salubre para o convívio de pessoas tão diversas.

Outro tópico abordado foi sobre a opinião dessas gerações no que seria a maior contribuição do Coletivo Pontes para a população LGBTIA+ ao longo dos 16 anos de existência. Considera-se importante ressaltar que, por vezes, presume-se que um coletivo universitário tenha suas ações restritas ao ambiente da universidade, mas, diante das respostas recebidas, observamos outras interlocuções.

A seguir, o diálogo foi traçado a partir da percepção de cada representante sobre a sua própria formação acadêmica e humana a partir da participação no Coletivo Pontes.

Buscamos uma reflexão acerca do entendimento da importância da atuação nos movimentos sociais, de uma forma geral, nos processos formativos.

Tal reflexão é o que nos leva para a pergunta seguinte, que trata, de uma maneira mais ampla, sobre as contribuições da militância no desenvolvimento acadêmico/profissional e humano. Sendo assim, abordamos uma questão mais geral, mas que reafirma como o contexto de sociabilidade dos movimentos sociais se situa no percurso formativo de tais sujeitos.

Por fim, um debate que atravessa todos os segmentos dos movimentos sociais e que pode ser considerado um dos maiores desafios de organização das lutas: os refluxos. Perguntamos, portanto, considerando que os 16 anos de existência do Coletivo Pontes foram marcados por mobilizações e ações com intensidade variada, ao que cada geração atribui os avanços e refluxos na ação política do Pontes.

No contexto da última pergunta, faz-se necessário ponderar sobre o Coletivo Pontes ser o grupo identitário em atividade mais antigo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Tantos outros grupos e coletivos, também importantes para as lutas específicas e gerais da universidade foram criados, mas a dinâmica do movimento fez com que não pudessem dar continuidade às ações.

Trata-se de uma situação bastante comum como também delicada, já que pressupõe-se que a vida acadêmica dentro de uma universidade tem prazos bem definidos, cabendo à organização do movimento, uma lógica contínua de reoxigenação dos seus quadros de lideranças.

Ao longo da minha jornada acadêmica na UFRRJ, conheci a ação de muitos grupos identitários importantes para o conjunto da universidade. Outros movimentos LGBTIA+ nos cursos, grupos que pautavam a questão de gênero e violência de gênero, movimento negro, grupos religiosos e vários outros.

Nesta seção, tentamos realizar um mapeamento dos coletivos universitários da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Sabemos da situação de encerramento das atividades de alguns. De outros compreendemos o processo de desmobilização, mas o que não constitui, necessariamente, o término de sua existência. Entendemos, também o surgimento de outros.

Como o cenário de levantamento demandaria uma busca difícil e, talvez, sobre alguns grupos, uma incerteza, já que, em determinados coletivos, as pessoas de referência nem estudam mais na UFRRJ, ou mesmo seguiram por outros caminhos, decidimos, então, que se fosse interessante, esse trabalho poderia ser realizado em um outro momento.

Mesmo não conseguindo fazer tal levantamento, faz-se necessário sinalizar a importância desses grupos no processo de organização política dentro da universidade e fora dela.

Pautas importantes foram traçadas e lutas emblemáticas travadas para que os direitos de cada sujeito fossem assegurados, assim como, em dados momentos, tais grupos se organizaram reivindicando políticas públicas que orientassem não só suas agendas políticas, mas que defendessem suas vidas.

Após a apresentação da justificativa sobre o mapeamento dos coletivos e grupos existentes na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pautamos aqui a organização das respostas das entrevistas em seções relacionadas por geração de gestão. Atravessamos, portanto, a linha do tempo da existência do Coletivo Pontes contextualizando suas ações, seus processos, suas agendas e suas percepções.

## **2.1 – Primeira Geração**

A primeira geração do Coletivo Pontes marca o surgimento do grupo em 2006, a partir do debate na gestão do DCE - Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que pautava a necessidade de uma interlocução maior com o público GLS<sup>20</sup>.

Nesse contexto que foi criado pelo DCE o Grupo de Trabalho GLS, que durou algumas semanas até perceberem a necessidade da criação de um grupo específico que

---

<sup>20</sup> Sigla comumente utilizada na época, significando a representação dos corpos Gays, Lésbicas e Simpatizantes. Tal sigla foi sendo modificada posteriormente à medida que se percebia novas representações de segmentos da diversidade sexual e identidade de gênero.

pautasse as demandas da população LGBTIA+ dentro da universidade e que, não necessariamente, estivesse vinculado ao DCE.

Assim sendo, constituiu-se um grupo, que prontamente se organizou e, através de uma enquete com diversas propostas, recebidas após uma consulta pública e respondida por várias pessoas do corpo estudantil, após uma votação foi batizado por Grupo Pontes. Seu nome vinha da ideia de ligar um ponto a outro; unir lados; construir ligações.

Esse movimento se iniciou articulado, entre outras pessoas, por Rodrigo Ferrerez, então discente de Economia Doméstica, nosso interlocutor sobre essa primeira geração.

A fala de Ferrerez sobre o início do Grupo Pontes reporta ainda à institucionalização do grupo, logo após seu surgimento, junto ao Decanato de Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como um Projeto de Extensão da universidade, dando uma característica mais formal à existência do Pontes.

Ferrerez cita ainda sobre a forma de organização do grupo

“(…)Era um grupo descentralizado, não tinha presidente, não tinha uma pessoa que era responsável (administrativamente) pelo grupo. Era uma gestão descentralizada [...] não havia eleição, o grupo atuava direto, entrando gente, saindo gente, entrando gente e foi assim sempre.” (Ferrerez, entrevista em 21/09/2022). Grifo nosso.

Na sequência, ao ser provocado sobre sua avaliação quanto à natureza do Grupo Pontes, Ferrerez sinaliza que, de início, mesmo sendo institucionalizado, através da vinculação como Projeto de Extensão, o Pontes atuava em diversas frentes, trazendo sua capilaridade em ações que previam desde acolhimento de pessoas LGBTIA+ vítimas de violência até organização de festas.

“Como a gente tava no período inicial e a gente era muito daquela coisa de militante, de causar, a gente não tinha um direcionamento em torno do que o Pontes faz. O que o Pontes faz? O Pontes faz tudo. O Pontes é apoio psicológico, o Pontes é militância, o Pontes é festa LGBT, o Pontes é um grupo político, o Pontes é um grupo de extensão. Então ele tinha um pouco de cada coisa.” (Ferrerez, entrevista em 21/09/2022)

Para a vida universitária, o processo de socialização se faz extremamente necessário. E, quando nos referimos ao cenário LGBTIA+ do início dos anos 2000, falamos de um momento ainda incipiente de reafirmação da identidade. Portanto, criar espaços de lazer que acolham essa juventude é, sobretudo, democratizar os espaços de convivência.

Imagem 1 – Festa LGBT organizada pelo Pontes no campus da UFRRJ.



Fonte: Página do Coletivo Pontes no Facebook<sup>21</sup>.

Ainda segundo Ferrerez, as festas foram um marco identitário não só na universidade, mas no próprio território em que a UFRRJ se localiza. Os eventos não eram restritos aos estudantes e isso fazia com que um canal entre a universidade e a juventude LGBTIA+ da comunidade em que ela se insere fosse estabelecido.

---

<sup>21</sup> Em <https://www.facebook.com/coletivo.pontes/photos> . Acesso em 23/09/2022.

Outra questão levantada na entrevista estava relacionada à conjuntura política que marcou a participação da liderança durante a coordenação do Coletivo Pontes. A ideia, nesse caso, era que se pautasse uma reflexão sobre o contexto sócio-político, tanto em nível de universidade, quanto sobre o cenário a nível nacional no período de participação no Pontes.

Tal pergunta vinha antecedida de um complemento o qual fomentava uma narrativa no que se refere à relação do grupo com a gestão da universidade.

Nesse sentido, a resposta foi bastante categórica: Ferrerez apontava a circunstância de um governo popular, com a primeira gestão do presidente Lula e uma série de debates iniciais em torno da construção de políticas públicas voltadas para a população LGBTIA+. Ferrerez lembra, ainda, que o grupo

“se identificava com as ações voltadas ao público LGBT, ainda que na fase inicial de implementação de políticas, mas a gente também entendia que tudo que estava acontecendo à nível nacional era como se fosse um teste no que tange a novidade de um governo de esquerda. E dentro da universidade, era também um momento de teste, já que se tratava de algo novo (as pautas LGBTIA+), que nunca tinha se discutido dentro da universidade, sendo uma quebra de paradigma.” (Ferrerez, entrevista em 21/09/2022)

Sobre a relação com a administração superior da universidade, Ferrerez aponta que participava do Pontes, mas também era gestão do DCE da UFRRJ, construindo um início de diálogo com a reitoria com o objetivo de criar laços importantes para o movimento. Ferrerez recorda também que

“as pessoas confundem atrelamento com parceria, então naquela época a gente queria criar um tipo de parceria, um tipo de influência para que a gente pudesse fazer os eventos e as ações. Não deixando de questionar, já que não concordávamos com diversas coisas que aconteciam através da gestão da universidade, inclusive batíamos de frente e discordávamos, mas a gente também propunha ações voltadas ao segmento LGBT. Foi nesse contexto de proposição que a gente começou a ter muito apoio da administração superior da universidade à época”. Ferrerez, entrevista em 21/09/2022)

Tal apoio, citado por Ferrerez, trata-se de destinação orçamentária para realização de ações importantes para a construção do movimento.

A dinâmica estudantil, sobretudo das organizações dos movimentos sociais dentro das universidades, é pautada por mobilizações com recursos extremamente escassos, de forma que organizar uma ida a um encontro ou congresso fora da sua cidade ou estado, impulsionar ações políticas, promover espaços de debates dentro da universidade, entre outras movimentações, exigem o mínimo de estrutura.

Ter um canal aberto de diálogo com uma reitoria que entenda a importância desse processo de organização estudantil é fundamental para garantir determinadas ações.

Na sequência, perguntamos sobre como a liderança se percebia na defesa de políticas públicas LGBTIA+ durante seu período de participação junto ao Coletivo Pontes. A ideia dessa pergunta era trazer uma análise no que tange aos resultados efetivos das políticas públicas que alguns anos antes haviam sido apresentadas pelo então governo Lula.

Em complemento à essa ideia, gostaríamos que tal resposta situasse também como essas políticas públicas veiculadas pelo governo federal tiveram rebatimento na elaboração de políticas LGBT construídas pela universidade. Se houve participação do Pontes no processo de organização das ações da universidade sobre os temas que tem a população LGBTIA+ como público alvo, entre outras questões.

Ferrerez aponta que durante o período que esteve à frente do Coletivo Pontes, não percebia, de maneira geral, as políticas públicas voltadas para a população LGBTIA+. Endossa ainda que, começou a observar uma movimentação da universidade em torno de questões LGBT's somente depois da organização de estudantes através do Pontes, mas não só com o Pontes.

Essa mudança, percebida por Ferrerez, é verbalizada de maneira que a gestão da administração central da universidade, após sofrer grande pressão de alunos, adota medidas relacionadas à assistência estudantil, sendo uma delas

“por exemplo, havia um alojamento bastante opressor, pois na universidade Rural haviam pessoas do Brasil inteiro, cada qual com uma cultura e a gente

percebia a dificuldade para quem era LGBT e vinha de fora. E a universidade começou a entender que as pessoas LGBT's sofriam com LGBTfobia e preconceito, tendo sido criado, erroneamente, um andar inteiro nos alojamentos exclusivo para o público gay, devido aos casos de violência. Desde que o Pontes foi criado, a gente recebia muita denúncia.” (Ferrerez, entrevista em 21/09/2022)

O histórico processo de guetização da população LGBTIA+ é conhecido em cenários onde o poder central não consegue, ou não quer, dar respostas imediatas e/ou incisivas à determinadas demandas desse público.

Em um panorama de violência LGBTfóbica contra uma pessoa, estudante, vinculada ao alojamento de uma instituição federal de ensino superior, portanto, vinculado a um curso de graduação daquela universidade, torna-se mais “fácil” promover a política da guetização dos corpos dissidentes do que, necessariamente, efetivar ações de combate à violação dos direitos de tais pessoas.

No que se refere ao imaginário da liderança em torno de quais políticas de assistência estudantil seriam fundamentais para a garantia da manutenção de tais discentes dentro da universidade, Ferrerez sinaliza que, estando fora da universidade há algum tempo, não saberia afirmar com propriedade, mas que considera

“a manutenção e melhoria das políticas que já existem, ou existiam, seria um bom começo. É importante fazer ações permanentes de educação em saúde sexual, com ações de prevenção de IST's, incluindo HIV/AIDS; promover palestras sobre a questão da violência e tudo isso poderia ser feito em parceria com o Pontes” Ferrerez, entrevista em 21/09/2022)

Outra questão abordada foi sobre as contribuições do Coletivo Pontes para a população LGBTIA+ nesses 16 anos de existência. Nesse sentido, durante a entrevista, Ferrerez aborda uma série de resultados, inclusive comportamentais, das sementes que foram plantadas. A liderança da 1ª Geração do Coletivo Pontes sinaliza, sobretudo, que tais frutos das ações do Pontes foram benéficos não só para a comunidade LGBTIA+ da UFRRJ, mas à toda comunidade universitária e à população de Seropédica.

Ferrerez lembra que

“não era comum um casal homossexual andar de mãos dadas pelo campus, coisa que nos dias atuais já não é mais raro. A existência de um grupo identitário como o Pontes, dá uma certa segurança para as pessoas terem mais liberdade de serem quem são. Você hoje tem mais liberdade de falar, de se expor. (Ferrerez, entrevista em 21/09/2022)

As rodas de vivência coordenadas pelo Coletivo Pontes sempre foram tambores de ressonância para as demandas vindas da comunidade LGBTIA+ da universidade. A dinâmica da roda era pautada em relatos de experiências sobre situações diversas vividas pelas pessoas presentes.

Tais eventos proporcionavam o acolhimento de estudantes e fortalecia as pautas identitárias na universidade, como mostra a Imagem 2, a seguir.

Imagem 2 – Eventos de acolhimento organizados pelo Coletivo Pontes



Fonte: Página do Coletivo Pontes no Facebook<sup>22</sup>.

Nesse sentido, narrativas de denúncias de violências, reivindicações de estudantes, organização de ações políticas e até mesmo desabafos em relação aos desafios postos na

<sup>22</sup> Em <https://www.facebook.com/coletivo.pontes/photos> . Acesso em 23/09/2022.

vida da juventude LGBTIA+ dentro dos seus lares eram abordados como forma de acolhimento coletivo pelo grupo.

É importante ressaltar que o Pontes realizou diversas ações de conscientização dentro do campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em Seropédica e, obviamente também, ressalta-se que a sociedade teve um determinado avanço no trato da questão da diversidade sexual, através da popularização da internet, as mídias e das políticas públicas de uma maneira geral.

O processo de organização de um coletivo de estudantes LGBTIA+ dentro de uma universidade pública em um cenário de direitos ainda embrionário torna-se um marco fundamental para que alguns segmentos da sociedade pudessem se perceber na LGBTfobia estrutural e pautar uma autocrítica em torno de seus atos.

O questionamento do próprio Ferrerez “...quantos professores não tinham nenhum contato com a questão LGBT<sup>23</sup>?” evidencia que havia um longo caminho a ser percorrido para que a questão LGBTIA+ fosse entendida como um mecanismo político e, certamente, a existência de um grupo organizado, com ações permanentes de defesa de direitos contribuiu com isso.

Ao longo dos mais de 16 anos, o Coletivo Pontes pautou lutas importantes dentro da universidade. Desde a organização de espaços de discussão acerca de temas relacionados ao público LGBTIA+, como fóruns, seminários, palestras; atos de protesto, sobretudo nas datas de relevância para os segmentos pertencentes à sigla; sediou o evento LGBTIA+ universitário mais importante do Brasil, o ENUDS – Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual, entre outras ações.

O Coletivo Pontes não resumia sua intervenção nas questões referentes à diversidade sexual e de gênero. Mas sempre esteve inserido nos processos políticos que envolviam diretamente ou indiretamente a universidade e seu corpo discente, como mostra a imagem abaixo, durante a manifestação contra a implantação do aterro sanitário em Seropédica.

---

<sup>23</sup> Expressão usada pelo entrevistado.

Imagem 3 – Participação do Pontes no ato contra o “Lixão” de Seropédica.



Fonte: Acervo pessoal de Rodrigo Ferrerez.

Sendo assim, falar de legado do Coletivo Pontes é falar de uma história que atravessou muitas gerações e contextos, enfrentou diversos desafios e pautou a identidade LGBTIA+ dentro do campus, garantindo visibilidade para questões de existência e resistência.

Entendemos a militância enquanto processo formativo. A participação em movimentos sociais são recursos importantes para o desenvolvimento do sujeito enquanto agente transformador da sua própria realidade.

Então, nesse bojo, a questão colocada para a liderança do Coletivo Pontes na sua 1ª Geração foi, justamente, como ele percebe sua formação acadêmica e humana a partir da participação no Pontes. Ampliamos, ainda, com a visão do entrevistado sobre as contribuições da militância nos movimentos sociais, de uma forma geral, para sua vida.

Ferrerez aponta que houve, em sua trajetória enquanto militante de movimento estudantil e participante de movimento LGBTIA+, uma grande contribuição na sua

formação técnica e humana. Um dos exemplos citados por ele é a desenvoltura em falar em público, de se comunicar melhor, entre outras coisas.

Ele salienta ainda sobre sua formação identitária com o aprofundamento de sua consciência enquanto sujeito de direitos. Ferrerez reafirma que o período de militância trouxe um aprendizado no que tange à noção de sua posição na sociedade e na luta por seus direitos, na compreensão do mundo da política

Ferrerez hoje atua no setor de cultura do município de Seropédica e credita à militância uma transformação como pessoa e na sua vida profissional. Na sua fala afirma que

“profissionalmente eu tinha uma posição na sociedade e que eu tinha que lutar pelos meus direitos, mas sendo LGBT, tendo meu espaço enquanto LGBT, levantando a bandeira LGBT com tudo que deve ser discutido no dia a dia, não só no campo de política pública, entendendo que somos, sim, seres políticos. Eu acho que se não tivesse participado da militância, minha formação não teria sido tão completa. Hoje em dia eu trabalho com cultura e sou conhecido no município e isso dou graças ao Pontes, às ações que fizemos, às reuniões que participamos.” (Ferrerez, entrevista em 21/09/2022)

A participação de espaços de decisão coletiva, como os movimentos sociais, pode trazer conhecimentos importantes para a relação do sujeito com outras experiências. Por exemplo, em uma formação na grande área das Ciências Humanas e Sociais, a militância pode servir como instrumento de compreensão da realidade, aproveitado, inclusive, como componente do currículo. Se tal militância estiver no campo das sexualidades, esse aproveitamento se potencializa muito mais.

Lima (2016), sinaliza uma reflexão interessante acerca da construção de identidades no ambiente estudantil e a produção acadêmica, de forma que

(...) a formação política dentro do movimento estudantil; a diferença entre universitários de áreas de conhecimento distintas entre si, como de Humanas e Exatas, por exemplo; a forma como os alunos que possuem no currículo pedagógico discussões sobre gênero e sexualidade têm um cuidado de pensar sobre o que esses temas significam (...) (LIMA, 2016, p. 118) – Grifo nosso

Percebe-se, portanto, que os cursos das áreas das Humanas e Sociais, possuem maior propensão para o debate em torno de questões afins aos direitos humanos. Não que as outras áreas não o façam. Mas torna-se evidente, até mesmo no dia a dia dos movimentos sociais, uma maior participação de estudantes oriundos de cursos das humanidades.

Essa vivência que é estimulada pela participação em congressos e fóruns, organização de eventos, experiência da representatividade, entre outros mecanismos tornam-se, então, um legado para a vida toda e em todos os níveis.

Entre outras ações importantes para a discussão acerca da diversidade sexual e de gênero, o Pontes organizava momentos que propiciavam a discussão sobre o tema e fazia com que, assim como as rodas de vivência e acolhimento, as pessoas pudessem desconstruir perspectivas e se compreenderem melhor, como os cine-debates (Figura 2).

Figura 2 – Cartaz de divulgação dos Cine-Debates organizados pelo Pontes.



Fonte: Página do Coletivo Pontes no Facebook<sup>24</sup>.

<sup>24</sup> Em <https://www.facebook.com/coletivo.pontes/photos> . Acesso em 23/09/2022.

Por fim, considerando que a dinâmica dos movimentos sociais depende da conjuntura política e, sobretudo quando se analisa o movimento estudantil e as ações de coletivos estudantis, quando se há uma previsibilidade de ação de determinados sujeitos, devido ao tempo de permanência na universidade, perguntamos sobre os avanços e refluxos do Pontes.

Considerando também os 16 anos de existência do Coletivo, as diversas mobilizações realizadas, os períodos políticos atravessados, tanto em nível nacional quanto a nível local, percebe-se que as representações são alteradas, sendo a linha de ação política, por vezes, também modificada.

A resposta de Ferrerez é categórica

“Falando mais especificamente sobre o Coletivo Pontes, trata-se de uma questão de rotatividade. Se, por exemplo, o grupo tem hoje 10 pessoas, em 4 anos essas pessoas estarão formadas, elas não estarão mais ali. Logo, é uma rotatividade muito grande. Houve uma época em que o Pontes tinha 2 a 4 pessoas; teve uma época que o Pontes praticamente encerrou as atividades e tinha que mobilizar e fazer trabalho de base, organizar palestras e acolher calouros todo início de semestre.” (Ferrerez, entrevista em 21/09/2022)

Em outra afirmação, Ferrerez sinaliza uma possível acomodação da juventude no que se refere à conquista de espaços que garantam suas liberdades e vivência de suas individualidades. Diferentemente do que narra sobre o período em que esteve à frente do Pontes, quando até os afetos eram tímidos, nos dias atuais, pelo menos dentro do campus (e somente dentro dele), essa troca é comum.

Ferrerez acredita que as conquistas fizeram com que as gerações atuais se acomodassem e não criassem novas demandas para a construção de agendas políticas para o grupo, ainda que haja diversas questões a serem pontuadas quando se trata da garantia de direitos da população LGBTIA+.

Por ter sido a primeira geração do Coletivo Pontes, ainda com o nome de Grupo Pontes, a conversa com Rodrigo Ferrerez trouxe narrativas importantes para a compreensão do processo de formação e consolidação do movimento LGBT dentro da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

O sentimento, conforme apontado por Ferrerez, é o de plantio de uma semente que, mesmo com todos os desafios postos, que sempre existiram, é possível perceber hoje, alguns frutos desse trabalho.

Após a criação do Pontes, a universidade pôde perceber a existência de corpos dissidentes organizados ocupando espaços, até então, inimagináveis. Esse movimento fez com que as gerações posteriores tivessem uma organicidade maior na luta em defesa dos direitos da comunidade LGBTIA+ dentro da UFRRJ.

Ainda que os desafios continuassem tão difíceis, a simples existência de um movimento, plural e democrático, que tivesse a premissa de acolher essa dissidência de corpos por conta de orientação sexual e identidade de gênero, mesmo em um contexto bastante particular, como o de um campus universitário, já se traduz em um sentimento de alívio.

Sendo assim, faremos agora uma análise em torno da 2ª Geração do Coletivo Pontes, de forma a pensar a trajetória desse movimento e uma observação em relação aos contextos vividos por cada representante.

## **2.2 – Segunda Geração**

A segunda geração do Coletivo Pontes compreende o período por volta de 2010 à 2014. As pessoas participantes do Pontes sinalizam que essa cronologia não é linear, muito menos tão definida assim, já que, no grupo, existe uma rotatividade de militantes compatível com seus períodos de vínculo com a universidade.

Mesmo assim, o período cronologizado nesta pesquisa serve de parâmetro para que compreendamos o tempo-histórico em que as gerações atuaram e o contexto social e político de suas ações.

Conseguimos o contato do Wellton de Fátima, representante dessa 2ª Geração do Grupo Pontes e, devido ao fato de estar morando em Campinas por conta do seu doutorado na UNICAMP, a conversa foi realizada de forma remota.

Wellton de Fátima, assim como Rodrigo Ferrerez, da primeira geração, são pessoas que residiam em Seropédica antes mesmo do ingresso na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Esse é um dado interessante, ainda que não tenhamos conseguido dados concretos sobre um índice com a origem da comunidade discente dos cursos de graduação da UFRRJ, nossa vivência sinaliza que a maioria vem de fora do município sede.

Wellton de Fátima foi aluno de Letras na universidade, curso que originou-se na UFRRJ a partir do Programa REUNI<sup>25</sup> – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais, uma política educacional criada no primeiro mandato do governo do presidente Lula.

É importante salientar que, para fins de contextualização das ações do Pontes, estruturamos esta pesquisa com seções por geração, de forma que fosse possível perceber como os pontos levantados no roteiro de entrevista impactaram cada momento do Coletivo.

Sendo assim, por exemplo, as respostas da liderança da 3ª geração tanto pode corroborar com as da 1ª geração, quanto pode confrontar, já que estamos pautando momentos distintos, ainda que analisando as intervenções de um mesmo grupo no processo de luta política por direitos LGBTIA+ na universidade.

Iniciamos nossa conversa com Wellton de Fátima perguntando sobre sua percepção em relação à caracterização do Coletivo Pontes

“A gente era registrado na Pró-Reitoria de Extensão como Projeto de Extensão, e isso dava legitimidade institucional para solicitarmos determinadas coisas e organizarmos nossas ações. A gente foi na Marcha contra a Homofobia, em 2011; participamos das jornadas de junho de 2013. A gente acolhia vítimas de LGBTfobia e de situações que se desdobravam devido à essa violência, a gente tentava colocar no alojamento de forma provisória. Quando alguém sofria alguma violação nos trotes, a gente atuava para proteger, ou seja, a gente era tudo isso e mais um pouco” (Fátima, entrevista em 24/11/2022)

---

<sup>25</sup> O REUNI foi um programa governamental de expansão das universidades federais. Na UFRRJ, foi instituído em 2009 com a criação de novos cursos de graduação e outros *campi*. Em: <https://reuni.mec.gov.br/> Acesso em 23/11/2022.

A natureza de um grupo como o Pontes é pautada pelas suas ações e, à medida que as demandas se apresentavam, tal natureza se diversificava ainda mais. Sendo assim, a narrativa trazida por Fátima, corrobora com a ideia de que o Coletivo Pontes podia ser caracterizado como Projeto de Extensão, quando se tratava da institucionalidade.

Mas também podia ser considerado um grupo de acolhimento, ao passo que realizava as rodas de vivências e atuava na recepção de vítimas de violência LGBTfóbica. Era também um movimento social, já que estava inserido no contexto das pautas políticas dos movimentos populares. Era uma organização representativa, já que organizava e dialogava como entidade do movimento LGBTIA+ com outras organizações e nível nacional.

Essa diversificação de atividades faz com que o grupo se ramifique junto à comunidade LGBTIA+ da universidade. Cada ação pontual atinge um público diferenciado dentro desse guarda-chuva que é a representação LGBTIA+. E, ao mesmo tempo que essa forma de atuação demanda muito trabalho e dedicação, aglutina mais pessoas em torno de suas pautas específicas.

No que tange à conjuntura política e institucional no período de participação do Coletivo Pontes, Fátima elucida alguns aspectos interessantes para análise, tais como a perspectiva do governo da presidenta Dilma Roussef em crise política e o avanço do setor conservador no parlamento, mas também a boa relação com a administração central da universidade e com os outros coletivos identitários da universidade<sup>26</sup>.

“De modo mais amplo, pensando o contexto nacional, a gente estava ali no período da Dilma e a gente tinha o fortalecimento muito acentuado da bancada evangélica e uma intensificação da investida evangélica contra questões de gênero e sexualidade. Então, por exemplo, uma das questões que marcou muito a gente e que nos posicionou em oposição ao governo da Dilma na época, foi o Kit Anti-Homofobia<sup>27</sup>, como também o fato, naquele momento, de o PT

---

<sup>26</sup> Fátima sinaliza a boa relação com o Coletivo Maria Vem Com as Outras, um grupo de extensão feminista, criado em 2012 e extinto posteriormente; e o NUN – Núcleo Universitário Negro, coletivo do movimento negro, cuja atuação se deu até 2018, ambos da UFRJ.

<sup>27</sup> Kit de Combate à Homofobia foi uma proposta de política pública voltada para sensibilização das violências LGBTfóbicas que o governo Dilma apresentou para ser disponibilizado nas escolas públicas, mas logo suspendeu devido à pressão de setores conservadores.

“deixar” a Comissão de Direitos Humanos na mão do Marco Feliciano<sup>28</sup>.”  
(Fátima, entrevista em 24/11/2022)

Fátima acrescenta ainda, sobre como esse contexto de avanço do conservadorismo pautou as ações do Coletivo Pontes, através de discussões e debates em torno dos desafios que o movimento LGBTIA+ teria pela frente.

O período citado por Fátima foi nebuloso para a organização e luta dos movimentos por liberdades individuais, sobretudo para os movimentos que pautavam a diversidade sexual e de gênero nas suas agendas. Sob narrativas falsamente moralistas, as forças conservadoras, calçadas pela influência religiosa, embebiavam cada vez mais a sociedade com seus discursos de heterossexistas de vigilância de gênero (Junqueira, 2012).

Na sequência, perguntamos sobre a percepção de Fátima no que se refere a atuação do Coletivo Pontes na defesa de políticas públicas nos contextos gerais e locais. A fala da representação da 2ª geração do Pontes sinalizou a questão da assunção do nome social nos registros da universidade.

Fátima narra um processo de mobilização que se iniciou, ainda no CTUR, com discentes em processo de transição de gênero e acabou motivando outros processos já graduação da UFRRJ. Fátima ainda descreve que esse movimento estava acontecendo em diversas outras universidades e que seria um caminho natural, mas a mobilização estudantil, junto com o Pontes, acelerou o trâmite na universidade.

Levantamos uma questão acerca de quais políticas de assistência estudantil seriam fundamentais para garantia da manutenção de estudantes LGBTIA+ dentro da universidade, sobretudo no que se refere ao segmento com seus direitos mais violados: travestis e pessoas transgêneras.

Não se tem notícias de dados concretos sobre o índice de pessoas travestis e transgêneras matriculadas nos cursos de graduação da UFRRJ, mas é um fato que o grau de vulnerabilidade desse segmento da diversidade sexual e de gênero é considerado o mais extremo.

---

<sup>28</sup> O deputado federal Marco Feliciano, pastor evangélico, figura conhecidamente ultraconservadora e preconceituosa presidiu a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal.

A realidade do acesso e manutenção de pessoas trans na universidade pública ainda é muito invisibilizada. A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (das) das IFES<sup>29</sup>, aponta que somente cerca de 0,02% das matrículas ativas nas universidades brasileiras correspondem às pessoas transgêneras. (ANDIFES, 2019, p.45).

Uma reflexão aponta para a dificuldade, além do ingresso de pessoas transexuais, na permanência na universidade. É fundamental que existam políticas de assistência estudantil que enxerguem esse grupo e sua vulnerabilidade histórica dentro das universidades.

Sobre essa questão, Fátima argumenta com um exemplo do que acontece na UNICAMP na política de permanência de estudantes indígenas, onde

“...na UNICAMP a gente tem o vestibular indígena e a universidade vai até as comunidades indígenas, aplica as provas e, em caso de aprovação, a UNICAMP subsidia a vinda e a instalação dessas pessoas em alojamento ou hospedagem compatível. A universidade também sabe que essas pessoas estão saindo de uma realidade totalmente diferente da vida acadêmica, assim, a UNICAMP oferece, logo no início, bem no primeiro período, bolsas de estágios ou apoio técnico para essas pessoas. Uma política parecida com essa para estudantes transexuais seria fundamental, pois essas pessoas têm uma grande dificuldade de se inserir no mercado de trabalho.” (Fátima, entrevista em 24/11/2022)

Políticas de assistência estudantil que combatam a evasão de estudantes em situação de vulnerabilidade são muito importantes, sabemos. Mas a promoção de políticas que garantam a equidade no acesso e na permanência e que evidenciem a diversidade que existe na sociedade é imprescindível.

Para tanto, oportunizar medidas de acesso, acolhimento, segurança, respeito e estabilidade mínima no período que compreende a graduação de pessoas transexuais é uma tarefa coletiva que cabe não só à administração superior da universidade, mas ao

---

<sup>29</sup> Pesquisa de mapeamento da situação de estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior, realizada pela ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior, de 2019. Em <https://s1.static.brasilecola.uol.com.br/vestibular/2022/03/pesquisa-andifes-perfil-graduandos-2018.pdf>. Acesso em 01/12/2022.

conjunto de discentes, suas entidades representativas, corpo docente e técnico-administrativo.

Daí a importância da mobilização de estudantes em torno de movimentos LGBTIA+ como o Coletivo Pontes, que constroem processos de intervenção na institucionalidade e ocupam espaços de decisão, como o Conselho Universitário, de maneira que as pautas identitárias tenham, ao mínimo, a discussão assegurada.

Esse debate contorna a pergunta seguinte, que trata da percepção sobre a maior contribuição do Coletivo Pontes para a comunidade LGBTIA+ nesses 16 anos de existência.

Fátima observa diversas contribuições do Pontes para a comunidade, desde a participação, a partir do convite feito por Centros Acadêmicos, das semanas de integração dos cursos, como forma de acolher estudantes LGBTIA+ e mostrar que naquela instituição existe um ponto de apoio para essas pessoas, até as festas.

Mas Fátima afirma que

“A maior contribuição para a população foi ter garantido, nesses 16 anos, que houvesse uma forte representação LGBTIA+ em diversos aspectos dentro da universidade e fora dela. Eu ia citar a organização do ENUDS em Seropédica, que foi o maior evento de Diversidade Sexual e de Gênero organizado pelo Pontes. E a gente fez um ato lindo no centro do município, onde a população participou, viu as exposições que a gente fez durante o ato. Que também está dentro da ideia de forte representação LGBTIA+ do Coletivo Pontes (Fátima, entrevista em 24/11/2022)

O ENUDS – Encontro Nacional de Diversidade Sexual<sup>30</sup>, pela sua história e importância, merece uma atenção maior neste estudo, já que foi um marco central na consolidação da representatividade do Coletivo Pontes enquanto referência de movimento LGBTIA+ não só na UFRRJ, mas em todo município de Seropédica.

---

<sup>30</sup> ENUDS (ou ENUDSG – Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual e Gênero), são eventos universitários organizados por estudantes LGBTIA+ de todo país sob a prerrogativa de debater as agendas políticas e direitos desse público. A última edição do ENUDSG aconteceu em 2015, em Goiânia.

A X edição, realizada em Seropédica, no campus da UFRRJ, em 2012, foi organizada pelo Coletivo Pontes, sendo uma praxe que as representações dos coletivos votassem na plenária final as sedes dos eventos seguintes.

Figura 3 – Cartaz de Divulgação do X ENUDS.



Fonte: Página do Coletivo Pontes no Facebook<sup>31</sup>.

<sup>31</sup> Em <https://www.facebook.com/coletivo.pontes/photos> . Acesso em 25/11/2022.

O ENUDS da Rural recebeu cerca de 600 participantes de todo Brasil. Um evento acadêmico com o tema “Práticas de Enfrentamento e Resistência: Corpo, Política, Discurso e Poder”.

Lima (2016), aponta uma observação sobre a discussão acerca da natureza academicista do ENUDS, onde, particularmente nessa X edição

A reflexão sobre as práticas e discursos a partir dos movimentos sociais permeou essa edição do Encontro, algo que pode ser observado em uma mesa nomeada “Corpos em trânsito: experiências e resistências de travestis e transexuais”, formada exclusivamente por travestis e transexuais (LIMA, 2016, p. 69)

O evento, que durou cinco dias, apostou na análise de conjuntura e no debate em torno da “militância na diversidade sexual” (Lima, 2016), de maneira que houvesse uma reformulação dos espaços de discussão sob uma perspectiva menos academicista e mais afinada com o movimento LGBTIA+ e os outros movimentos sociais.

Imagem 4 – Ativista do Pontes na conferência de abertura do X ENUDS



Fonte: Página do Coletivo Pontes no Facebook<sup>32</sup>.

<sup>32</sup> Em <https://www.facebook.com/coletivo.pontes/photos> . Acesso em 25/11/2022.

A lógica de criar espaços representativos, além das mesas de debate e plenárias, ficou bastante evidente no X ENUDS. Tanto que Lima (2016) evidencia o formato nessa edição

O X Encontro contou com um espaço em sua programação nomeado de “ENUDS Outgames”, ou seja, jogos de competição como “gaymada”, “nado sincronizado”, “desfile de saltos”, entre outros, pensados como mais um espaço de interação entre os enudianos para além das já mencionadas (noites) “culturais”. (LIMA, 2016, p.70)

Não é raro observar o quanto os espaços universitários impregnam suas narrativas com discursos academicistas. Mesmo quando tais narrativas são direcionadas para um segmento que, estruturalmente, não tenha seu acesso garantido nesses espaços, tal qual acontece com travestis e transexuais.

As pautas políticas da população LGBTIA+ que não está inserida nas universidades, assim como foi sinalizado anteriormente com relação aos coletivos de rua, são pautas que tangenciam a sobrevivência, a inserção no mercado de trabalho, os espaços de lazer e acolhimento, entre outros fatores.

Sendo assim, por vezes, os debates realizados em algumas edições do ENUDS, com um viés fortemente academicista, ao contrário de agregar, marginalizava ainda mais os segmentos que não tiveram a oportunidade do acesso à universidade. Ainda que a natureza do evento fosse para universitários, a pauta soberana ali eram as lutas da população LGBTIA+.

Logo, a observação feita por Lima (2016), sobre a transformação do ENUDS – do caráter mais academicista para o de militância como sendo necessário, vem no sentido de agregar ainda mais esses segmentos reiteradamente marginalizados, inclusive nos espaços que deveriam acolhê-los.

Esse breve hiato para dissertar sobre o ENUDS é importante, já que foi o maior evento realizado pelo Coletivo Pontes na sua história e que punha a prova toda articulação e relação institucional do grupo com a administração superior da universidade. Eram

necessárias diversas autorizações para uso do espaço do campus para plenárias, alojamento, alimentação, atividades culturais, entre outros momentos.

Imagem 5 – Ativista do Pontes em plenária no X ENUDS



Fonte: Página do Coletivo Pontes no Facebook<sup>33</sup>.

Voltando para a conversa com a representação da 2ª geração do Coletivo Pontes, levantamos a questão da percepção da formação humana e acadêmica a partir da participação junto ao Pontes.

A fala de Fátima é bastante contundente

“mudou tudo, absolutamente tudo. Me transformei em outra pessoa por causa do Pontes. Você deve saber que Seropédica é um dos municípios com maior predominância evangélica do Rio de Janeiro e há implicações nisso na forma de se perceber a sexualidade, de se perceber outro. Há um moralismo muito tóxico, nocivo. O Pontes, então, foi um espaço de discussão política, de conhecimento e de outras narrativas em que eu poderia conceber um novo Wellton, um sujeito coerente consigo mesmo, que poderia falar de assuntos

<sup>33</sup> Em <https://www.facebook.com/coletivo.pontes/photos> . Acesso em 04/01/2023.

que nunca pode falar abertamente. Esses debates políticos me fizeram pensar de outra forma.” (Fátima, entrevista em 24/11/2022)

Fátima explicita ainda que, durante uma edição do ENUDS, em Salvador, já como representante do Coletivo Pontes, participou de um minicurso sobre análise do discurso, que estava na programação do evento e afirma que ali se encontrou academicamente. Hoje ele é pesquisador dessa temática no curso de doutorado da UNICAMP.

Percebe-se, portanto, que a militância e a participação em espaços coletivos de representação podem nos levar para diversos outros caminhos. Desde o despertar de uma consciência em torno de questões objetivas do dia a dia, no processo de transformação social, até o percurso por trilhas profissionais.

A finalização da conversa com Fátima se dá na análise em torno dos 16 anos do Coletivo Pontes e sua dinâmica de avanços e refluxos e uma reflexão sobre ao que se atribui esse processo, não só no movimento LGBTIA+, mas em todos os movimentos sociais.

Fátima é categórico quando sinaliza que o passado recente haviam muitas coisas a serem conquistadas e, através da luta, o movimento LGBTIA+ conseguiu muita respeitabilidade. O contexto de avanço do conservadorismo e a narrativa da antipolítica trazida com esse contexto, fez com que a militância se esvaziasse.

“teve uma onda de antipolítica que ara percebida muito fortemente dentro da universidade. O próprio enfraquecimento do movimento estudantil e dos DCE’s é exemplo disso. Havia muita crítica, mas ninguém queria construir o DCE. Aliado a isso, o fato de que parte do movimento entendia que já haviam conquistado uma série de coisas. Havia programas governamentais importantes, como o Rio Sem Homofobia e as Paradas LGTB’s estavam cada vez mais fortes. Até que veio o governo Bolsonaro e acabou com tudo isso. Acredito, então, que depois desse período difícil, os próximos anos serão de fortalecimento do movimento.” (Fátima, entrevista em 24/11/2022)

Por fim, Fátima estabelece que, mesmo com as conquistas postas e com determinados avanços na garantia de direitos, o movimento LGBTIA+ se reordena na sua agenda política. Sobretudo em momentos de ataques frontais, como vivenciamos nos

últimos tempos. Esse período tenebroso para os direitos humanos cria sismos na estrutura social e acaba estabelecendo novas perspectivas de organização política.

A segunda geração do Coletivo Pontes marca um momento bastante emblemático, não só na Universidade federal Rural do Rio de Janeiro, mas em todo contexto nacional que é a continuidade de um governo democrático popular e avanço de políticas públicas para a população LGBTIA+.

Mesmo com todos os desafios postos, explicitados anteriormente, com as questões inerentes ao avanço do conservadorismo, os processos de resistência, inclusive institucional, eram bastante evidentes. Coisa que, no contexto geral, a terceira geração, iniciada em 2015 percebeu de forma bastante diferente.

### **2.3 – Terceira Geração**

A terceira geração do Coletivo Pontes se inicia por volta de 2015 e percorre até aproximadamente o ano de 2019, tendo na sua liderança a Lívia Soares, na época, estudante do curso de Farmácia da UFRRJ.

Compreender essa transição geracional no Coletivo Pontes é fundamental para o entendimento da cronologia proposta. Reafirmamos que não se trata de uma mudança de gestão. Linear. Tal como observamos em outras entidades dos movimentos sociais, como o próprio movimento estudantil.

Por não haver uma gestão com prazo de atuação estatutariamente definido, a dinâmica de formação de lideranças é feita no dia a dia das lutas e mobilizações. Prioriza-se muito o trabalho de base, de forma a amadurecer junto às novas pessoas participantes o exercício de assunção das tarefas de liderança.

Logo, é bastante plausível que a compreensão da cronologia geracional aqui apresentada sirva muito mais de referência para contextualização do momento político do que, necessariamente, a representação ponteana propriamente dita.

É possível, por exemplo, que determinadas pessoas tenham se inserido no Coletivo Pontes bem antes de se tornarem uma referência de liderança e tenham se afastado da coordenação do grupo sem que, obrigatoriamente, tivessem saído do conjunto organizacional.

Assim sendo, fica a reflexão em torno da dinâmica de um movimento pautado no prazo da vida acadêmica dentro da universidade, mensurado pelo tempo de graduação, e pela perspectiva de rotatividade de pessoas através do chamado trabalho de base, mecanismo comum para oxigenação dos movimentos sociais.

Soares, na terceira geração, sinaliza sua participação nesse contexto de transição de coordenação, entre entradas e saídas de pessoas e uma conjuntura política bastante conturbada para os movimentos populares.

“A gente começava a explorar as manifestações por conta da saída da (presidenta) Dilma, do impeachment, então a gente estava nesse momento político bem a florado. Todo mundo querendo falar sobre política. E tinha ainda o “Movimento Me Avisa Quando Chegar<sup>34</sup>”, que é um movimento muito grande dentro da universidade. A Rural nesse momento estava borbulhando, com vários coletivos sendo criados e outros sendo reativados e o Pontes surfou nessa onda de fortalecimento com a presença do Diego, que infelizmente veio a falecer de COVID, mas ele foi um dos poucos participantes do Pontes que veio carregando o Coletivo e que aproveitou o momento para acionar a galera. Esse foi o momento que eu aproveitei para assumir também minha homossexualidade.” (Soares, entrevista em 04/01/2023)

Esta dissertação havia sinalizado, anteriormente, sobre o cenário de aprofundamento do conservadorismo na sociedade e, obviamente, estas forças reacionárias tinham as agendas identitárias como alvo preferencial, sobretudo as questões de diversidade sexual e de gênero.

O período posterior ao golpe parlamentar que resultou no afastamento da presidenta Dilma Roussef do governo federal foi bastante difícil para toda a comunidade universitária, sobretudo para o conjunto dos estudantes LGBTIA+.

---

<sup>34</sup> O Coletivo Me Avisa Quando Chegar é um movimento de mulheres que luta contra o assédio e a violência de gênero na UFRRJ.

De um lado havia o Projeto de Emenda Constitucional 241/55, de 2016, apresentado pelo então presidente Michel Temer que congelava os investimentos e gastos públicos por 20 anos, inclusive na área da educação, a famigerada PEC do Fim do Mundo, que impediria, financeiramente, o funcionamento das universidades.

De outro, as narrativas conservadoras sobre uma fantasiosa ideologia de gênero avançavam com respaldo institucional e religioso para setores da sociedade, principalmente nas escolas, sob uma ótica deturpada de proteção da família e da integridade das crianças de corruptores da inocência.

Soares afirma que nesse período de ebulição da política nacional, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro eclodiam mobilizações na defesa de direitos, tendo, inclusive, uma convergência das agendas de luta de diversos movimentos ativos na universidade.

A chamada Primavera Estudantil foi um marco no processo de mobilização do movimento estudantil em muitos anos. Escolas de ensino médio e universidades públicas de todo país organizaram ocupações dos espaços institucionais, denunciando os desmandos do governo de Michel Temer e seu descaso com a educação.

Foi nesse cenário que, em 2016, aconteceu a ocupação da reitoria da UFRRJ pelos estudantes, com forte presença do Coletivo Pontes, que agregou ao movimento com mobilização e execução de aulas públicas.

Soares rememora essa experiência e sinaliza que

“Pra mim o momento mais importante foi em 2016, que a gente ajudou ativamente a construir a ocupação da UFRRJ, sendo uma das ocupações mais longas das universidades, contra a PEC do Teto de Gastos, a chamada PEC do Fim do Mundo. A gente estava em um momento político bem quente, borbulhando, e o Pontes foi se reconstruindo nesse momento.” (Soares, entrevista em 04/01/2023)

O fato é que, todo amplo processo de mobilização, que gera apelo público, tem potencial agregador e o momento de borbulha, como sinaliza Soares na entrevista, foi importante para a efetivação do trabalho de base.

Em uma breve análise sobre a dinâmica de participação do Coletivo Pontes nesse processo de mobilização, é importante diferenciar a natureza política de coletivos estudantis como o Pontes de entidades representativas, como os CA's e o DCE.

Imagem 6 – Ocupação do pavilhão central da UFRRJ. Campus Seropédica.



Fonte: Acervo pessoal de Rodrigo Ferrerez

As entidades representativas são organizadas por gestões regidas por estatutos aprovados em assembleias. O que lhes garante legitimidade para representar determinado conjunto de estudantes, inclusive tendo a participação na gestão conferida a partir de um processo eleitoral.

Nos coletivos o funcionamento se dá de forma diferenciada, até mesmo pelo fato desses movimentos cumprirem papéis bem distintos e delimitados. Um coletivo não se coloca como uma entidade de representação institucional. Um coletivo não depende, necessariamente, de um estatuto para reger suas ações. Um coletivo não prevê, obrigatoriamente, um processo eleitoral para admissão de integrantes.

Nesse sentido, mesmo sendo o Coletivo Pontes, de acordo com Soares,

“um movimento com várias facetas, sendo difícil caracterizá-lo por uma coisa só. A gente fazia bastante eventos para falar da vivência LGBT dentro e fora da universidade, mesmo assim não conseguíamos furar a bolha de fora da UFRRJ. Mas considero o Pontes em uma proximidade maior com uma organização política.” (Soares, entrevista em 04/01/2023)

Esse tipo de acolhimento onde a única regra era o sentimento de pertencimento ao grupo favoreceu bastante a chegada de novas pessoas ao Coletivo Pontes, sobretudo durante o processo de ocupação da universidade e o momento posterior. Dessa forma, com um amplo processo de mobilização, o Coletivo Pontes organizou diversas ações na universidade, como mostra a imagem 7.

Imagem 7 – Ato do Dia da Visibilidade Lésbica na UFRRJ.



Fonte: Página do Coletivo Pontes no Facebook<sup>35</sup>.

Não haviam condições estatutárias para participar, nem mesmo demandas caso quisessem sair. Bastava colaborar nas ações, participar das reuniões e ter sensibilidade diante da defesa dos direitos da população LGBTIA+.

<sup>35</sup> Em <https://www.facebook.com/coletivo.pontes/photos> . Acesso em 04/01/2023.

Soares aponta uma percepção interessante sobre as políticas de ação do Coletivo Pontes em defesa da população LGBTIA+ na universidade: as rodas de vivência como espaços de acolhimento de demandas e oferecimento de conforto para coleta das denúncias. Outra prerrogativa da terceira geração do Pontes foi a questão da segurança à comunidade LGBTIA+ da Rural, de forma q era pauta constante das reuniões com a reitoria.

“a gente cobrava muito em relação à segurança, principalmente dentro dos alojamentos, sobretudo, ainda, nos alojamentos masculinos, que eram ambientes bastante inseguros e bem opressores para os alunos gays da universidade. A gente teve casos de alunos que eram ameaçados dentro dos banheiros, já que o banheiro do alojamento é coletivo. Alguns alunos recebiam bilhetes dentro dos quartos ou colavam recados na porta dos quartos com ameaças e a gente cobrava muito da universidade para que tomasse as providências.” (Soares, entrevista em 04/01/2023)

Soares lembra de detalhes sobre as políticas de inclusão da universidade, tal como a questão do reconhecimento do nome social nos registros da universidade, sendo a UFRRJ uma das primeiras a regulamentarem o uso, em 2016, contudo, ela sinaliza que na plataforma digital de acesso às informações, o então Quiosque, essa alteração não foi feita, causando um constrangimento bem grande para as pessoas trans da Rural.

Sobre a percepção no que se refere a quais políticas de assistência seriam fundamentais para a garantia da manutenção de estudantes LGBTIA+ dentro da universidade, Soares aponta a necessidade de efetivação do mecanismo de cotas de acesso para pessoas transexuais, de forma a garantir a equidade no ingresso à universidade pública.

Além disso, Soares sinaliza também a perspectiva de bolsas que garantam a permanência dessas pessoas dentro da universidade, além de alojamentos que preservem a segurança e assegurem o livre exercício da sua identidade.

No que se refere à maior contribuição do Coletivo Pontes para a população LGBTIA+ nesses 16 anos de existência, a percepção de Soares dialoga muito com a ideia da geração anterior quando afirma que a existência do Pontes, por si só, como um

mecanismo de defesa dos direitos e de institucionalização da existência da comunidade LGBTIA+ na Rural já seria uma grande contribuição.

A ideia de garantir a representatividade das categorias identitárias sempre foi um ponto de reflexão do Coletivo Pontes. Tanto que, à medida que a sigla crescia, o grupo ressignificava suas ações e sua identidade visual, conforme a figura 3, que mostra um logotipo novo.

Figura 4 – Novo Logotipo do Coletivo Pontes



Fonte: Página do Coletivo Pontes no Facebook<sup>36</sup>.

Soares aponta também a realização do X ENUDS como um dos grandes feitos do Coletivo dentro da UFRRJ, por ter sido um evento que agregou pessoas LGBTIA+ de

<sup>36</sup> Em <https://www.facebook.com/coletivo.pontes/photos> . Acesso em 04/01/2023.

fora da universidade e que puderam perceber uma perspectiva diferenciada do que é a diversidade por dentro dos muros da instituição de ensino.

A visão de Soares sobre a intersecção da formação humana/acadêmica e a militância é bastante interessante, já que ela sinaliza seu processo de aprendizagem, na área da saúde, a partir de uma visão mais humanizada. Soares também elucida o quanto as ações coletivas fizeram com que seu pensamento se transformasse na percepção de mundo.

“Eu adquiri um outro olhar sobre a saúde e sobre a vida. Ouvi recortes que, até então não me afetavam, mas que afetavam outras pessoas, como recortes raciais, recortes de classe. Questões que fecham as portas para muitas pessoas e que, antes da militância eu não tinha reparado. Hoje eu trabalho no SUS, dentro da Rocinha e para mim é muito importante ter essa diferença no olhar, construída a partir da troca que o movimento oferece, dessa vontade de tentar transformar o ambiente para que seja melhor para todo mundo.” (Soares, entrevista em 04/01/2023)

Se torna bastante interessante entender esse movimento de acúmulo na formação a partir da militância e participação em grupos coletivos. Mesmo em um cenário de avanço do conservadorismo e de extremo individualismo, a ideia de compartilhamento de afeto entre pessoas LGBTIA+ se configura como algo extraordinário e se traduz em um legado para a vida.

Participar do Pontes, para Soares, foi um divisor de águas. Nesse sentido, pedimos que ela fizesse uma reflexão em torno dos avanços e refluxos que o movimento teve ao longo desses 16 anos de atuação.

Soares aponta que a participação em um cenário de ação voluntária requer motivações. Sendo assim, ela sinaliza que um contexto de ampla mobilização em torno de pautas convergentes com as lutas sociais promove a aglutinação de mais pessoas.

Inversamente proporcional a um panorama de ausência de lutas mais amplas, que desmobilizam a ação política e fazem com que o refluxo do movimento seja inevitável.

O período da terceira geração se estendeu até o ano de 2019, aproximadamente, onde uma conjuntura de grave aprofundamento do conservadorismo era bastante óbvia. A eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da república, em 2018, trouxe uma série

de receios para a população LGBTIA+ que nem a sensação de segurança dentro dos muros da universidade poderiam cessar.

O período que compreende a campanha presidencial de 2018 e os primeiros momentos do governo de Jair Bolsonaro merecem uma atenção especial nesta pesquisa, já que estivemos diante de uma feroz campanha contra a diversidade sexual e de gênero sob narrativas falaciosas de “apologia ao homossexualismo”. Talvez o período de maior repressão no pós-ditadura militar.

Em artigo do veiculado pela Carta Capital (2022), o folhetim faz uma análise dos discursos do presidente eleito sobre a questão da diversidade sexual e de gênero. Entre elas cita que

Quando tomou posse como presidente do Brasil, em 1º de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro fez questão de reforçar, diante do Congresso Nacional, seu compromisso de “reerguer a pátria” pela perspectiva conservadora e cristã. Na fala de cerca de 10 minutos ao povo brasileiro, o então novo chefe de Estado recorreu às principais bases de sua campanha eleitoral para afirmar que “libertaria” o país de opressões, incluindo, segundo ele, a “ideologia de gênero”. (Carta Capital, 2022)

Desde as manifestações de 2013, as entranhas do neoconservadorismo ficaram mais expostas. O que, naquele momento, apresentava uma narrativa antipartidária e antipolítica, foi de desenhando ao longo dos anos seguintes através de discursos segregadores e preconceituosos travestidos de moralidade.

A lógica antipartidária e antipolítica só atingia um lado: a esquerda, que fazia o debate da defesa de direitos de grupos historicamente marginalizados e das contradições do capital na sociedade. Nesse sentido, a demonização da esquerda renasce com o viés da moralidade, mas sob uma fumaça religiosa fundamentalista.

O discurso apelativo religioso facilmente reverbera em uma sociedade com pouco acesso à educação e à informação, tornando o neoconservadorismo bem maior do que ele próprio supunha para si.

É nesse contexto de avanço do pensamento conservador que surgem as falácias políticas em nome de Deus, da família, da tradição, entre outras narrativas que

invisibilizam a diversidade identitária presente na sociedade. Entre esses exemplos, temos a sessão plenária de votação do afastamento da presidenta Dilma Roussef na Câmara dos Deputados, em 2016, um dos passos do golpe parlamentar.

O período pós-golpe aprofundou muito esse discurso nos meios de comunicação de massa, o que favoreceu o conservadorismo eleger, por exemplo, políticos com esse viés. Esse é o caso de Jair Bolsonaro.

As eleições de 2018 foram pautadas por retóricas falaciosas sobre ameaça comunista, restrição de liberdades religiosas, sexualização infantil que fizeram com que o neoconservadorismo elegeisse não só o presidente da república, mas fortalecesse uma bancada parlamentar coadunada com uma perspectiva de perseguição aos movimentos sociais e políticas identitárias.

Se, por um lado, os movimentos identitários levaram anos para construir políticas de equidade e garantia de direitos, o período pós-golpe foi eficaz no desmonte de toda essa estrutura, criminalizando e marginalizando cada vez mais quem ousasse defender o óbvio.

O discurso de ódio penetrou na sociedade de uma forma bastante incisiva, de maneira que, por exemplo, casos de racismo e LGBTfobia aumentassem seus índices absurdamente. Um artigo publicado pelo veículo Brasil de Fato<sup>37</sup>, em 2021, sinaliza esse momento

"Publicado em janeiro de 2021, mês que marca a metade do mandato da presidência do Bolsonaro, este Barômetro pode servir como uma revisão intermediária dos efeitos da política governamental no domínio dos direitos humanos. Os resultados são claros: a violência, violações e as desigualdades só estão aumentando, visando populações específicas historicamente mais excluídos, incluindo povos indígenas e tradicionais, comunidades camponesas, mulheres, populações negras, pessoas LGBTQI+, habitantes de periferias." (Brasil de Fato, 2021)

Essa análise sobre o processo de institucionalização do discurso de ódio às chamadas minorias vem sendo apresentado por Jair Bolsonaro desde sempre, mas, no

---

<sup>37</sup> Artigo publicado pelo Jornal Brasil de Fato. Em <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/19/violencia-violacao-e-desigualdade-aumentaram-sob-bolsonaro-diz-grupo-internacional> Acesso em 10/01/2023.

período de campanha, estrategicamente, foi acentuado para assegurar os votos de uma parcela da sociedade ludibriada pelas narrativas conservadoras.

A educação, talvez, tenha sido o setor mais afetado pelo discurso de ódio perpetrado pela ultradireita conservadora de Jair Bolsonaro e seus aliados. Houve uma tentativa incessante de criminalizar a figura de professoras e professores que faziam o debate de direitos identitários, de maneira que fossem criadas, motivadas pelo discurso institucional, exércitos de vigilantes de gênero nas escolas.

Estudantes e responsáveis, incentivados pela ideologia conservadora, utilizavam de métodos parecidos com uma caça às bruxas, com seus telefones celulares, para expor esses profissionais no exercício de sua função, tornando, muitas vezes, a sala de aula em um espaço de medo e propagação de ódio.

Bortolini (2022), apresenta uma reflexão interessante sobre o processo de avanço conservador na educação, que não se inicia na era Bolsonaro, mas que se aprofunda institucionalmente nesse período.

Através do antagonismo ao debate sobre gênero e diversidade sexual na educação, foram postas em ação uma série de tecnologias autoritárias. Censura, terrorismo ideológico, destruição de reputações, desinformação, negacionismo, todas essas técnicas autoritárias, que se generalizaram no governo de Jair Bolsonaro, vêm sendo aplicadas, há tempos, sobre professoras, gestoras, pesquisadoras, estudantes e ativistas que insistem em falar de gênero na escola. Foram (e em muitos espaços seguem sendo) toleradas justamente por estarem direcionadas a grupos de diferentes maneiras desvalorizados: mulheres, feministas, professoras, LGBT+, cientistas sociais, “comunistas”. (BORTOLINI, 2022, p.317)

Para essa ultradireita conservadora, a educação representa uma ameaça, sobretudo quando esta aponta para um debate crítico e reflexivo em torno das questões sociais. Tornando-se, portanto, alvo preferencial das políticas de desmonte durante o governo de Jair Bolsonaro.

Observamos, anteriormente, sobre como as conjunturas políticas influenciam o processo de mobilização dos movimentos sociais. O período de governança de Jair

Bolsonaro foi marcado, também, por um momento de inflexão desses movimentos, sobretudo nos primeiros anos de mandato.

Após vários anos de governos democrático-populares, alinhados com a perspectiva da esquerda, ainda que contornados por alianças com setores da burguesia, o momento pós-golpe e, na sequência, a eleição de Bolsonaro, trouxe um sentimento de questionamento metodológico e esvaziamento político muito grande para as lutas populares.

Nesse sentido, cabe aqui a reflexão em torno do processo de mobilização como forma de resistência. As lutas aqui começavam a ganhar novos contornos, sobretudo no debate de defesa da ciência e da produção de conhecimento. Bortolini (2022), aponta que, mesmo em um cenário negacionista e de descredibilização da ciência, era necessário um exercício de aprofundamento para promover os debates em torno de direitos humanos.

Ao mesmo tempo, a chegada de Bolsonaro ao governo reforçava a importância do trabalho de pesquisa em que eu estava engajado. Diante de discursos que insistiam em tratar questões de gênero como uma “cortina de fumaça” era ainda mais necessário o esforço de evidenciar o papel das representações de gênero e sexualidade na construção do discurso político dos reacionários. A instrumentalização dessas noções pela extrema-direita me parecia evidente, mas ainda assim, pouco compreendida em suas formas, relevância e efeitos. (BORTOLINI, 2022, p.29)

Se, nos primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro o campo progressista estava desmotivado pela sucessão de ações de desmonte das políticas sociais, conquistadas através de lutas contínuas, os últimos anos foram de intenso enfrentamento à política de ultradireita que pairava no congresso e na sociedade.

As questões sanitárias, advindas da pandemia de COVID-19, com sucessivas políticas criminosas por parte do governo federal ocasionaram centenas de milhares de vítimas fatais. Os casos de crise na gestão de Bolsonaro, somado também pela anulação das condenações impostas ao ex-presidente Lula, fizeram com que uma nova perspectiva de mobilização e reorganização dos movimentos populares ocorresse.

Nesse cenário que, em 2020, o Coletivo Pontes comemora seus 15 anos de existência. A pandemia de COVID-19 fazia cada vez mais vítimas e o isolamento social

foi uma das medidas adotadas para evitar o contágio. A UFRRJ seguia com todas as atividades presenciais suspensas, restringindo algumas ações realizadas remotamente.

Talvez esse tenha sido o principal desafio da quarta geração do Pontes: construir a mobilização em um período pós-golpe, em um governo que não só pautava uma política de ódio, mas agora uma política de morte, em um contexto da maior pandemia da história recente.

A seção seguinte trata da ação política do Pontes e seus 15 anos com esse panorama de medo.

## **2.4 – Quarta Geração**

Sempre é bom lembrar que a dinâmica de participação estudantil no Coletivo Pontes não é linear e que as gerações aqui apresentadas servem muito mais como instrumentos de referência temporal, ainda que não exatamente cirúrgicos, a fim de compreendermos os contextos sociopolíticos do movimento.

A quarta geração, portanto, se inicia por volta de 2019 e segue até meados de 2022. Um período extremamente delicado por conta, não só, de um governo que claramente combatia as mobilizações em torno das questões de gênero e sexualidade, mas também pelo isolamento social causado pela pandemia de COVID-19.

O desafio posto, portanto, para essa geração era, sobretudo, mobilizar a população LGBTIA+ da universidade e fora dela sobre as pautas urgentes do movimento no formato remoto.

Nossa conversa sobre a quarta geração foi com Beatriz Mendes, aluna de Engenharia de Materiais. Mendes participou do Coletivo Pontes de 2016, ainda que naquele momento não exercesse o papel de liderança. Só a partir de 2019, após o afastamento de algumas pessoas que Mendes assume a liderança do Coletivo.

O contexto do início da participação de Mendes no Pontes foi uma busca por acolhimento de pessoas LGBTIA+ dentro da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A ideia era de reconhecer a si e outras pessoas LGBTIA+ da universidade.

Mendes lembra também que, nesse momento, acreditava que o Pontes seria um grupo de apoio onde se tratavam vivências e suas trocas. Posteriormente, mais inserida no coletivo, ela sinaliza que já percebia o Coletivo como um grupo político, onde, através do qual se defendia os direitos das pessoas LGBTIA+ e se combatia as violências contra esse público.

Mendes afirma ainda que, em um dado momento, passou a perceber o Coletivo Pontes também como uma entidade de representação. Houve uma percepção onde, para que as instâncias universidade entendam o processo de organização do grupo e respeitassem suas mobilizações, era necessário articular-se e ocupar espaços.

Mendes lembra também sobre como essa representação política corroborou na perspectiva de conquistas relacionadas às políticas públicas, tal como a questão da inserção de nome social, que se deu a partir de discussão no CONSU – Conselho Universitário.

Importante ressaltar que, no contexto de representação estudantil, ainda que em caráter diferenciado das entidades representativas, como CA's e DCE, o Coletivo Pontes garantiu representação discente no CONSU, que é a instância máxima de deliberação da universidade.

Assegurar uma cadeira na representação do CONSU é uma das maiores conquistas de espaço do Coletivo Pontes. Mesmo em um contexto de grande correlação entre as forças políticas existentes na universidade, onde a disputa por espaços de representação sempre foi bastante acirrada, garantir ao Pontes uma cadeira no panorama decisório da universidade é uma grande conquista.

O Conselho Universitário é o momento em que dirigentes de diversos institutos dos mais variados cursos da universidade se reúnem para debater sobre as questões mais variadas. Dentre elas estão as políticas que atingem a universidade de forma objetiva, tais como medidas de acesso, permanência e questões mais gerais sobre o funcionamento da instituição universitária.

A criação de comissões que atendem demandas específicas da comunidade universitária passa, necessariamente, pelo crivo do Conselho Universitário. A criação de políticas de garantia na equidade de acesso, como as cotas, também é pauta exclusiva do CONSU. Da mesma forma ocorre com a aprovação do uso do nome social nos trâmites burocráticos da universidade.

A perspectiva de uma representação LGBTIA+ nesse espaço que, por vezes, pode ser atravessado por um viés conservador, é de extrema importância para a comunidade universitária LGBTIA+. E além disso, quando essa representação parte de um coletivo com uma ampla história de ação política em torno das pautas LGBTIA+, mostra a relevância da organização política em torno das agendas identitárias.

Mendes lembra que o processo de discussão sobre a representação LGBTIA+ pelo Coletivo Pontes junto ao CONSU de seu a partir de um evento local em 2017, no formato do ENUDSG, obviamente com uma amplitude bem menor, onde se discutiu, entre outras questões, os caminhos de reorganização política e mobilização do Pontes.

Nesse debate, ocorreu a proposta de assegurar uma das cadeiras voltadas para a representação estudantil, historicamente compostas por membros do DCE, para que o Coletivo Pontes indicasse um nome e participasse do processo eleitoral. Foi aí que, em 2018, o Pontes garantiu sua vaga tendo, em processos eleitorais posteriores, permanecido com a cadeira após votação.

Mendes sinaliza ainda que, a primeira eleição para a representação do Pontes no CONSU teve um marco importantíssimo para a luta identitária como a primeira cadeira ocupada por uma estudante travesti na história da UFRRJ, pela então estudante Alice.

Essa representação marca, de forma bem objetiva, a ocupação de espaços políticos controlados, historicamente, por intelectuais brancos heteronormativos. A presença de representantes do público LGBTIA+ indicaria uma previsão de pautas mais relacionadas à luta dos movimentos sociais, sobretudo o movimento LGBTIA+ da universidade.

Mendes aponta para a visibilidade da população LGBTIA+ no Conselho Superior da Universidade como fundamental para que os professores e dirigentes de institutos tivessem a clareza sobre as agendas políticas desse segmento, historicamente marginalizado.

Beatriz Mendes sinaliza uma questão nevrálgica e bastante polêmica no âmbito dos movimentos sociais, que é a perspectiva de remuneração para que as atividades fossem melhor organizadas.

Mendes considera que, já que se trata de um projeto de extensão, essa característica admitiria, legalmente, junto à universidade, a concessão de bolsas de apoio técnico para que uma pessoa participante do Coletivo Pontes, estudante da UFRRJ, seguindo todos os critérios de admissibilidade, pudesse desempenhar um papel mais efetivo na organização das tarefas.

Ainda sobre a questão das políticas de assistência estudantil, Mendes aponta para a participação do Coletivo Pontes em comissões da universidade que permitiram assegurar um viés democrático, sobretudo durante a pandemia de COVID-19, com o advento do ensino remoto.

Importante ressaltar que, nesse período de pandemia, particularmente, foi o momento em que eu mais me aproximei do Coletivo Pontes, participando sistematicamente das reuniões do grupo e discutindo ações, ainda que à distância. Uma delas tratava de acolhimento da população LGBTIA+ em situação de vulnerabilidade social.

O Coletivo Pontes, articulado com outras entidades, buscou fazer doações de cestas básicas para pessoas que, devido ao período de quarentena da COVID-19, enfrentaram problemas de abastecimento de alimentação e materiais de higiene. Tais pessoas não necessariamente eram estudantes da UFRRJ, ainda que, sabidamente, várias pessoas do corpo discente também foram afetadas pela situação.

Uma ação extensionista dentro da universidade requer, sobretudo, diálogo direto da academia com o território em que está inserida. E não só. É necessário o entendimento de como tais ações impactam na vida das pessoas participantes do processo na sua transformação social.

Mendes analisa ainda sobre, em uma opinião pessoal, a maior contribuição do Coletivo Pontes nesses 16 anos de existência

“Eu acredito que foi a formação política do Coletivo e o acolhimento. Nesse momento eu posso até falar de mim. Eu sou duas pessoas. Uma que entrou como bixete<sup>38</sup> e outra pessoa totalmente diferente que saiu em 2022, no sentido de que o meu olhar com o outro mudou pela minha participação no Coletivo e eu acredito que o Pontes é quem me manteve na universidade. (Mendes, entrevista em 26/01/2023).

É muito interessante ouvir as pessoas pautando suas formações humanas e profissionais a partir do ativismo nos movimentos sociais. Situações como essas só corroboram a ideia do quanto os espaços coletivos de representação e organização política são fundamentais para o crescimento pessoal e a sociabilidade.

Os tempos tenebrosos que vivemos no pós-golpe nos trouxe a dimensão da importância da participação política como instrumento de transformação individual e coletiva. Ainda que esse ativismo hoje tenha diversas interfaces, sendo talvez, a maior delas, através das redes sociais.

O processo de afastamento social e restrições de trânsito ocasionados pelo período pandêmico trouxe uma explosão no uso das redes sociais, que já possuía um volume bastante grande de emprego. As novas tecnologias, ainda que seletivas, ganharam mais espaço na vida contemporânea, de forma que, até mesmo os ambientes classicamente presenciais, como a academia e os movimentos sociais, trataram de suas ressignificações.

Durante esse período não era raro a existência de eventos online, como manifestações, aulas públicas, palestras e até conferências. Foi nesse bojo que, em 2021, o Coletivo Pontes completou seus 15 anos de existência. Esse momento, segundo Mendes, era planejado com um grande evento presencial, diversos convidados e uma festa que estivesse à altura da importância do grupo para a população LGBTIA+ da universidade.

As comemorações, então, assim como tudo na sociedade, foi ressignificado pela nova realidade. Foi organizado, portanto, um evento de comemoração online. Uma nova identidade visual para o Coletivo Pontes foi criada, de forma a apresentar um panorama mais atual e assim o evento de comemoração aconteceu, durante o mês de junho, com

---

<sup>38</sup> Termo utilizado em algumas universidades para se referir às ingressantes nos cursos de graduação.

uma série de mesas de debates com pessoas de referência na discussão acerca os direitos e as pautas LGBTIA+.

Figura 5 – Identidade Visual do Coletivo Pontes



Fonte: Página do Coletivo Pontes no Facebook<sup>39</sup>.

O evento comemorativo dos 15 anos do Coletivo Pontes pautou questões importantes para a luta por direitos da população LGBTIA+ e também fez um resgate histórico do grupo desde seu surgimento.

---

<sup>39</sup> Em <https://www.facebook.com/coletivo.pontes/photos> . Acesso em 27/01/2023.

O evento contou com mesas importantes como um bate-papo com as gerações ponteanas, traçando os desafios e histórias ao longo dos 15 anos. Muito do que já foi abordado aqui nas seções anteriores sobre cada geração foi falado nesse evento. Pautas como a organização política do Coletivo Pontes, as ações diretas, a interlocução com a administração superior da universidade e o contexto conjuntural foram abordados.

Importante reconhecer que, mesmo em um momento pandêmico, com os desafios já sinalizados nesta dissertação acerca do processo de mobilização, reunir representantes de diversas gerações em um evento comemorativo de 15 anos de um coletivo LGBTIA+ torna-se um marco dentro da universidade.

O debate foi promovido de forma online, com divulgação no canal do Coletivo Pontes em plataforma de *stream* de vídeos, com acesso liberado para qualquer pessoa que queira assisti-lo posteriormente e contou com intervenções relacionadas aos períodos de atuação do Coletivo Pontes, inclusive com a participação de ouvintes com perguntas e comentários.

Outra mesa de debate de extrema relevância foi sobre o “Orgulho T: desafios e histórias. O convidado foi um participante do Pontes desde a 2ª geração e um dos precursores do debate acerca do nome social na UFRRJ, o ex-aluno de Ciências Sociais Guilherme.

Questões importantes sobre as violências sofridas pela população T (Travestis e Transgêneras) e sua própria invisibilização foram amplamente discutidas, sobretudo no que se refere às questões institucionais dentro da universidade.

O evento contou ainda com espaços de debates acerca das pessoas LGBTQIA+ nas ciências e no ensino superior, de forma a pautar a produção de conhecimento e o acesso desse público à universidade.

Foram momentos bastante importantes para a compreensão do Coletivo Pontes como um dos grupos de maior inserção na universidade, ainda que com diversos desafios enfrentados. Comemorar 15 anos de existência do Coletivo Pontes no país que mais mata pessoas LGBTIA+ no mundo é uma grande vitória. Existir já se configura como uma grande conquista.

Pela importância do evento e relevância do resgate histórico feito nele, os cartazes de divulgação das mesas de debate serão apensados nesta dissertação como anexos.

Em suma, o evento comemorativo pelos 15 anos do Coletivo Pontes apontou para o histórico de conquistas e avanços no que se refere à articulação política LGBTIA+ dentro da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A trajetória apresentada desde a sua origem até os dias atuais mostra o quanto é importante haver uma organização de referência no debate político das políticas identitárias.

Obviamente essa história não é linear, assim como todo e qualquer processo de organização dos movimentos sociais, mas considerando um saldo geral, que é o que foi sinalizado no evento comemorativo, a constituição do grupo e a consolidação do trabalho já se traduz em algo positivo.

Beatriz Mendes, por fim, aponta para a perspectiva de captação de pessoas para a participação junto ao Coletivo Pontes como um dos maiores dilemas existentes no grupo e sinaliza que, durante o período pandêmico, as reuniões remotas ajudaram na organização das ações.

Não há uma regra para a inserção de novas pessoas nos movimentos sociais. Há, na verdade, e isto já foi verbalizado em outros momentos desta pesquisa, contextos que se mostram mais favoráveis, seja pela conjuntura política, seja pelo panorama de lutas mais objetivas, seja pela disponibilidade de pessoas em dedicarem seu tempo para a militância política em espaços coletivos como o Pontes.

Isso aconteceu também com Mendes que, no final de 2022, em seu processo de finalização do curso de engenharia, se afastou para atender demandas pessoais da sua vida profissional. Nesse bojo, novos atores surgem, cada qual com suas especificidades e normas próprias de ação política.

Dessa maneira, em 2022, o discente João Simas, que já fazia parte do Coletivo Pontes no período anterior, assume a liderança do grupo, conformando assim uma quinta geração ponteana.

## 2.5 – Quinta Geração

A quinta geração é a atual. Teve seu início ainda em 2022 e está responsável por gerir as atividades e ações do Coletivo Pontes. Uma geração que ainda enfrenta os desafios da mobilização frágil, aprofundada pelos anos de ódio do governo de Jair Bolsonaro e o período de isolamento social provocado pela pandemia de COVID 19.

Nesse contexto, o discente de Letras, João Simas, se configura como o interlocutor referencial do Coletivo Pontes nessa quinta geração e sinaliza uma série de demandas postas para o grupo. Ele conta que se aproximou do grupo em 2018, mas que, efetivamente, passou atuar durante o período de pandemia, onde as atividades aconteciam remotamente.

Uma das ponderações de Simas atualmente é com relação ao processo de mobilização, visto que a universidade ainda vive os resquícios do isolamento social e, com isso, o próprio esvaziamento de espaços coletivos.

Perguntado sobre sua percepção acerca da natureza e da caracterização do Coletivo Pontes, Simas contextualiza dizendo que

“Atualmente a gente está mais como um grupo de apoio. Em algum momento a gente foi mais do que isso. O Pontes já atuou com uma militância maior, mas desde a pandemia as pessoas deram uma distanciada. E a gente trabalha mais no apoio. As pessoas não se encontram, mas a gente tá ali, trabalhando meio que remotamente. A ideia é que a gente esteja ali para dar apoio até que o grupo volte ao grupo político que era.” (Simas, entrevista em 12/01/2023)

Fica evidente que, por determinados momentos, as agendas políticas do Coletivo Pontes se baseiam na demanda absorvida e no processo de mobilização. Por conseguinte, tal cenário adequa a funcionalidade do Coletivo Pontes ao contexto, de forma que suas ações estejam de acordo com as possibilidades.

Esse fenômeno, de certa forma, pode soar negativamente para o movimento LGBTIA+, por expor a necessidade de reorganização, a ressignificação das ações, reflexão em torno do trabalho de base feito, entre outros fatores.

Contudo, a pluralidade de ações com as quais o Pontes se caracteriza permite que, mesmo diante de desafios de mobilização, possa estar atuando em outras frentes, ainda que limitadas. O panorama atual mostra bem essa realidade: se não há condições de amplas mobilizações, atua-se de forma mais restrita, oferecendo suporte à população LGBTIA+ diante de qualquer demanda em potencial.

Simas aponta que hoje existe uma relação mais próxima com a gestão da administração central da universidade, de forma que o Pontes possui representação no Conselho Universitário, além do diálogo estabelecido junto à PROAES – Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. Inclusive a universidade, atualmente, busca o Pontes para auxiliar a instituição a desenvolver determinadas ações.

Existe hoje uma articulação bastante positiva em relação aos outros coletivos, tanto de dentro da Rural, como externos. Coletivos da Baixada Fluminense, de outras universidades, entre outros.

Dentre os Coletivos da UFRRJ aos quais Simas sinaliza parceria e bons canais de diálogo, estão o COPAMA – Coletivo de Pais e Mães, e o Coletivo de Mulheres Me Avisa Quando Chegar.

Ao ser perguntado sobre sua inserção na discussão acerca das políticas públicas LGBTIA+, Simas é categórico em afirmar que

“durante muito tempo, a universidade não dava respostas institucionais para as violências devido às orientações sexuais e identidades de gênero. Hoje já se discute a criação de uma comissão, com a participação do Coletivo Pontes, no que se refere às respostas às violências praticadas contra a população LGBTQIAP+ dentro da Rural.” (Simas, entrevista em 12/01/2023)

No contexto mais geral, presenciamos o fim do governo reacionário de Jair Bolsonaro e a eleição do presidente Lula, para o 3º mandato no governo federal. Como tudo é muito incipiente nesse início de governo, Simas dialoga na esperança de que sejam tomadas medidas mais enérgicas em torno do combate às violências LGBTfóbicas.

As formas de opressão da população LGBTIA+ são variadas. Uma delas, a violência institucional é percebida em outros tantos momentos e a universidade não está fora desse contexto.

Discutimos acerca de políticas de equidade de forma a garantir, não só o ingresso, mas a permanência das pessoas LGBTIA+ na universidade, sobretudo no que se refere à população transgênera.

Simas foi pontual quando evidencia que

“a universidade deve focar na permanência, já que a questão econômica é um ponto crítico, de forma a garantir suporte econômico para essas pessoas que se inserem aqui. Aliado a isso, a observação contínua em relação à moradia, através do reordenamento dos alojamentos. Política de saúde também é necessária. A Rural mantém um posto de atendimento básico em saúde que precisa garantir atendimento qualificado para a população LGBTIA+” (Simas, entrevista em 12/01/2023)

Interessante pensar políticas públicas em saúde dentro de uma universidade, onde, normalmente, as agendas políticas de assistência estudantil pautam ações relacionadas às bolsas, moradia, alimentação, entre outras questões. Pensar na saúde básica de estudantes LGBTIA+ dentro da universidade é, sobretudo refletir no acesso a um serviço que muitas vezes não se consegue no próprio território de moradia.

Sendo assim, traçar políticas de saúde como ações de assistência estudantil se configura em uma das ações mais importantes, não só para estudantes LGBTIA+, mas para todo conjunto da comunidade universitária, ainda que saibamos os limites de atribuição e capacidade de atendimento dessa unidade de saúde.

Sobre a percepção acerca das transformações ocorridas em sua vida após a entrada no Pontes, tanto em nível humano, quanto acadêmico, Simas narra sua particularidade de nascer em uma família e vir de um ambiente fortemente religioso e poder exercer sua identidade de forma plena a partir da sua militância.

Em uma outra questão, sobre a dinâmica de mobilização do Coletivo Pontes, exatamente o momento de desafio que o Pontes enfrenta hoje, Simas sinaliza que a perspectiva de movimentação de pessoas é feita a partir da conjuntura.

“a gente é muito pautado pelo externo. A gente tava vivendo em um momento sociopolítico muito aflorado em 2016. Até fora da Rural a juventude estava bastante engajada politicamente, então as pessoas começaram a buscar as lutas em torno do que acreditam e onde se sentem mais representados. Um outro fato importante é relacionado ao avanço das redes sociais, onde o jovem não necessariamente precisa estar em um espaço organizado para se expressar e falar o que pensa. Ele faz isso da palma da mão. Acredito que seja um movimento global de refluxo, mas é preciso que o Coletivo atue mais na divulgação para que o movimento seja mais atrativo.” (Simas, entrevista em 12/01/2023)

Da mesma forma, Simas reflete acerca da dinâmica de mobilização a partir de um desejo de mudança em cima de algo palpável. Ele se refere às questões objetivas de transformação das suas vidas e cita como exemplo sua própria trajetória. Essa narrativa de mobilização a partir de questões mais objetivas é bastante interessante e pode exemplificar bem a dinâmica da juventude atual.

Simas narra que tinha um certo bloqueio no que se refere à sua identidade e à sua exposição pessoal, mas que o ativismo junto ao Coletivo Pontes fez ele compreender uma outra realidade “fora do armário”.

Pudemos perceber, ao longo das entrevistas, a diversidade de pensamentos e percepções acerca do movimento LGBTIA+, sobretudo no que tange à ação do Coletivo Pontes na UFRRJ e sua agenda política em torno das políticas públicas direcionadas para esse grupo.

O dinamismo do movimento nos faz observar também as mudanças de contextos sociais e como tais conjunturas influenciam diretamente nas formas de organização dos movimentos sociais.

Pautamos aqui um grupo organizado, atravessado por gerações com entendimentos políticos variados e análises da realidade em consonância com suas trajetórias de vida e formação acadêmica.

Cabe, portanto, fazer um diagnóstico do todo, de forma a perceber as peculiaridades que fazem do Coletivo Pontes um movimento contínuo e, mesmo diante dos desafios aqui

apresentados, permanecer em atividade por tanto tempo e ter, em seu horizonte a perspectiva de coletivo LGBTIA+ em atividade mais antigo da UFRRJ.

Esse panorama só pode ser construído a partir de um diálogo com referenciais teóricos que nos ajudem a categorizar o Coletivo Pontes como fenômeno social de organização política. Para tanto, o capítulo seguinte traz recortes importantes para contribuir com essa análise, considerando os dados coletados e o acúmulo bibliográfico, de maneira que tenhamos uma costura desses retalhos chamados gerações ponteanas.

### **3 – Diálogo das gerações: uma análise teorizada sobre os dados coletados.**

Podemos dizer que, além do fato de serem estudantes LGBTIA+ dentro da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o fator que cria um elo a todas as gerações ponteanas é a resistência.

Mobilizar representa objetivamente verbo traçado no cenário de coletividade e, principalmente, construído sob a perspectiva de mudança. De movimentar as estruturas hegemônicas. Alonso (2009), sinaliza que o próprio termo “movimentos sociais” foi cunhado para designar multidões bradando por mudanças pacíficas.

É óbvio que o panorama de cunho da expressão citada por Alonso, no que se refere às mudanças pacíficas podem ser ressignificados por outros cenários em que o enfrentamento e o anseio por transformações profundas são as pautas centrais do processo de mobilização social.

Nenhum movimento social é homogêneo. Podemos, portanto, pensar parte do movimento LGBTIA+, no bojo do pensamento explorado por Alonso, assim como alguns outros movimentos identitários, como os que possuem superficialidade na agenda política por não pautarem transformações estruturais?

A essa provocação não cabe uma resposta objetiva e sim diversas ponderações sobre como esse movimento se coloca diante dos contextos conjunturais, como por exemplo, uma luta anticapitalista. Da mesma forma que é preciso pensar, antes de responder qualquer induzimento em como esse sistema capitalista, através do patriarcado, situa as questões LGBTIA+.

Para contribuir com esse debate, Alonso (2009), sinaliza que os “novos sujeitos” não seriam, então, classes, mas grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural. Isto é, poderiam vir de todas as minorias excluídas.

O pensamento ora exposto fica bastante nítido, por exemplo, quando, na realização da entrevista com as lideranças e ativistas do Coletivo Pontes, na pergunta sobre a percepção quanto à natureza do coletivo. Não cabe à este estudo questionar as leituras da realidade vivenciada por cada indivíduo, mas analisar os fenômenos que os levaram a ter esse entendimento, sob a luz de referências teóricas no assunto.

Primeiramente, um debate que não foi explorado ao longo do estudo, propositalmente, para que se fizesse presente nesse espaço mais conceitual é o do paralelismo entre “grupo” e “coletivo”.

O Pontes nasce “grupo”, em 2006 o que perdura até 2017, quando se transforma em “coletivo”. O debate semântico desse termo é exposto por Lima (2016) quando sinaliza que a noção “coletivo” se insere para designar o espaço de diálogo entre os integrantes; um diálogo que se faria “coletivamente” ou “horizontalmente”.

Lima (2016) aborda ainda um debate que

“coletivos são formas contemporâneas de organização” [...] de forma que [...] a utilização – agora quase geral de “coletivo”, ao invés de “grupo” – é compreendida como a emergência de uma categoria cujo significado remeteria a um espaço politicamente mais “horizontal” (não há delegação e representação formal) e “não institucionalizado” (seguindo o viés comparativo com o movimento LGBT e o movimento estudantil). (LIMA, 2016, p. 113)

Essa percepção, *a priori*, pode ser pensada, no caso da origem do Grupo Pontes, como um embrião constituído dentro do DCE da UFRRJ, absorvendo, porventura, o mecanismo de organização do movimento estudantil. Tendo, ao longo das gerações e, conseqüentemente, um desvencilhamento com essa estrutura organizacional.

Outro fator importante para ser pensado nesse contexto semântico são as interlocuções históricas do movimento estudantil com os partidos políticos, sobretudo aqueles que se inserem no campo da esquerda, com métodos de organização bastante delimitados, pautados, na maioria das vezes, na perspectiva da representação e do centralismo democrático como forma de decisão.

Deixamos, portanto, a reflexão em torno de que a noção de “grupo” pode ser uma herança histórica do vínculo existente entre militantes estudantis organizados em partidos e sua influência sobre o então Grupo Pontes.

A ideia de “horizontalidade” pautada, se contrasta com a estrutura organizacional conhecida das entidades representativas do movimento estudantil, tal como a segmentação em coordenações, secretarias, presidência, entre outros mecanismos.

Ainda no debate que tangencia a natureza do Pontes, no seu início, outra questão fundamental para a análise é o contraste entre “institucionalizado e “não

institucionalizado”.

Um fato que permeia essa polêmica, especificamente no caso do Pontes, se dá pelo processo de vinculação do grupo à esfera administrativa da universidade através da Pró-Reitoria de Extensão. O Pontes possui uma natureza de grupo de extensão, sendo, portanto, institucionalizado.

A perspectiva trabalhada por Lima (2016), esboça que

(...) “institucionalizado” quer dizer manter uma aproximação com o Estado e fazer política em diálogo com o mesmo. Além disso, institucionalização se refere à esfera da burocracia, dos regimentos e das “obrigações”. Em suma, a expressão “institucionalizado” apresenta-se como forma de se referir não a qualquer relação com o Estado, pois, em certa medida, a universidade é vista no campo em conjunto com o que se “imagina de Estado”, mas sim como categoria de acusação relativa a uma certa relação com o Estado, baseada na ideia de participação social. (LIMA, 2016, p. 114)

Uma outra análise importante de ser feita se evidencia na percepção da natureza do Pontes a partir da conjuntura sociopolítica. As respostas enquanto grupo organizado, vinculado institucionalmente e articulado politicamente em um governo progressista, obviamente se dá de forma diferente a de um período de retrocesso, como vivenciamos.

Sendo assim, a lógica de ação política aqui observada corrobora com as falas das pessoas entrevistadas no que concerne aos processos de mobilização e construção das agendas políticas.

Nesse sentido, Alonso (2009), dialoga que esses

novos movimentos sociais seriam, então, antes grupos ou minorias que grandes coletivos. Suas demandas seriam simbólicas, girando em torno do reconhecimento de identidades e estilos de vida. Recorreriam à ação direta, pacífica, baseada numa organização fluída, não hierárquica, descentralizada, desburocratizada” (ALONSO, 2009, p. 67)

Em determinados casos, a pauta identitária, sobretudo a LGBTIA+, sinalizada por vezes durante este estudo, converge com uma nova forma de se fazer política que se insere em ações comportamentais. A utilização da performance como instrumento de afronta ao patriarcalismo não pode ser desconsiderada, até mesmo pelos signatários dos movimentos

sociais mais clássicos.

Ao contrário, a dinâmica posta para por grande parte do movimento LGBTIA+ se estabelece na satirização dos modelos políticos conservadores, que promovem prioridade ao debate economicista e minimizam as potencialidades das subjetividades dos indivíduos.

Nesse contexto, Bortolini (2022) apresenta uma reflexão interessante, referindo-se ao espaço escolar, mas facilmente transportada ao trato dos corpos dissidentes inseridos nos movimentos sociais, onde

Seus construções performáticas, discursos e narrativas de si, que recorrentemente escapavam mesmo às categorias identitárias do ativismo e aos modelos teóricos da academia, foram fundamentais para dar visibilidade e tornar inescapável o enfrentamento a essas questões. Sua principal tática era o *afronte*, que ia desde a persistência em comportamentos “fora do padrão” até a assumpção explícita de um discurso político confrontador que colocava em cheque (as instituições) e suas práticas naturalizadas. (BORTOLINI, 2022, p.128) Grifo nosso.

Percebe-se, dessa forma, o quanto as instituições, mesmo as ligadas aos movimentos populares, ainda se encontravam embebidas pelo ideário conservador. Esse cenário tende a mudar à medida que as construções performáticas, citadas por Bortolini, começam a ocupar espaços importantes no panorama político.

A conjuntura política, inclusive, amplamente tratada na investigação e discutida com os sujeitos interlocutores do Coletivo Pontes como fundamental para traçar dinâmicas de mobilização e conquistas de direitos.

Um contexto em que há espaço para diálogo em torno da construção de políticas públicas para a população LGBTIA+ e, sobretudo, a garantia da participação social como instrumento de afirmação de corpos historicamente marginalizados do processo de decisão é assegurado, na maioria das vezes, pela mobilização dos sujeitos.

Mais adiante traremos de volta a causalidade da expressão “na maioria das vezes” para o debate em torno da inserção das organizações dos movimentos sociais, mas, por hora, nos atentemos à lógica da participação social como mecanismo de exercício da ação de tais representações na construção de agendas políticas para a população LGBTIA+.

Feitosa (2016), aponta para a observação em torno do conceito de participação

social LGBTIA+, de maneira que

Trata-se de termo que visa representar processos participativos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais na esfera pública em busca de conquistar ou efetivar direitos negados ou violados. A participação LGBT compreende um conjunto de ações reivindicatórias e propositivas para a sociedade de modo geral, mas é melhor empregada para as relações envolvendo o Estado e sua estrutura político administrativa. Deve-se compreender a história da participação social LGBT como parte da trajetória da própria participação social no Brasil com os seus momentos, conjunturas, contextos, fases, etapas e sentidos. (FEITOSA, 2016, p.65)

Fica evidente que o ativismo é o caminho mais plausível para a garantia de direitos da população LGBTIA+, da mesma forma que a história nos mostra conquistas pautadas em processos de mobilização em torno de políticas públicas essenciais para esse grupo, como observamos no capítulo 1 desta dissertação.

A ampla discussão de pautas urgentes, tais como as políticas de saúde e promoção da cidadania, mecanismos de combate às violências e garantias de medidas específicas para educação só foram possíveis devido à organização do movimento no que se refere a organização das lutas.

No caso mais específico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, as pautas importantes para o segmento LGBTIA+ dos estudantes, foram conduzidas pelo Coletivo Pontes de forma coletivizada e com debate ampliado, como, por exemplo, o caso da adoção do nome social nos registros documentais da instituição.

A demanda apresentada por individualmente por pessoas trans motivou a organização de mobilização, de forma que a administração superior da universidade se viu pressionada a aprovar a medida.

Obviamente já havia um movimento em nível nacional que pautava essa questão e é possível avaliar que a UFRRJ entrou no “bonde” politicamente correto. Mas é fundamental observar que o processo de mobilização do corpo discente acelerou esse trâmite.

No que tange às políticas públicas, pensando um cenário mais limitado, como o da

universidade, práticas de cooptação são mais raras, mas existem. Esse processo de aliciamento de lideranças dos movimentos para dentro da estrutura decisória é comum em outras instâncias, sobretudo nas governamentais.

Essa dinâmica, narrada por Aguião (2018) como “fazer-se no estado” não colabora com o amadurecimento político das instituições e entidades, além de abrir brechas para a desmobilização e comprometimento dos movimentos populares com a institucionalidade do Estado.

A ação de “comprometer-se” envolvida nessa circunstância aponta para os dois sentidos que podem ser atribuídos à palavra: “obrigar por compromisso”, “responsabilizar” e “expor (alguém ou a si próprio) a situação constrangedora ou perigosa”, “empenhar ou arriscar” (AGUIÃO, 2018, p. 304)

Comprometer-se, na forma como Aguião sinaliza, traduz-se em uma descaracterização do princípio básico das organizações sociais que é autonomia em relação ao Estado. Essa é a questão central sinalizada anteriormente na expressão “na maioria das vezes”, em relação às conquistas pela via da ampla mobilização.

Nem sempre as políticas públicas conquistadas são provenientes de ações diretas por parte dos movimentos sociais. Há casos em que a cooptação de ativistas do movimento social se traduz em nomeação para cargos em setores diversos do Estado.

O pressuposto fundamental para a evolução dos movimentos sociais é a interlocução com o Estado, no sentido da apresentação das demandas, contudo, tendo garantida sua independência. No caso do Coletivo Pontes, considerando seu espaço de ação mais limitado, experiências de cooptação são mais raras.

Ainda que a academia reforce seu papel de imagem de Estado, tratam-se de esferas diferentes com papéis bem delimitados.

Outro ator importante nesse processo de participação social e garantia de direitos é a universidade ou “academia. Nesse bojo, Aguião (2016) define que

A “academia” surge como um ator de peso nessa cena não apenas por conta dos significados que produz ou (re)afirma por meio de pesquisas, mas também por ser ator ativo no fazer das políticas

e nas “respostas do Estado”. A situação explicita a inclusão desses atores também no que muitas vezes é considerado um campo de disputas internas dos seus objetos de estudo. Outro ângulo a ser considerado, diretamente relacionado a este, é a “academia” ou o “saber acadêmico científico” como um marcador social da diferença, que, como qualquer outro marcador, pode atribuir qualidades positivas ou negativas aos sujeitos que constitui, a depender de relações e contextos contingentes. (Aguião, 2016, p. 304)

A contribuição de Aguião para analisar o movimento LGBTIA+ e seu processo constitutivo é bastante interessante, já que dialoga com a realidade a qual estamos inseridos. A autora aponta, ainda, um debate importante sobre a disputa de espaços entre os entes que correlacionam a construção das políticas, tais como a academia e os movimentos sociais.

Há, de fato, num imaginário hierárquico, um sentimento de superioridade da academia na formulação de pensamentos e construção de políticas. Muitas vezes, então, a ideia que se apresenta em relação aos movimentos sociais é a de um caráter operacional e estritamente mobilizatório.

Essa desassociação entre teoria e prática é muito prejudicial para a perspectiva de efetivação de políticas públicas, sobretudo quando o campo em questão é uma arena de debates entre progressistas e conservadores. Pensar o papel dos movimentos sociais de forma restrita às ações de mobilização é descartar seu caráter formativo.

Percebemos, portanto, nas narrativas apresentadas pelas lideranças entrevistadas, as diversas contribuições que a militância objetivou em suas vidas, validadas pelas vivências na ação coletiva.

Lima (2016), em uma investigação sobre os eventos universitários do movimento LGBTIA+ sinaliza algo que pode ser facilmente adequado para uma análise sobre o percurso formativo nos movimentos sociais, incluindo o LGBTIA+, quando diz que

(...) se designa como um “espaço de formação”. Um lugar de formação política mas também acadêmica, é a definição mais acionada pelas pessoas que constroem esse espaço. Contudo, a definição de espaços de vivência, aparece como carro-chefe nas descrições dos participantes de primeira viagem. (LIMA, 2016, p. 154)

Essa ideia de construção da formação em um ambiente coletivo, plural e crítico é fundamental para a constituição de sujeitos conscientes de suas realidades e das prerrogativas de ação no processo de constituição humana. A percepção de conquistas pessoais por parte das lideranças entrevistadas reforça o pensamento da necessidade de uma formação que dialogue diretamente com a concretude do mundo fora da universidade.

Aquilo que é, primariamente, observado como questões pontuais, tais como o exercício de falar em público, a possibilidade de trânsito entre os espaços, as vivências em espaços coletivizados e, sobretudo, o amadurecimento político, são só algumas das virtudes apontadas pelas gerações ponteanas.

As experiências sinalizadas aqui, através da participação nos espaços de organização política do movimento LGBTIA+ com o Coletivo Pontes é um dos maiores, senão o maior, fator de reflexão em torno das políticas públicas e da garantia de direitos que essa população demanda.

Invariavelmente, quem participa de grupos políticos na juventude segue participando com sua militância em outras esferas de atuação, sejam elas os sindicatos, as associações, ou mesmo os partidos políticos.

Ainda que, na maioria das vezes, situadas no campo progressista, nem sempre estas organizações pautam as questões referentes às agendas LGBTIA+. A presença, então, de alguém que tenha em sua trajetória, um repertório constituído nas ações políticas de Coletivos LGBTIA+ se dá como total diferencial para as lutas políticas daquela entidade.

Sendo assim, a própria existência de um movimento LGBTIA+ ativo dentro de um espaço já pode ser considerado um processo formativo. Garantir a manutenção deste movimento por mais de 16 anos, então, torna-se um troféu. Pensar no legado do Coletivo Pontes ao longo dos anos de existência nos motiva a refletir em como seria se não houvesse tal organização.

Durante as conversas com as pessoas entrevistadas no que se refere à maior contribuição do Coletivo Pontes ao longo de suas atividades, a grande maioria aponta para a simples existência.

A história nos remete à uma marginalização sistemática da população LGBTIA+ e,

sobretudo, o apagamento das pautas de gênero e sexualidade dos contextos cotidianos. A lógica capitalista neoliberal insiste em individualizar as relações sociais de forma a complexificar os espaços coletivos de debate em torno dessas questões.

Sendo assim, todo movimento que ousava romper com essa lógica era duramente criticado e criminalizado. À população LGBT cabia, nesse cenário, unicamente a posição de perversão pautada na prática da sexualidade, tendo esta sido atrelada cruelmente à proliferação de doenças por parte do pensamento conservador.

Assim aconteceu nas décadas de 80 e 90, como Cruz (2019) aponta com a intensificação da violência contra homossexuais masculinos e a consequente associação destes à epidemia de AIDS. Da mesma forma, nos dias atuais, o debate neoconservador debruça suas vociferações contra uma suposta ideologia de gênero com caráter homossexualizador que pretende aliciar crianças e jovens nos seus espaços de trânsito.

A perspectiva conservadora, calcada no alijamento do público LGBTIA+, fez com que esse grupo se aproximasse mais da academia, fazendo com que a ciência ressignificasse sua lógica de produção de conhecimento, sobretudo no combate à AIDS.

De figura marginal para a centralidade das pesquisas sobre HIV/AIDS, os grupos LGBTIA+ foram ganhando espaço e se fortalecendo politicamente, sobretudo no que se refere ao diálogo com setores governamentais em defesa das políticas públicas. Cruz (2019) sinaliza que o ativismo LGBT criou a especificidade de estar fortemente presente no campo da elaboração das políticas públicas.

A ocupação desses lugares orientou o movimento LGBT, de forma que à medida que novas demandas surgiam, novos diálogos eram travados com o poder público. Isso fica evidente na análise de Aguião (2018) sobre como essas representações de movimentos LGBT's, muitas delas absorvidas por organizações do terceiro setor, trataram de pautar suas inserções nos espaços de discussão e decisão acerca das políticas voltadas para LGBTIA+.

Esse conjunto de relações abarca organizações não governamentais, movimentos sociais estruturados em diversos formatos, o campo acadêmico que se dedica à reflexão sobre o tema e uma série de atores e objetos multifacetados. Encaro-os como espaços privilegiados para perceber como esse universo é produzido relacionalmente e como conflitos, embates e disputas funcionam para constituir e continuamente definir os limites e as fronteiras do próprio campo. (AGUIÃO, 2018, p. 50)

A contribuição trazida por Silvia Aguião se situa em um debate interessante no que tange a relação entre os movimentos sociais e o poder público. Diversos fatores qualificam como essa relação vai se dar. A conjuntura política é dinâmica, de forma que tal correlação de forças pode atravessar momentos de mais diálogo e momentos de mais embates.

Uma gestão de poder público que esteja alinhavada com uma perspectiva mais progressista, por exemplo, em regra, possibilitará canais de diálogo mais eficazes que uma gestão conservadora. Assim como, dependendo do ideário político da liderança do movimento, essa relação pode ser fortalecida ou subjugada.

Um fator importante e que se relaciona diretamente com a relação entre sociedade civil e estado na elaboração das políticas públicas é a demanda apresentada. Questões mais emergenciais tornam-se agendas políticas inerentes das lutas destes movimentos. Entre outros exemplos, tivemos a epidemia de HIV/AIDS na década de 80 e 90; a promoção da cidadania LGBT e o combate à violência LGBTfóbica nos anos 2000.

Bortolini (2022) argumenta sobre como se deu a participação da sociedade civil organizada, representada pelos sujeitos do movimento LGBT nos espaços de decisão política. Embora tal participação seja de grande valia para um movimento historicamente marginalizado, é preciso refletir acerca das garantias que tais sujeitos possuem nessa atuação.

Embora seja evidente essa “ocupação” da gestão pública por sujeitos conectados aos campos movimentistas, de modo algum esses sujeitos constituíram a maioria da administração estatal. Pelo contrário, de uma posição minoritária, tiveram que confrontar com as estruturas governamentais atravessadas pela LGBTfobia institucional e por noções de patriarcalismo (BORTOLINI, 2022, p. 123)

As políticas citadas, na verdade, devido às alterações da estrutura política de gestão, acabam sendo redesenhadas a partir do governo que as gere. Nesse sentido, Feitosa (2016), aponta que, políticas que deveriam ser intersetoriais e continuadas, na verdade, se caracterizam como frágeis institucionalmente e deficientes estruturalmente, já que, em um cenário de mudança de governo, tais ações podem se perder facilmente.

Até mesmo nos governos considerados progressistas, o diálogo entre setores do movimento LGBT e poder público teve arestas que não foram aparadas, de maneira que, em muitos momentos, a narrativa conservadora se fez presente na frenagem de ações fundamentais para a garantia dos direitos da população LGBTIA+.

Bortolini (2022), conceitua uma expressão sobre *governos masculinistas cis-heteronormativos* que se adapta bem ao debate do que é permitido pelo poder público e o que é execrável do ponto de vista dos valores conservadores. Ora, mesmo em governos progressistas, alas conservadoras sempre foram partícipes dos processos decisórios, sobretudo quando se pauta a busca pela deslegitimidade da lógica binária cis-heterossexista.

O fato é que políticas de atenção e garantia de direitos para a população LGBTIA+ não podem ser consideradas somente em conjunturas políticas que dialoguem com sua existência. O que hoje é considerado como política de governo precisa ser redesenhado enquanto política de Estado.

Percebemos que no contexto geral as mobilizações dos setores da sociedade civil organizada foram fundamentais para a proposição e formulação das políticas públicas. Foram as articulações de movimentos sociais e organizações do terceiro setor que, juntamente com partidos políticos de esquerda, pautaram a necessidade de aplicação de medidas que intervissem na vida da população LGBTIA+.

Guardadas as devidas proporções, da mesma forma ocorreu na UFRRJ com o Coletivo Pontes. Grande parte das ações referentes à garantia de direitos da população LGBTIA+ ruralina se deu pela mobilização do Pontes, ao longo de seus 16 anos, em uma perspectiva de luta e resistência.

A ação em defesa da regulamentação do uso do nome social na universidade, inclusive nos documentos oficiais, por exemplo, surgiu de uma movimentação que começa no CTUR e termina no Conselho Superior da Universidade.

Obviamente já havia um panorama nacional com discussão bastante ampla para que isso acontecesse em diversos órgãos públicos, inclusive algumas por decisões judiciais que deferiam o uso do nome social. Mas de qualquer forma é importante ressaltar o processo de articulação e organização política pautado pelo Coletivo Pontes na mobilização.

Uma das questões mais nevrálgicas para o corpo discente LGBTIA+ da UFRRJ é a segurança no campus. Não só pela violência lgbtfóbica vinda de outros estudantes, mas também pela violência institucional que era constantemente alvo de críticas de discentes.

A pressão organizada por estudantes que defendiam medias duras contra agentes de violação lgbtfóbica culminou, entre outras medidas, na construção de um fluxo junto à segurança universitária, de forma a sensibilizar as abordagens realizadas pelo setor a estudantes LGBTIA+.

No que se refere aos alojamentos, o Coletivo Pontes sistematicamente pauta junto à PROAES a necessidade de medidas de prevenção à violência lgbtfóbica nos quartos e espaços de uso coletivo, como banheiros. E essa mobilização tem trazido resultados positivos, sobretudo com a abertura de diálogo direto com a Pró-Reitoria.

A conquista mais recente para a comunidade LGBTIA+ da UFRRJ foi a regulamentação do uso dos banheiros de acordo com a identidade de gênero autodeclarada, assim como a criação de banheiros neutros. O uso dos banheiros é uma pauta histórica do Coletivo Pontes e de toda população LGBTIA+ da Rural, de forma que já houveram diversas violações institucionais sobre seu uso.

Em episódios não tão distantes, pessoas sofriam retaliações ao usar banheiros de acordo com sua identidade de gênero, inclusive por parte de funcionários da universidade que, em atitudes transfóbicas, cerceavam um dos direitos básicos de uma pessoa: a higiene.

A prerrogativa da regulamentação do uso dos banheiros a partir da identidade de gênero e criação dos banheiros neutros na UFRRJ foi aprovada em sessão do Conselho Superior da Universidade em 2023. A Universidade Rural, portanto, se mostra como uma das primeiras instituições federais a promover esse tipo de debate.

Assim como os contextos gerais mencionados nessa dissertação, o cenário atual de eleição do presidente Lula para o seu terceiro mandato, favorece medidas como essa. Em um panorama de restrição de direitos, como visto recentemente, talvez ações desse tipo seriam rechaçadas pelo poder público.

De fato, o processo de organização interna da UFRRJ, incluindo os movimentos sociais, acompanham diretamente o momento político geral, traçando estratégias de ação, mobilização e recuos.

O Coletivo Pontes, como mostrado aqui, segue essa tendência e se organiza a partir de demandas apresentadas pelos estudantes e pelo panorama político. A relação construída com as gestões da administração superior da universidade tende a corroborar com as mobilizações.

Contudo, de acordo com as próprias gerações aqui representadas, essa relação possui a prerrogativa máxima de autonomia nas decisões e diferenciação na execução dos papéis sociais dentro da universidade.

Perceber, portanto, como os processos de mobilização dos movimentos LGBTIA+ historicamente criaram espaços de construção coletiva junto ao poder público nos fez entender também que esse mecanismo também acontece em espaços proporcionalmente menores, como a universidade.

Uma relação pautada na conquista de interesses coletivos e garantia da autonomia é totalmente sadia, de maneira que, ao longo dos mais de 16 anos de existência, o Pontes se configura como referência estudantil nas questões LGBTIA+ na universidade. Essa conquista não é da barganha. Mas uma conquista da luta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dezesseis anos não são dezesseis dias. Para movimentos sociais, esse tempo de existência já faria do Coletivo Pontes uma “cacura<sup>40</sup> típica das que carregam em si grandes experiências de vida.

Mobilizar sob pautas progressistas em um cenário conservador é um grande desafio. Sobretudo quanto a pauta se localiza no campo das políticas LGBTIA+, onde os enfrentamentos se dão de forma mais frontal e historicamente opressora, já que questões LGBTIA+ envolvem, entre outras coisas, exposição da sua individualidade e intimidade.

Durante a elaboração deste estudo, nos levantamentos bibliográficos e, principalmente, nas pesquisas empíricas, lembrei de diversos momentos da minha adolescência, quando vítima de atitudes heteronormativas que nem eu mesmo entendia que poderia me atingir.

Logo me veio a mente que o primeiro desafio a ser superado quando se pauta políticas voltadas para a população LGBTIA+ é o acolhimento da pessoa e de toda subjetividade que ela carrega em si. Coisa que, no geral, nem a família, nem a sociedade e nem o Estado fazem. Pelo contrário.

Nossa vida, desde a mais tenra idade é permeada por enquadramentos aos padrões do patriarcalismo em uma perspectiva cruel mutilação de comportamentos cujos corpos não se adequem à essa estrutura societária.

Sendo assim, “acolhimento”, talvez, seja a palavra que atravessou, juntamente com “existência”, toda essa dissertação, de maneira que cada pessoa do público LGBTIA+ sabe, na prática, o sentido dessas palavras.

Em cada diálogo, independente da geração ponteana ou mesmo do viés teórico, percebemos o quanto essas duas palavras podem formar um sintagma inerente à pessoa LGBTIA+: o acolhimento que possibilita a existência.

Não é raro para esse público perceber a marginalização. Se o comportamento destoa da cisheteronormatividade, esse processo se torna potencialmente maior e mais cruel, de

---

<sup>40</sup> Gíria usada para se referir aos homens gays de idade mais avançada.

forma que direitos básicos tornam-se restritos, inclusive o da vida.

A conversa com cada representante das gerações do Coletivo Pontes deixou perceptível que a lógica do acolhimento de estudantes que, na sua maioria das vezes, sequer haviam conversado sobre sua sexualidade ou identidade de gênero se configura em um fator fundamental para que a ação política aconteça.

Se entender primeiro enquanto indivíduo para se perceber na coletividade é algo intrínseco a participação e ao ativismo político.

Tanto que todas as gerações do Coletivo Pontes citaram em uma perspectiva de característica multiutilitária, a ação do Pontes como grupo de apoio, mesmo apontando também que não se poderia limitar a isso.

Construir espaços de diálogo em torno das questões individuais e transportá-las para um debate coletivo é, talvez, a grande sacada de grupos identitários como o Coletivo Pontes.

No que tange à caracterização, ficou evidente nas conversas a capilaridade do Pontes, de forma que a ação política demanda, não só a discussão de assuntos pontuais como a própria contextualização dos temas a nível macro. O Pontes vai além de um movimento social, transcende a ideia de projeto de extensão, como institucionalmente constituído e passa dos limites de entidade de representação.

As falas corroboraram para a perspectiva de horizontalidade, comum nos coletivos da contemporaneidade, sobretudo no que se refere às agendas políticas e nas formas de participação. A ação política aqui se torna produto fiel das demandas do dia a dia de estudantes da universidade, que enfrentam a contradição contínua de ser diverso em um ambiente plural, mas com práticas singulares.

A conjuntura de enfrentamento à LGBTfobia é comum à todas as gerações, assim como a logicidade da ação política a partir das demandas locais. Talvez essa congruência entre o geral e o pontual seja a receita para os mais de dezesseis anos de atividade ou ainda à medida que, entre avanços e refluxos, prepara terreno para o surgimento de novos/as sujeitos.

O fato é que a contribuição do Coletivo Pontes, não só para a população LGBTIA+ da UFRRJ, mas para sociedade como um todo reflete em um panorama onde a exclusão se fez e ainda se faz presente para esse público. Ações que vão desde rodas de conversa

sobre acolhimento, eventos acadêmicos até manifestações e, por que não, festas, se constituem como elementos fundamentais para a garantia de direitos desse segmento societário.

A região da Baixada Fluminense, território ao qual a UFRRJ se insere possui características bastante peculiares do ponto de vista da garantia de direitos. A acessibilidade é limitada, as políticas públicas são deficitárias o bolsão de pobreza é uma realidade para seus habitantes e, aliado a isso, o discurso moral atravessado pela religiosidade é bastante presente.

Ser da comunidade LGBTIA+ na baixada, portanto, é ter as questões sociais potencializadas em vários graus e ter uma vida atravessada por diversos marcadores sociais que apontam para um processo de marginalização ainda maior.

Sendo assim, o debate em torno das políticas públicas para a população LGBTIA+, de forma alguma pode pautar somente a questão da diversidade sexual e/ou identidade de gênero. Precisa vir atravessado por questões inerentes à violência de gênero, à racialidade, à classe social, à própria discussão sobre territorialidade.

O debate travado, de forma bastante incipiente no início desta pesquisa sobre a diferença organizacional entre os coletivos universitários e os coletivos de rua sinalizam bem tais questões. Enquanto um possui o espaço privilegiado de acesso à informação, debate teóricos que ajudam a compreender a realidade em que vivem, além de possuírem a capa da institucionalidade universitária que os protegem de diversas situações.

Não se trata de antagonizar tais grupos, mas contribuir com uma análise que dialogue com as diferenças metodológicas, de características e de demandas. Ainda que saibamos que existam trânsitos entre um grupo e outro, a organização política é bastante diferente.

Nas entrevistas foi possível perceber essas diferenças, a começar pela natureza da origem do Pontes, ainda considerado grupo, como um embrião nascido de uma organização de representação política, que é o DCE. Ou seja, o surgimento do Pontes já se traduz enquanto ação política de entidade representativa.

Enquanto a grande maioria dos coletivos de rua nascem dos contextos de amizades e flertes, da perspectiva de vizinhança em comunidade e da ideia que enfrentam as mesmas dificuldades e mesmos anseios. Os coletivos de rua pautam suas ações, muitas

das vezes, no acolhimento da “mana<sup>41</sup>” que sofreu violência LGBTfóbica, seja dentro de casa ou fora dela, ou mesmo como momento de lazer no ensaio das coreografias de músicas das divas pop ou prática de atividades esportivas.

Assim como os coletivos de rua, os coletivos universitários, e, de forma mais específica o Pontes, se traduzem enquanto resistência, já que, no contexto do capitalismo neoliberal, onde a prevalência do individualismo e a padronização de sujeitos aos quadros comportamentais é evidente, a organização de corpos dissidentes é posta a todo momento em xeque.

Essa forma de organização, conforme observamos ao longo deste estudo, exige um esforço fora do comum para que as demandas da população LGBTIA+ sejam garantidas. Tivemos, ao longo da história, uma gama de conquistas que só se deram devido às mobilizações e luta árdua em torno de políticas importantes para a sobrevivência de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos, entre outros/as sujeitos/as vulnerabilizados.

As políticas de atenção integral à saúde da população LGBTIA+ são um exemplo da necessidade de organização política e articulação de mecanismos que garantam a visibilidade deste público. Outro exemplo, de fundamental importância para a garantia do direito à vida é a política de enfrentamento à violência LGBTfóbica.

Ainda que consideremos tais ações como medidas de governo e não políticas de Estado, logo, susceptíveis às alternâncias de poder e conseqüentemente da disposição política em implementá-las, o princípio constitutivo da elaboração de tais planos pelo poder público partiu da mobilização da sociedade civil, organizada em entidades consoantes com a defesa dos direitos humanos.

Na universidade, percebemos ao longo desta dissertação, não foi diferente. Diversas medidas adotadas pela administração superior da UFRRJ só se deram a partir da pressão promovida pelo corpo discente, pautado pela organização do Coletivo Pontes.

Conquistas como a adoção do nome social na universidade, sensibilização da segurança do campus em relação à abordagem de casais homoafetivos, regulamentação do uso de banheiros a partir da autodesignação de gênero e até mesmo a criação de

---

<sup>41</sup> Expressão comumente usada pela juventude LGBTIA+ periférica para se referir à uma pessoa amiga também LGBTIA+.

banheiros neutros só foram possíveis graças às mobilizações da comunidade LGBTIA+ ruralina.

Outras ações ainda precisam de mais organização para serem efetivadas. Como dialogado nas entrevistas, as cotas para pessoas travestis e transgêneras como instrumento de equidade no acesso seriam uma delas. A prerrogativa da assistência estudantil ainda deve ser melhor considerada para essas pessoas, sobretudo quando o maior desafio para universitários/as se concentra na condição financeira para permanência na universidade.

A perspectiva de cotas para grupos identitários, acompanhada de uma política de permanência constituída por alojamentos, alimentação e bolsa permanência já é uma realidade em diversas instituições de ensino superior. Não se trata de algo novo, mas medidas que apontem para a diversidade cultural, étnica e identitária como mecanismo de cumprimento do papel social da universidade.

Obviamente, as conquistas se deram com muita luta, mas também com muito diálogo. A relação entre o Coletivo Pontes e as gestões da administração superior da universidade, nesses mais de dezesseis anos de atuação nem sempre foi harmônica, mas é evidente que cada vez mais a população LGBTIA+ ali representada ganhou espaços a partir da sua atuação e visibilidade na ocupação de espaços importantes, como o CONSU.

Por vezes é preciso ponderar esta relação de institucionalidade, ainda que, na sua natureza, o Coletivo Pontes esteja vinculado à universidade como projeto de extensão. A questão vital para a continuidade das ações do Pontes e de qualquer outro movimento social é a autonomia institucional e independência política.

Não esqueçamos que, embora o discurso contemporâneo esteja calcado no campo progressista, a academia, no geral, é controlada também por homens brancos elitistas permeados pelo discurso da cisheteronormatividade, e que debates centrados na perspectiva de emancipação de gênero e na liberdade sexual ainda descem amargos em suas gargantas.

Percebemos também o quanto a militância nos movimentos contribuiu para a formação humana e profissional das pessoas entrevistadas. A participação em espaços de debate coletivo corrobora intensamente com o crescimento pessoal. As narrativas aqui expostas sinalizam uma amplitude no percurso formativo e no capital cultural apreendido no período universitário.

O processo de mobilização do Coletivo Pontes, assim como qualquer outro movimento, é pautado pelo contexto sociopolítico. As demandas surgem e daí a organização política acontece. Tanto que observamos, em diversos momentos destes mais de dezesseis anos de existência, a participação do Coletivo Pontes em diversos atos e manifestações.

Pontes esteve na luta contra a LGBTfobia, dentro e fora do campus; na manifestação contrária a implantação do lixão em Seropédica; nas manifestações contra o golpe parlamentar de 2016; nos atos contra a PEC do Fim do mundo e nas ocupações da primavera estudantil, também em 2016; nas passeatas contra o governo genocida de Bolsonaro, entre outros momentos.

Estes espaços de articulação política se apresentam como massa de bolo em batedeira, criando liga com a juventude e arregimentando novos quadros para participação junto ao Coletivo.

Houveram também momentos de refluxo, afinal, são mais de dezesseis anos em atividade e, logicamente, por ser um movimento dinâmico e com temporalidade bastante definida, haviam os períodos de refluxo. Para tanto, não há resposta cirúrgica. De uma forma geral, os/as representantes ora entrevistados sinalizaram a necessidade de trabalho de base, de horizontalidade na ação do coletivo ou mesmo de apoio financeiro.

O fato é que, diferentemente de outros movimentos sociais, o ativismo universitário disputa forças com a vida estudantil, o engessamento da institucionalidade frente às demandas e o tempo limitado de permanência daquele/a estudante na universidade, sem contar com a perspectiva de criminalização e marginalização dos movimentos populares promovida pelo ideário neoliberal.

De toda forma, o saldo geral feito pelas pessoas entrevistadas é que, ao longo das cinco gerações, entre diversos legados, frutos do trabalho do Coletivo Pontes, o maior deles é a própria existência do coletivo. O simples fato de existir um grupo de faça o acolhimento de pessoas sistematicamente marginalizadas na sua essência já pode ser considerada a maior contribuição do Pontes para a população LGBTIA+.

Obviamente, durante as entrevistas, foram citadas ações importantes, tais como a realização do ENUDS, que movimentou com toda universidade nos dias de ocorrência, as rodas de conversa, que faziam com que as pessoas desabafassem em torno de traumas

e perspectivas de vida, até mesmo as políticas públicas que impactaram positivamente a vida das pessoas LGBTIA+ da universidade.

Mas a existência do Pontes como maior contribuição para essa população foi consensual, já que, se não fosse a organização política dessa juventude, diversas ações como as citadas, talvez, não teriam acontecido.

Encerramos aqui com a certeza de que este estudo se trata de uma contribuição para o debate em torno do movimento LGBTIA+ dentro da UFRRJ. Obviamente existiram e existem outros coletivos que também cumprem seus papéis no processo de articulação em torno de políticas para esta população e que devem ser também pesquisados.

Embora seja a maior referência, sabemos que o Coletivo Pontes não é o único espaço que faz o debate em torno da diversidade sexual e gênero na UFRRJ e mesmo existindo outros, é fundamental que haja articulação entre eles para que as políticas públicas dentro da universidade sejam convertidas em conquistas para a população LGBTIA+, não só da Rural, mas de toda sociedade.

Espera-se desta dissertação que as portas para a pesquisa em torno dos movimentos LGBTIA+ e as políticas públicas sejam ampliadas e que cada vez mais tais assuntos sejam pautas nos institutos e na administração superior da universidade, de forma que a invisibilidade, historicamente outorgada à nós pelo conservadorismo, tenha um fim.

## REFERÊNCIAS

AGUIÃO, Silvia. *Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo* [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

ALONSO, Angela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. São Paulo: Lua Nova, 2009.

ANDIFES. **Pesquisa de mapeamento da situação de estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior - 2018**. Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior. Disponível em: <https://s1.static.brasilecola.uol.com.br/vestibular/2022/03/pesquisa-andifes-perfil-graduandos-2018.pdf>. Acesso em 01 dez 2022

BORTOLINI, Alexandre. **Falar de gênero para construir a democracia: O ciclo da política educacional em gênero e diversidade sexual (2003-2018)**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Parecer 05/1985. **Consulta referente à orientação para a correta aplicação da CID, questão a que interessa o pleito formulado pelo auto-denominado "GRUPO GAY DA BAHIA"**. Disponível em: [https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/pareceres/BR/1985/5\\_1985.pdf](https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/pareceres/BR/1985/5_1985.pdf). Acesso em 12 nov 2022.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)**. Brasília, 2007

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria Nacional 2836/2011. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Portaria Nacional 766/2013. Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2013.

CRUZ, Thalles A. S. “Olha, eu fiz o GDE, meu bem!”: uma análise da capilaridade da política pública curricular no curso **Gênero e Diversidade na Escola**. 2019. 261 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FEITOSA, Cleyton. **Direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em Pernambuco: o caso do Centro Estadual de Combate à Homofobia**. 2016. 260f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Direitos Humanos) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

\_\_\_\_\_, Cleyton. A participação social nos 40 anos do Movimento LGBT brasileiro. *In*: GREEN, J.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

FIGUEIREDO, C; MALVEZZI, P. ‘Ideologia de Gênero: como o clã Bolsonaro usa a internet para atacar LGBTI+’. **Carta Capital**, 29 set 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/ideologia-de-genero-como-o-cla-bolsonaro-usa-internet-para-atacar-lgbti/>. Acesso em: 10 jan 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violentas de LGBT no Brasil – Relatório de 2017**. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2020/03/relatorio-2017.pdf>  
Acesso em 12 ago 2022.

LIMA, Stephanie Pereira de. **As bi, as gay, as trava e as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução!: uma análise sócio antropológica do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES)**. 2016. 171f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LISBOA, Vinicius. Subnotificação de crimes contra LGBTQI+ preocupa direitos humanos. **Agência Brasil**, 20 jul 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-07/subnotificacao-de-crimes-contra-lgbtqi-preocupa-direitos-humanos>. Acesso em 04 dez 2022.

REDAÇÃO. Suicídio entre gays, lésbicas e bissexuais: pesquisa analisa fatores como gênero, raça e idade. **Revista Galileu**. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Comportamento/noticia/2021/11/suicidio-entre-gays-lesbicas-e-bissexuais-pesquisa-analisa-papel-de-fatores-como-genero-raca-e-idade.html>. Acesso em 02 dez 2022.

TRINDADE, Ronaldo. A invenção do ativismo LGBT no Brasil: intercâmbios e ressignificações. In: GREEN, J.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

VILELA, P. Rafael. Violência, violações e desigualdade aumentaram sob Bolsonaro, diz grupo internacional. **Brasil de Fato**, 19 jan 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/19/violencia-violacao-e-desigualdade-aumentaram-sob-bolsonaro-diz-grupo-internacional>. Acesso em: 10 jan 2023.

## APÊNDICES



### UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é **Evandro de Oliveira Silva Junior** e estou realizando a pesquisa acadêmica aplicada sobre o tema **Coletivo Pontes e Movimento LGBTIA+ na UFRRJ**. Esta pesquisa compõe a minha dissertação de mestrado realizada no PPGEDUC/UFRRJ, sob orientação da Prof<sup>ra</sup>. Dr<sup>a</sup> **Joyce Alves da Silva**. As informações a seguir destinam-se a convidá-lo (a) a participar voluntariamente deste projeto na condição de fonte, ou seja, o sujeito que fornece as informações primárias para a pesquisa em curso.

A pesquisa se **justifica** pela ideia de resgatar o trabalho desenvolvido pelo Coletivo Pontes de Diversidade Sexual e Gênero através de ações e políticas ao longo dos mais de dezesseis anos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, o **objetivo principal** deste trabalho é analisar as atividades realizadas pelo Coletivo Pontes em seus diversos momentos geracionais a partir dos contextos sociopolíticos em que estavam inseridos no momento.

Para fins de investigação, esta pesquisa utilizará como **procedimento metodológico** de pesquisa exploratória descritiva e documental que será realizada pelo discente vinculado ao PPGEDUC, responsável pela condução da mesma. Caberá ao entrevistador procurar o entrevistado no **local** que este designar. A entrevista conterà imagens fotográficas e será gravada na modalidade de **áudio e vídeo** e os mesmos serão transcritos e todas as informações coletadas serão apresentadas apenas para **fins acadêmicos e científicos da área**.

O/A entrevistado/a tem a **liberdade e o direito de interromper a entrevista** no momento que achar necessário e a mesma não será considerada para fins dessa investigação. Caso o/a entrevistado/a não se sinta confortável **posteriormente** a concessão desta entrevista terá pleno apoio do pesquisador para esclarecimentos e novas considerações sobre a importância, os riscos e os benefícios da pesquisa.

O/A entrevistado/a tem a **garantia da plena liberdade** de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.

Será **entregue uma via** deste termo de consentimento livre e esclarecido para o/a entrevistado/a. Esta pesquisa **não proporcionará qualquer despesa** ou custo para o/a entrevistado/a.

Não há **nenhum valor econômico, a receber ou pagar** pela participação do/a entrevistado/a.

Como não serão imputados a entrevistada qualquer despesa ou custo, não cabe **indenizações** decorrentes dos procedimentos realizados nessa pesquisa.

**Declaramos que serão cumpridos todos os itens expressos anteriormente.**



(Orientadora)



(Pesquisador)

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2023

De acordo,



Documento assinado digitalmente  
RODRIGO FERREREZ ROCHA  
Data: 01/05/2023 15:37:14-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(Entrevistado/a)

Contatos para obter maiores informações sobre a pesquisa:  
[evandrosharp@gmail.com](mailto:evandrosharp@gmail.com). Comitê de Ética da UFRJ: (21) 2681-4707; 2682-1220

Como não serão imputados a entrevistada qualquer despesa ou custo, não cabe **indenizações** decorrentes dos procedimentos realizados nessa pesquisa.

**Declaramos que serão cumpridos todos os itens expressos anteriormente.**



(Orientadora)



(Pesquisador)

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2023



Documento assinado digitalmente  
WELLTON DA SILVA DE FATIMA  
Data: 24/02/2023 18:11:28-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

De acordo,

(Entrevistado/a)

Contatos para obter maiores informações sobre a pesquisa:  
[evandrosharp@gmail.com](mailto:evandrosharp@gmail.com). Comitê de Ética da UFRRJ: (21) 2681-4707; 2682-1220

Como não serão imputados a entrevistada qualquer despesa ou custo, não cabe **indenizações** decorrentes dos procedimentos realizados nessa pesquisa.

**Declaramos que serão cumpridos todos os itens expressos anteriormente.**

\_\_\_\_\_  
(Orientadora)

\_\_\_\_\_  
(Pesquisador)

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2023

De acordo, Ívica de Souza Soares  
(Entrevistado/a)

Contatos para obter maiores informações sobre a pesquisa:  
evandrosharp@gmail.com. Comitê de Ética da UFRJ: (21) 2681-4707; 2682-1220

Como não serão imputados a entrevistada qualquer despesa ou custo, não cabe **indenizações** decorrentes dos procedimentos realizados nessa pesquisa.

**Declaramos que serão cumpridos todos os itens expressos anteriormente.**



---

(Orientadora)

*Evandro de Oliveira S. Junior*

---

(Pesquisador)

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2023

De acordo,

*Beatriz Mendes Penoa*

---

(Entrevistado/a)

Contatos para obter maiores informações sobre a pesquisa:  
[evandrosharp@gmail.com](mailto:evandrosharp@gmail.com). Comitê de Ética da UFRRJ: (21) 2681-4707; 2682-1220

Como não serão imputados a entrevistada qualquer despesa ou custo, não cabe **indenizações** decorrentes dos procedimentos realizados nessa pesquisa.

**Declaramos que serão cumpridos todos os itens expressos anteriormente.**



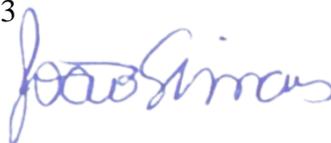
\_\_\_\_\_  
(Orientadora)



\_\_\_\_\_  
(Pesquisador)

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2023

De



acordo,

\_\_\_\_\_  
(Entrevistado/a)

Contatos para obter maiores informações sobre a pesquisa:

*evandrosharp@gmail.com. Comitê de Ética da UFRRJ: (21) 2681-4707; 2682-1220*

## ROTEIRO DE ENTREVISTAS

### COLETIVO PONTES

1. Como você caracterizaria o Coletivo Pontes? (Movimento social, organização política, projeto de extensão, grupo de apoio, núcleo de defesa de direitos, entidade de representação...)
2. Em que conjuntura política se deu sua participação na gestão do Pontes? (Reflexão à nível geral e mais especificamente dentro da universidade) Na sua avaliação, qual o impacto gerado na universidade a partir da sua gestão no Pontes?
3. Como sua gestão se percebeu na defesa de políticas públicas LGBTIA+? (dentro e fora da universidade)
4. Na sua opinião, quais políticas de assistência seriam fundamentais para garantia da manutenção de estudantes LGBTIA+ dentro da universidade, sobretudo o segmento T (travestis e transeuneres)?
5. Na sua opinião, qual foi a maior contribuição do Coletivo Pontes para a população LGBTIA+ nesses 15 anos de existência?
6. Como você percebe sua formação acadêmica/humana a partir da sua participação no Coletivo Pontes? O que mudou?
7. Você acredita que a participação nos movimentos sociais, de uma forma geral, contribui na formação acadêmica/profissional e humana?
8. Por fim, considerando que esses 15 anos de existência do Coletivo foram marcados por mobilizações com intensidades variadas, ao quê você atribui os reflexos e crescentes na ação política do Pontes?

## ANEXOS

**Anexo A** – Cartaz de divulgação do evento comemorativo dos 15 anos do Coletivo Pontes – Orgulho T: desafios e histórias.

**Palestra:**  
**Orgulho T: Desafios e histórias**

Você conhece o binder? Sabe utilizá-lo?

**Data:**  
Dia 03/06 às 19h

Membro 2º à 4º Geração

**Guilherme Leoni**  
**Ciências Sociais-UFRRJ**

PROEXT UFRRJ

Fonte: Página do Coletivo Pontes no Facebook.

**Anexo B** – Cartaz de divulgação do evento comemorativo dos 15 anos do Coletivo Pontes  
– Bate Papo com as gerações ponteanas: desafios e histórias

**Mesa Redonda:**  
**Bate Papo com as gerações ponteanas: Desafios e histórias**

**Data:**  
**Dia 10/06 às 19h**

**COLETIVO PONTES 15 anos**

**Ex-membro 1ª Geração**  
**Rodrigo Ferrerez**  
**UFRRJ – Economia Doméstica**

**Ex-Membro 3ª Geração**  
**Lucy Soares**  
**Recursos Humanos**

**Ex-Membro 2ª Geração**  
**Leticia Ambrósio**  
**UFRRJ– Letras**

**Membro 4ª Geração**  
**Rodrigo Lopes**  
**UFRRJ–Med Veterinária**

**PROEXT** **UFRRJ**

Fonte: Página do Coletivo Pontes no Facebook.

**Anexo C** – Cartaz de divulgação do evento comemorativo dos 15 anos do Coletivo Pontes  
– Pessoas LGBTQIA+ nas ciências

**Mesa Redonda:**  
**Pessoas LGBTQIA+ nas Ciências**

**Você conhece o Meninas do Radium e o LEGESEX?**

**COLETIVO PONTES 15 anos**

**Leandro Rodrigues**  
UFRRJ – Letras IM

**Pedro Giorgio**  
UFRRJ – Letras IM

**Gabrielle Cavalcante**  
UFRRJ – Física

**Evandro Junior**  
UFRRJ-PPGEduc

**Vanessa Cristina**  
UFRRJ-PPGEduCIMAT

**Thainá Batista**  
UFRRJ-Física

**17.06**  
Quinta-Feira

**19h**  
No YouTube

PROEXT UFRRJ

Fonte: Página do Coletivo Pontes no Facebook.

**Anexo D** - Cartaz de divulgação do evento comemorativo dos 15 anos do Coletivo Pontes  
– Perspectiva das pessoas LGBTQIA+ no ensino superior

**Mesa Redonda:**  
**Perspectiva das pessoas LGBTQIA+ no Ensino Superior**

**24.06**  
Quinta-Feira

**19h**  
No YouTube

**COLETIVO PONTES 15 anos**

**Professor Fada Madrinha**  
**D.r Jonas Alves**  
Pro-Reitor da PROAES

**Ex-Membro 3ª Geração**  
**Nicollas Gomes**  
PPGL – UERJ

**Ex-Membro 2ª Geração**  
**M.e Wellton da Silva**  
IFAL – Letras

**Membro 4ª Geração**  
**Pedro Giorgio**  
UFRRJ – Letras IM

**PROEXT** **UFRRJ**

Fonte: Página do Coletivo Pontes no Facebook.